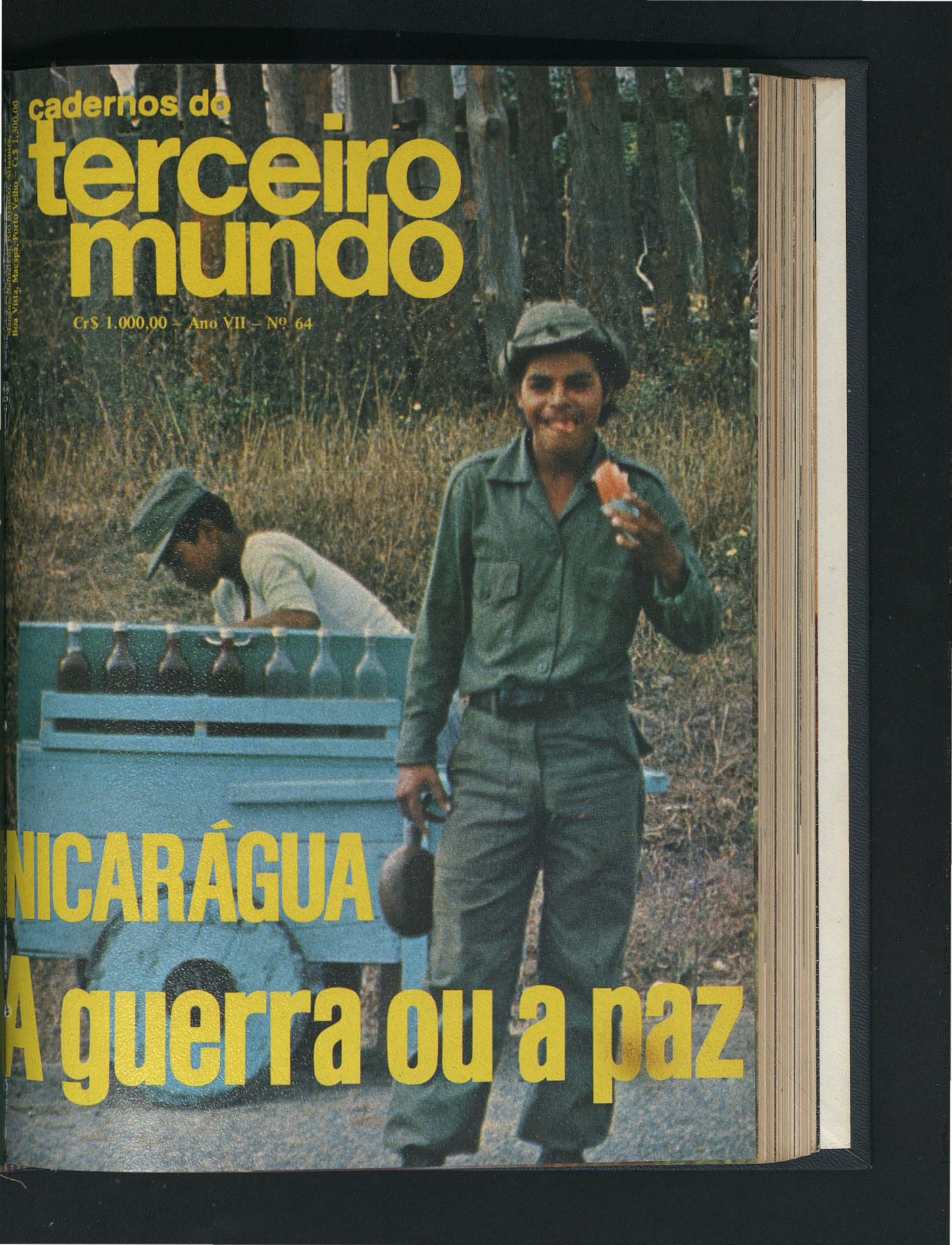


cadernos do

terceiro mundo

Cr\$ 1.000,00 - Ano VII - Nº 64



NICARÁGUA
A guerra ou a paz

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

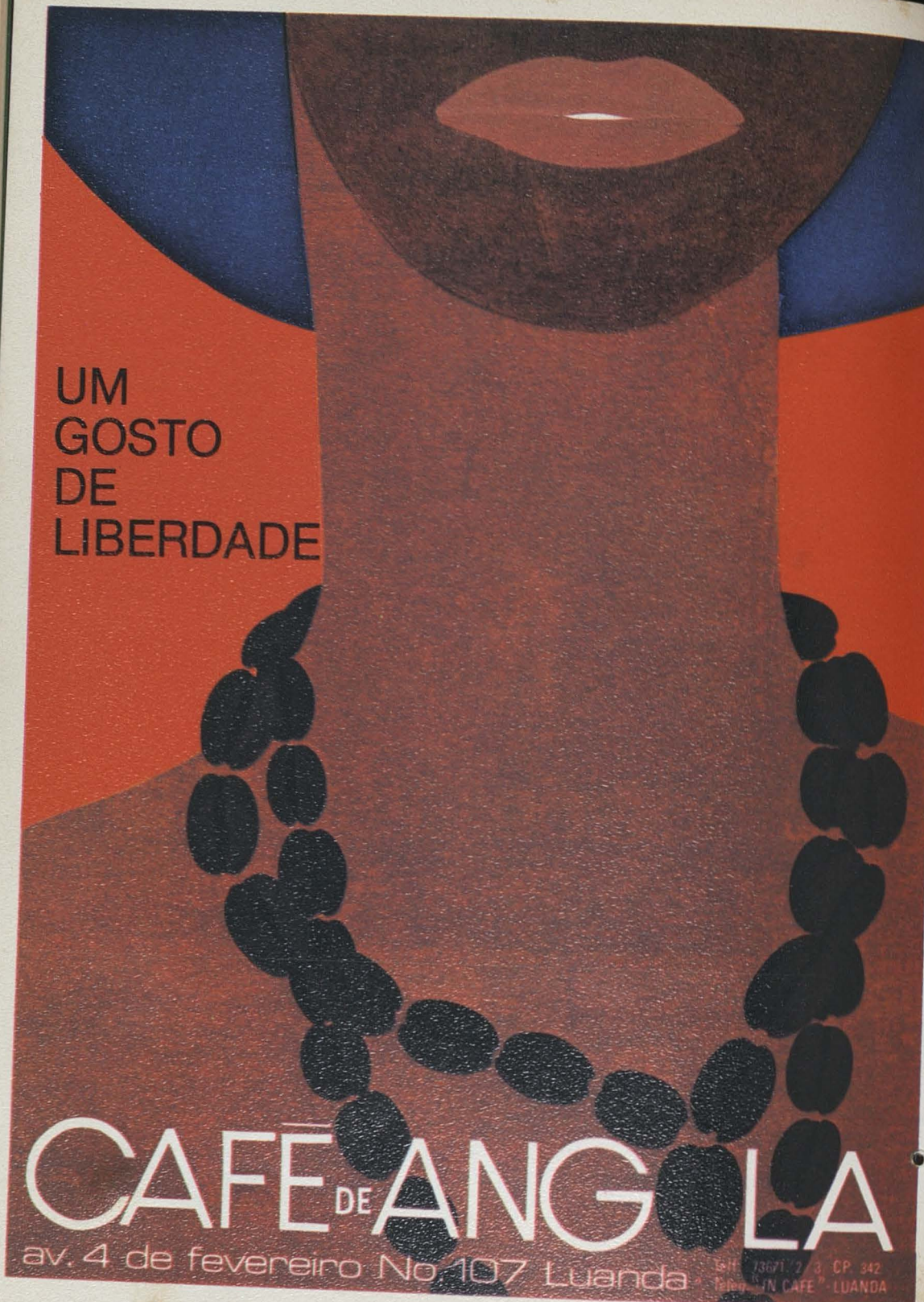


**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

A stylized, abstract portrait of a woman. The face is a dark, textured oval shape with a simple, reddish-brown mouth. The neck and shoulders are a lighter, textured brown. A thick, dark necklace made of coffee beans is draped around the neck. The background is split into a bright orange-red on the left and a deep blue on the right.

UM
GOSTO
DE
LIBERDADE

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No 107 Luanda

tel. 13671/2 d. CP. 342
Telex "IN CAFE" LUANDA

aos leitores

"Sandino vive"

Em fevereiro de 1934, os atuais dirigentes da Nicarágua ainda não haviam nascido. Enfrentar o poderio militar dos Estados Unidos era, na época, um sonho tido como impossível. Mas um camponês nicaraguense decidiu tentar o impensável. Além de formar um exército guerrilheiro, que depois das primeiras vitórias ganhou também o apelido de "louco", o ousado nicaraguense conseguiu derrotar os fuzileiros navais e a força aérea norte-americana. A única coisa que Augusto César Sandino não conseguiu foi sobreviver ao próprio triunfo. Na madrugada do dia 21 de fevereiro de 1934, ele foi fuzilado depois de assinar um tratado de paz e entregar suas armas. A idéia da luta contra a dominação estrangeira no entanto continuou viva e já não mais impossível. A aventura sandinista influenciou Fidel Castro, contagiou revolucionários no continente e acabou vitoriosa em 1979, na terra de Sandino. Meio século depois, os nicaraguenses anunciam nos muros, faixas e cartazes que "Sandino vive". A originalidade do "pequeno exército louco" deu origem a uma revolução original. Tão original que defende o pluralismo econômico e político, o não-alinhamento diplomático e vai deixar que o povo escolha nas urnas o presidente, o vice e um congresso de 90 membros, no dia 4 de novembro. A herança de Sandino é o tema central desta edição dos *cadernos do terceiro mundo*, onde através de depoimentos colhidos por nossos enviados especiais, surge o retrato de um processo que se afirma revolucionário, porque além de tudo, procura não imitar modelos.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia
Henry Passo Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett +

Revista Mensal nº 64
Março - 1984
Preço de Capa: Cr\$ 1.000,00
Nºs atrasados: ao preço do
último exemplar

• **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Administração
Marinete Silva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samara (editor de arte)
Sonia Freitas/Miguel Efe

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lidia Freitas
Eunice H. Senna

Composição
Ronald Fonseca

Depto. de Circulação,
Assinaturas e Promoção
Henrique Menezes
Inácio dos Santos
Macário Costa

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Canabarro Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033
Josemar Pinheiro Silva
Rua Tamandaré, 1 - Sala 1
65000 - São Luís (Maranhão)
Horacio Verbitsky
Uruguay, 560/59/55
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 - Correo 9
Providencia - Santiago, Chile

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Foto de capa: Carlos Castilho

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor
Artur Baptista

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editoria Ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui - Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 - Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito - João Escadinha
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

• **Edições em espanhol**
MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
Calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 - Peru - Telefone: 724-712

• **Edições em inglês**
ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Beffrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendipex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BREITANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Bookhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Pesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Faltinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uccita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal y 100 librerías en todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: IMELSA, A. P., nº 2705, Managua, Nicaragua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramela, S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Diagonal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tortuga, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 364, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S. A., Ave México Lechosa Pte. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.

PROMOÇÃO ESPECIAL

LEITOR: Você é indispensável
na divulgação de nossa revista. Mostre **CADERNOS**
aos amigos e participe desta promoção.

ARRANJE 3 ASSINANTES E GANHE UM BRINDE

Escolha entre: • uma assinatura grátis para você ou de presente a um
amigo(a), ou o 3 (três) livros da "Estante do Terceiro Mundo" constante
desta edição

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Agência
Central) no valor correspondente a 3 assinaturas. Não deixe de escolher o seu brinde no cupom próprio.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**
(Cr\$ 9.600,00). Remeto ☐ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo
Ltda., ou ☐ **vale postal** no valor acima.

64

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**
(Cr\$ 9.600,00). Remeto ☐ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo
Ltda., ou ☐ **vale postal** no valor acima.

64

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**
(Cr\$ 9.600,00). Remeto ☐ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo
Ltda., ou ☐ **vale postal** no valor acima.

64

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Por conseguir mais três assinaturas de **cadernos**, pelas quais remeto Cr\$ 28.800,00
em ☐ **cheque nominal** ou ☐ **vale postal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., tenho
direito a receber: () Uma assinatura anual de **cadernos** ou () três livros da
Estante do Terceiro Mundo: códigos () () e ().

64

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

estante do terceiro mundo

O reembolso

que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 64, válida exclusivamente, para pedidos no período de circulação da mesma.

Código

Quantidade

● Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

● Comprador: ☐ não-assinante
☐ já assinante
☐ assinante novo:

estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data:/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

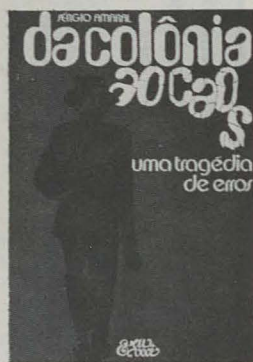
Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 25% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito aodesconto especial de assinante (até 25%) desta seção.



DA COLÔNIA AO CAOS: UMA TRAGÉDIA DE ERROS

de Sérgio Amaral

O livro demonstra que os erros cometidos no passado serviram muito pouco, como lição ou como ponto de reflexão, para os homens que dirigem os destinos, no presente, de nossa economia. Se antes tínhamos dificuldades, hoje temos o caos. Se nossa economia era débil, hoje está estrangulada, amarrada e comprometida. 84 pág.

E-31 Cr\$ 2.300,00



A SÍNDROME DA DENSIDADE

de Rudolph P. Atcon

Trata-se de uma nova abordagem de conceitos - já estabelecidos e amplamente divulgados - da biologia, genética e demais áreas de conhecimento afins. Ao lado de reflexões sobre a síndrome (e de como a ciência está longe de entender tal processo), encontramos uma crítica à posição das superpotências (no caso, EUA e URSS), consideradas pelo autor como "anticientíficas". "Síndrome da Densidade" (escrita em inglês e português), é, no mínimo, polêmica. 103 pág.

E-32 Cr\$ 2.200,00



HISTÓRIA DAS SOCIEDADES AMERICANAS

de Aquino, Jesus e Oscar

O livro procura fugir à visão tradicional e acrítica imperante em muitas obras de história da América. Os autores objetivam o estímulo ao senso crítico do leitor através de ilustrações e documentos integrados ao texto, onde as personagens são os movimentos e forças tradicionalmente obscurecidas ou ignoradas como agentes da História. Livro fundamental para quem deseja conhecer de forma didática, clara e crítica as sociedades americanas. 400 pág.

E-33 Cr\$ 5.000,00

6 **Cartas**

8 **Panorama Tricontinental**

13 **Editorial — Líbano e Nicarágua, dois obstáculos à reeleição de Reagan**

16 **Matéria de capa — Nicarágua: A revolução vai às urnas**

Carlos Castilho e Horacio Verbitsky

18 As eleições e o papel da burguesia

26 O que se joga no processo eleitoral?, entrevista com o comandante Daniel Ortega

31 Uma guerra em três frentes

38 O fracasso do "Plano C", *Arqueles Morales*

41 O dilema entre desenvolvimento e justiça social, entrevista com o comandante Bayardo Arce

46 O pluralismo econômico

52 "O socialismo não virá por decreto", entrevista com o comandante Henry Ruíz

56 Sandino, meio século depois

59 Gregorio Selser, a redescoberta de um libertador, *Neiva Moreira*

61 A liberdade de imprensa com nome e sobrenome

60 O "paladino" da imprensa livre, entrevista com Pedro Joaquín Chamorro

65 A guerra do Dr. K e a paz de Contadora

África

72 Chade: O acordo frustrado

Ásia

74 Coreia: A crescente militarização do sul, *Adérito Lopes*

Norte/Sul

78 A Nestlé mostra a bandeira branca, *Agustín Castaño*

Meio-Ambiente

80 Costa do Marfim: Perigo nas selvas, *Jimoh Omo-Fadaka*

Cultura

82 José Afonso, a influência da música africana,

Guiomar Belo Marques

84 Jussara Queiróz: "Acredito que o mundo será melhor",

José Carlos Gondim

87 Notas

Comunicação

89 Notas

Estratégia

90 A doutrina de segurança coletiva, entrevista com o general Mercado Jarrín, *Paulo Cannabrava Filho*

96 **Humor: Wasserman**



Tensão na fronteira das duas Coreias



O general Mercado Jarrín

CARTAS



Clube de Amigos

Atento ao mundo

Neste tempo em que tanto os países ricos quanto os pobres atravessam grande crise, é mais que um dever ficar atento ao mundo. É este o objetivo do Clube de Informação que pretendo criar para divulgação de fatos culturais e até a venda de livros a preços baixos. Para participar basta escrever para a caixa postal 803, Belo Horizonte. Vander Silva — Belo Horizonte — MG.

Cuba, a ilha de Fidel

Gostaria de ver se possível no próximo número reportagem sobre a ilha do grande Fidel Castro, grande estadista. Luiz Henrique Meneses — Aracaju — SE.

Sobre Cuba, Luiz, já publicamos "Os asilados cubanos" no nº 24; "A difícil tarefa de contentar a todos" (nº 29); "Redescoberta das reservas petrolíferas" (nº 34) e "Institucionalização da revolução" (nº 50) e sobre as relações Cuba-Estados Unidos, "A guerra bacteriológica" (nº 38).

Brasil, arte e esporte

Parabéns pelo excelente trabalho de vocês. No momento, não há nada melhor que cadernos em matéria de jornalismo. Como outros leitores, peço mais reportagens e artigos sobre o Brasil devido à importância das questões sociais, políticas, econômicas e culturais postas para o país. A matéria sobre as eleições de 1982 (nº 51) foi limitada: faltou retrospectiva das duas últimas décadas de arbítrio e entrevistas com líderes de partidos clandestinos e movimentos guerrilheiros (entre outros, Giocondo Dias, João Amazonas, Luís Carlos Prestes e Fernando Gabeira). A observação vale também para o atual sindicalismo brasileiro. Precisamos ainda de matérias sobre cultura e arte e a criação de espaço para o esporte. O potencial do atleta cubano e o futebol da Argélia que derrotou na Copa do Mundo de 1982 o da Alemanha Ocidental, campeã da Europa. Prossigam nesta luta pela verdade dos fatos e a liberdade dos povos. Orlando Manoel de Oliveira — Rio de Janeiro — RJ.

6 - terceiro mundo

Canudos, uma ferida

Sugiro reportagem sobre Antônio Conselheiro e o movimento de Canudos, uma ferida em que poucos põem as mãos. O povo brasileiro só tem publicada uma versão da história (ou estória). Hélio de Carvalho Pinto — Itajubá — MG. PS: Não me mandem ler "Os sertões", de Euclides da Cunha, porque já li.

Boa sugestão de matéria, Hélio. Mas enquanto ela não sai, indicamos, para outros leitores, "Os sertões", de fato uma grande obra sobre Canudos. Há também "A guerra do fim do mundo", do peruano Mário Vargas Llosa, obra de ficção baseada no episódio. E essa dica vale também para você, Hélio.

Elogio e convite da Galícia

Dirijo-me a vocês com a alegria de levar um ano a receber esta imensurável revista que é cadernos (só tenho a lamentar a tardança com que algum mês me chega e, apesar de estarmos no mesmo país, vocês na Galícia do Sul, eu na do norte, temos uma fronteira pelo meio. Sou presidente da Agrupación Cultural "O Eixo", da Universidade Galega, e membro da Comissão Gestora da Federação de Associações Culturais Galegas e convido para o seminário "A situação política mundial" seu director Neiva Moreira, a quem reiteramos os nossos parabéns pelo labor realizado. Fuco Xavier Barreiro Carracedo — Lagartóns. A Estrada, Pontevedra — Galiza.

Correção

No número 62, página 28, 1ª linha do 1º parágrafo da 2ª coluna, a expressão meditou (pensou, idealizou) saiu me dito: "Rodolfo Walsh meditou esta Carta Aberta de um Escritor à Junta Militar enquanto percorria o pequeno lote de terreno que rodeava sua casa em San Vicente, tomando medidas e fazendo marcações na terra". O erro gráfico deu tom decadente ao que foi austero ato de militância. Nem Walsh ditava seus textos nem seu amigo Horacio Verbitsky, nosso correspondente em Buenos Aires, lhe servia de secretário.

Carta do mês

A voz firme dos aposentados

Neste número a carta do mês não é bem uma carta, mas a edição de fevereiro do "Jornal da Astaípe" — Associação dos Trabalhadores Aposentados na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Cubatão, Santos e São Sebastião, SP.

Vibrante e bem escrito, o "Jornal da Astaípe" traz, sob o título "Um país de muitos Cristos! — O governo quer crucificar os velhos", matéria sobre o Decreto-Lei 2.087 que reduz a pensão dos aposentados em 12,5%. Reproduz notícia sobre a manifestação do Dia Nacional do Aposentado, 24 de janeiro, em São Paulo, onde houve protesto contra o decreto e discursos favoráveis às eleições diretas; trata do problema da solidão na velhice e da campanha pela eleição do presidente da República pelo voto direto.

O jornal nos foi enviado pelo petroleiro aposentado Maurinho. Entusiasmado, simples, ele não escreveu o nome completo nem sua função na Astaípe. Contou que no Dia Nacional do Aposentado organizou no Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro) debate com o curitibano Pedro Chupil — que conheceu na correspondência entre leitores de "nossos" cadernos — sobre sua passagem pela Nicarágua, Líbia e Angola.

"Choveu de perguntas", acrescentou Maurinho, que já está pensando em promover palestra sobre o Brasil e o Terceiro Mundo e pede nossa ajuda (pode contar conosco). O simpático leitor termina a carta informando que a situação dos petroleiros "está pegando fogo, com os trabalhadores da ativa" lutando contra o turno de oito horas porque a jornada de seis foi uma conquista da categoria em 1961, quando Maurinho era um dos diretores do Sindipetro. Ele foi cassado em 1964.

Com vocês, o recado dos combativos aposentados:

País de cristos

Os sindicatos estão se mobilizando para pressionar o Congresso Nacional no sentido de que não aprobe o "projeto" do ministro Jarbas Passarinho (Decreto-Lei 2087).

CARTAS



Como todos sabem, esse "projeto" pretende crucificar os velhos, reduzindo a pensão do trabalhador aposentado em 12,5%.

Além disso, o projeto do ministro Passarinho pretende acabar com o auxílio natalidade, auxílio funeral e salário família. Pra completar a desgraça, esse mesmo projeto fixa a idade limite mínima de 55 anos para que um trabalhador possa se aposentar mesmo já tendo completado os 35 anos de serviço.

Ou seja: para um trabalhador se aposentar, precisará trabalhar 35 anos e ter no mínimo 55 anos de idade. Se estiver abaixo dessa idade, terá que continuar a trabalhar até completar os 55 anos e só então aposentar-se.

Essa medida prejudica todos os trabalhadores brasileiros. Prejudica, principalmente, os trabalhadores de renda mais baixa, que são aqueles que começam a trabalhar mais cedo.

Todo país civilizado costuma avançar em termos de previdência social. Mas o Brasil, ao invés de avançar, retrocede. Essa é a herança que estão nos deixando aqueles que derrubaram o governo democrático de João Goulart, dizendo que iam implantar a ordem no país. Muitos companheiros, hoje aposentados, lutaram contra os golpistas de 1964 exatamente por causa disso tudo que comprovamos hoje: apesar das promessas, os golpistas de 64 arruinaram o Brasil e os brasileiros.

É por isso que precisamos por um fim aos 20 anos de exploração e sofrimento que vivemos. É por isso que o trabalhador aposentado deve se unir a seus companheiros da ativa e lutar para mudar esse estado de coisas. Agora, companheiros, sem demora!

Solidão

Outro dia, numa "casa de repouso" em Santos, uma mulher já de certa idade recebia a visita do filho. Durante todo o tempo, a mulher implorava ao filho para que a tirasse dali. Ela dizia que se sentia muito só e não suportava mais viver ali. O filho nada respondia. Incomodado, encurtou ao máximo sua visita e logo foi embora. A mulher ficou lá... Sabe Deus se ain-

da está viva.

Por que será que a maior parte dos jovens procede dessa maneira? A resposta é simples, companheiros: nesta sociedade em que vivemos, as pessoas são educadas de modo a se preocuparem apenas com elas próprias. Passa o tempo e os filhos esquecem os pais e se preocupam apenas com as suas próprias vidas. E o que acontece com os velhos? Solidão. Abandono. Angústia... Mas será que as coisas são assim mesmo? Claro que não. Temos que mudar isso. E para mudar é preciso educar as crianças. O futuro pertence às crianças e o futuro pode ser melhor que o presente.

Diretas

Dia 25 de janeiro: mais de 400 mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, exigem diretas para presidente da República em nosso país.

Dia 26 de janeiro: em Santos, 15 mil pessoas reúnem-se no Gonzaga e pedem "diretas já!". Nosso país está mudando. O povo está sacudindo a poeira e exigindo o que lhe é de direito. Todo poder emana do povo e deve ser exercido em benefício do povo. Qualquer governo que considere isso não representa o povo, é um governo ilegítimo.

Na luta pelas eleições diretas, o aposentado deve estar presente.

Na Paraíba, outra mulher-macho

O Núcleo Feminino de Ouro Preto (MG) do Comitê de Solidariedade a Teresa Braga enviou-nos a carta "Em nome da vida" com denúncias de violências contra líderes sindicais e agentes pastorais que defendem os trabalhadores rurais na Paraíba.

Anexo à carta, o artigo "Salvem Teresa Braga", da escritora e feminista Rose Marie Muraro e publicado em outubro último na "Folha de São Paulo", relata o assassinato da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Margarida Alves, e o atentado contra Teresa Braga, de 44 anos, mãe de sete filhos, advogada, membro da Comissão de Justiça e Paz e vereadora do PMDB.

Margarida teve a cabeça esfacelada por um tiro de espingarda. Teresa, as-

sessora da Comissão Canavieira de apoio jurídico aos trabalhadores e orientadora de Margarida, sofreu a uma e trinta da madrugada, em sua casa, atentado à bomba e bala — só em uma janela, foram dados 37 tiros.

Um grupo auto-denominado "Fala-lange Patriótica" assumiu o atentado e ampliou as ameaças que já atingem o bispo de Campina Grande, dom Luiz Gonzaga Fernandes, vereadores, jornalistas, o juiz José Martinho Lisboa, o desembargador Francisco Cananéia e o vogal da justiça trabalhista e presidente do Sindicato dos Bancários de Campina Grande, José Maracajá.

Rose Marie conta que a partir de um seminário realizado pela igreja, as lideranças rurais de Campina Grande, entre elas Margarida, resolveram levar os senhores-de-engenho paraibanos à Justiça do Trabalho, o que provocou violentas reações. Os proprietários, responsáveis pela eleição do governador Wilson Braga (PDS), se organizaram no chamado Grupo da Várzea, não interessado na mudança das condições de vida dos trabalhadores.

Desde 1980, informa a escritora, foram assassinados na região, a mando do grupo, oito líderes sindicais, três advogados e 39 trabalhadores. "Não, o latifúndio não perdoa", acrescenta Rose Marie. "Se diz que vai matar, mata mesmo. E, se não usar esta violência, não se mantém. Por isso, a vida de Teresa Braga está por um fio".

Depois de ressaltar que Teresa é da estirpe de Marli, que encarou sozinha o Esquadrão da Morte, e de Miriam Mesquita, que desafiou o jogo do bicho e suas articulações com o aparelho repressivo do Estado, a escritora observa que a luta da advogada é pior: ela enfrenta o latifúndio, instituição arcaica enraizada na política e economia do país.

A escritora destaca que o latifúndio serve-se hoje do aparelho do Estado para cometer crimes e não hesita em ameaçar a igreja, o Legislativo e o Judiciário, certo de sua impunidade, e conclama a que se apóie a campanha pela defesa da vida de Teresa Braga.

terceiro mundo - 7

Moçambique: em busca da paz para a África Austral

□ Dando prosseguimento aos contatos diretos iniciados a nível de ministros em dezembro de 1982, representantes dos governos da África do Sul e Moçambique se reuniram em Maputo, no dia 20 de fevereiro passado, para discutir problemas referentes às relações entre os dois países e a situação existente na região. No transcurso de uma audiência concedida a três dos principais enviados de Pretória — os ministros Roelof Botha (Relações Exteriores), Louis L. Grande

(Lei e Ordem) e o general Magnus Malan — o presidente Samora Machel acentuou que na base das conversações se encontravam os princípios da paz, progresso e boa vizinhança. Esses mesmos conceitos foram retomados por Botha durante uma concorrida entrevista à imprensa realizada minutos antes de retornar a Joanesburgo.

O comunicado final, lido pelo ministro Jacinto Veloso, chefe da delegação moçambicana, durante o encontro com os jornalistas, afirma, entre outras

coisas, que foram motivo de satisfação os progressos alcançados pelos grupos de trabalho sobre segurança, economia, turismo e a represa de Cabora Bassa. Depois de manifestar que houve coincidência de pontos de vista nos princípios fundamentais relativos a questões de segurança entre os dois países e que há a intenção de se chegar a um acordo nesse particular, diz ainda o texto que para ambos os países, os problemas da África Austral devem ser resolvidos pelos próprios Estados da região. O documento expressa também que os conflitos que assolam a área têm colocado dificuldades para se alcançar um avanço na solução dos problemas comuns à zona.

Nas declarações à imprensa, o ministro sul-africano surpreendeu a todos os presentes ao não se referir às costumeiras negativas de que os bandos armados atuando em território moçambicano são organizados, financiados e treinados por Pretória. Anteriormente, sempre que interrogados sobre as ações e sobre as acusações formuladas pelas autoridades de Moçambique, a norma em vigor entre os dirigentes *boers* era de negar enfaticamente a existência de qualquer forma de apoio a tais grupos. Em resposta a uma pergunta sobre a retirada da ajuda prestada até agora às *matsangaissa*, Roelof Botha enfatizou que neste momento se encontra em estudo um acordo



Samora Machel: uma negociação difícil

Carlos Pinto Santos

na área da segurança e que o mesmo não deverá permitir qualquer forma de subversão.

Mais adiante, quando solicitado a explicar o que o seu governo entende por paz, uma palavra sempre presente durante sua permanência em Maputo, retorquiu afirmando que deve ser compreendida como o fato de nenhum dos lados envolvidos nas conversações permitir o uso da força ou outros atos de violência a partir dos seus respectivos territórios. Sublinhou que isso quer dizer que não haverá ameaças mútuas de emprego da violência. Ao lhe ser perguntado se alguma vez o seu país se viu atacado por Moçambique, recusou-se a considerar a questão e limitou-se a dizer que os dois governos já não estão discutindo o passado mas sim o futuro.

Entre as conversações de fevereiro último e as de dezembro de 1982 realizadas em Komatipoort, sul-africanos e moçambicanos se reuniram por duas vezes mais. Um encontro ocorreu nessa cidade fronteiriça em maio de 83 e o outro em Mbabane, capital da Suazilândia, em dezembro do mesmo ano. Nessa altura, o presidente Samora Machel, que se encontrava na Guiné-Bissau participando da 4ª conferência dos países africanos de expressão oficial portuguesa, durante uma entrevista à imprensa, considerou as negociações como "decisivas, cruciais para a vida na África Austral", uma opinião compartilhada por diversos países, entre eles, os Estados Unidos e a África do Sul. Revelou ainda que Pretória tinha enviado mensagens a seu governo recorrendo a diferentes emissários, particularmente a Portugal.

Destacou também que os sul-africanos tinham sido advertidos de que Moçambique não tem intenção de reconhecer o *apartheid* e a política de "ban-



Roelof "Pik" Botha (esq.) e Magnus Malan: "não discutir o passado"

tustões" e nem de destruir o Congresso Nacional Africano (ANC). Dois dias após as mais recentes conversações com a delegação dirigida por Roelof Botha, o presidente Samora Machel voltaria a insistir nesse ponto, no discurso pronunciado na cerimônia de entrega de credenciais por parte dos novos embaixadores da República Democrática Alemã e da Bélgica, condenou as agressões levadas a cabo pelos sul-africanos contra os países da região e reafirmou a decisão de Moçambique de permanecer ao lado da Swapo e do ANC "que com determinação lideram a luta dos povos da Namíbia e da África do Sul, respectivamente, pela democracia, pela igualdade e pela conquista do seu direito a serem cidadãos da sua própria pátria".

Negociações Angola-África do Sul

Quase paralelamente às negociações efetuadas entre Maputo e Pretória, as delegações angolana e sul-africana chegaram também a um acordo na reunião realizada em Lusaka. Precedidas de um longo e complexo processo de contatos exploratórios efetuados em Cabo Verde, as conversações na capital zambiana iniciaram-se em 16 de fevereiro último e foram

chefiadas pelo ministro do Interior angolano, Alexandre Rodrigues, pelo ministro das Relações Exteriores sul-africano, Roelof Botha, e contaram com a participação de Chester Crocker, subsecretário de Estado norte-americano para Assuntos Africanos.

O acordo prevê o cessar-fogo na região do sul da República Popular de Angola, a retirada do exército sul-africano das zonas ocupadas e a instalação de uma comissão fiscalizadora formada por 200 militares angolanos e sul-africanos.

De regresso a Joanesburgo, Roelof Botha declarou que o cessar-fogo já estava em vigor, o que foi confirmado por Alexandre Rodrigues durante uma entrevista coletiva dada em Luanda, no dia 21 de fevereiro, ao afirmar que "os atos de agressão do exército sul-africano já cessaram, e o movimento de forças de combate sul-africanas em direção ao território namibiano já começou".

A situação criada pelas negociações entre Luanda, Maputo e Pretória terá — no caso de não surgir nenhum recuo inesperado — profundas alterações na geopolítica da África Austral. Pela sua relevância indiscutível, **cadernos do terceiro mundo**, fará uma abordagem profunda na sua próxima edição. (Etevaldo Hipólito)

Suriname: representantes do setor privado

Dirigentes do setor privado do Suriname designaram dois representantes — Marcel J. B. Chehin, especialista em assuntos fiscais, e o cirurgião Severinus Sykora Rittfeld — para participarem do gabinete interino.

Chehin ocupará o cargo de ministro do Planejamento e Finanças e Rittfeld será ministro da Saúde Pública.

Os demais membros do gabinete assumiram seus cargos recentemente. Dois são representantes do movimento sindical e quatro participaram do governo anterior de Errol Ali-bux, que renunciou no mês de janeiro passado. O gabinete interino é presidido pelo primeiro-ministro Win Udenhout, mas quem governa realmente o país é o ministro do Exército, tenente-coronel Desi Bouterse.

Equador: aumento da exportação de petróleo

A receita do Equador decorrente da exportação de petróleo teve um aumento de 1.200% nos últimos cinco anos, segundo informou o gerente da Corporação Estatal de Petróleo Equatoriano (Cepe), Patricio Rivadeneira.

Em 1983 o país recebeu 220 milhões de dólares a mais que no ano anterior. Segundo o gerente da Cepe, o aumento da receita se deve às normas adotadas na racionalização do uso de energia no país, o que permitiu a redução da demanda interna, gerando excedentes para a exportação. Com a incorporação de novos campos de hidrocarbonetos à produção, o petróleo representou em 1983 cerca de 64% das exportações equatorianas.

Créditos ao Terceiro Mundo inferiores aos dos países industrializados

Os mercados financeiros internacionais assistiram, em 1983, a uma forte queda dos empréstimos a países do Terceiro Mundo, juntamente com um "enérgico incremento" dos créditos a países industrializados, segundo dados do Banco Internacional de Compensações (BIS).

O "banco central dos bancos centrais", com sede na Basileia (Suíça), revela que os créditos a países em desenvolvimento não-produtores de petróleo caíram no terceiro trimestre de 1983 a apenas 1,7 bilhão de dólares, em vez dos 4,6 bilhões do segundo trimestre; não houve empréstimos líquidos, salvo aos países da América Latina.

O outro elemento a destacar é que os bancos norte-americanos abandonaram seu tradicional papel de fornecedores de excedentes de liquidez e passaram a ser grandes tomadores de empréstimos. Em abril/setembro do ano passado, eles captaram fundos no exterior de 14 bilhões de dólares, dos quais 10,3 bilhões a partir do mês de julho.

Tanto o BIS como especialistas financeiros concordam em que o fenômeno é uma consequência das graves crises de dívida externa no Terceiro Mundo. O temor às falências limitou as oportunidades para os bancos internacionais que oferecem os recursos, levando-os a colocarem os excedentes de dinheiro nos Estados Unidos.

A diminuição de créditos para o Terceiro Mundo era visível há alguns meses atrás, mas os dados do BIS, que, a título de caixa de compensação dos

bancos centrais, é a testemunha mais exata do movimento internacional de capitais, não deixam lugar a dúvidas.

Nos três anos anteriores a 1983, os bancos norte-americanos fizeram ofertas no mercado, principalmente no setor de empréstimos e, sobretudo, no hipersensível e sutil mercado interbancário a curto prazo. Até 1982, enquanto havia um forte fluxo de empréstimos para os países em desenvolvimento, em geral foram os bancos norte-americanos que forneceram a liquidez extra necessária para os reaquecidos euro-mercados, obtendo grandes margens acima dos juros bancários normais.

Mas a partir da crise mexicana e brasileira, em 1982, às quais se seguiram as da Argentina, Venezuela, Chile, Nigéria e outras menores, o empréstimo ao Terceiro Mundo foi violentamente retraído, especialmente no que diz respeito ao empréstimo interbancário que em 1982 chegava a aproximadamente um trilhão de dólares.

Com a diminuição das oportunidades mais seguras de colocação de capitais e com os Estados Unidos com capacidade receptora, os fluxos financeiros mudaram de destino, surgindo uma espécie de "mercado duplo": os países industrializados e o Terceiro Mundo.

Enquanto decrescia o fluxo para os países do Terceiro Mundo, o relatório do BIS chama atenção para o "enérgico incremento" das operações entre os países industrializados, em particular no mercado interbancário internacional. (Deodoro Roca)

Brasil: teme-se desastre em Carajás

□ O gigantesco projeto Carajás poderia se transformar num desastre, segundo revelam fontes do *Latin American Bureau* (LAB), com sede em Londres. O LAB, grupo especializado em pesquisas sobre a América Latina, estudou o rendimento potencial e os efeitos do esforço para explorar os vastos recursos minerais, energéticos e agrícolas das densas montanhas de Carajás. Apesar de os resultados da pesquisa não terem sido divulgados oficialmente, os pesquisadores revelaram, em recente entrevista à agência IPS, uma das principais conclusões: o projeto Carajás poderia provocar um desastre econômico e social para os sete milhões de habitantes da região, já muito empobrecidos.

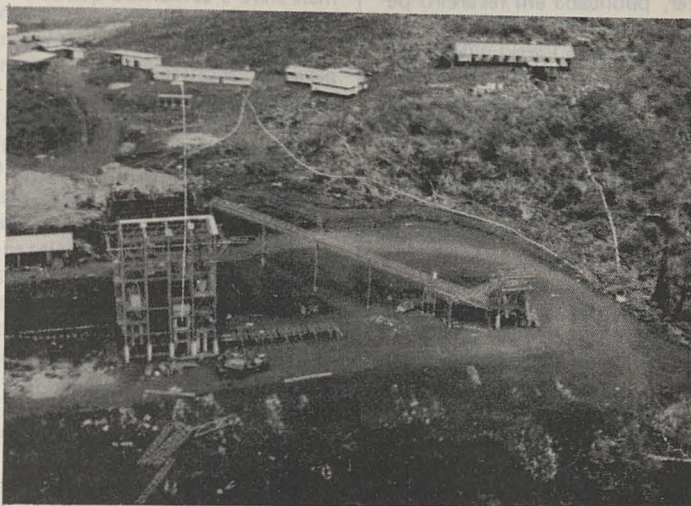
O grande projeto Carajás também agravará a crise econômica brasileira, na medida em que a companhia estatal Vale do Rio Doce (CVRD) investiu um crédito de 1,8 bilhão de dólares num plano que subsidia os investidores estrangeiros, mas que não produz benefícios para a economia do país.

O núcleo do programa — "Ferro-Carajás" — realizará explorações visando a exportação de 27 milhões de toneladas de depósitos calculados em 35 milhões de toneladas de minério de ferro de alto teor. Porém, a CVRD está aplicando, "preços de saldo a esse minério de alto teor", afirmaram as fontes do LAB. A metade dos lucros obtidos serão destinados ao pagamento de juros à Comunidade Econômica Européia (CEE), ao Banco Mundial e outras agências de financiamento.

O custo das operações consumirá a outra metade dos benefícios, razão pela qual o item

"Ferro-Carajás" do programa, provavelmente só provocará perdas. Em consequência, sua manutenção exigirá, no futuro, contrair "novos empréstimos", disseram as fontes do LAB.

A região possui ricos e extensos recursos minerais, calculados em 25 a 30 bilhões de toneladas de cobre, além de manganês, ouro, níquel e outras reservas. Esse fato atraiu, de forma considerável, o interesse internacional.



O projeto, de dimensões faraônicas, pode tornar mais pobres os já empobrecidos habitantes da região

A companhia estatal Eletro-norte emprestou 7,5 bilhões de dólares para construir a represa hidrelétrica de Tucuruí. Algumas companhias japonesas, a norte-americana *Alcoa* e a *Billington* (propriedade, em parte, da *Royal Dutch Shell*) comprarão 800 megawatts de eletricidade quando a primeira fase de Tucuruí, cuja capacidade será de 4.000 MW, começar a produzir.

Mas o preço, segundo as mesmas fontes do LAB, será

pelo menos 15% mais baixo que o cobrado aos usuários brasileiros. Enquanto o sul industrializado do Brasil sofre uma saturação de eletricidade, a demanda industrial desta é muito baixa ao norte do país. As fontes assinalaram que a eletrificação rural não é uma prioridade. "O projeto, em seu conjunto, dá a impressão de um forte subsídio às companhias estrangeiras de alumínio", afirmaram.

A represa deverá inundar 216 mil hectares de florestas virgens e se o seu potencial de madeira fosse comercializado seria possível financiar entre 30 e 40% do seu custo. Mas, em vez

disso, é provável que as madeiras apodrecidas no fundo sujem suas turbinas.

Para grande parte dos habitantes dos estados do Maranhão, Pará e do extremo norte de Goiás, atingidos pelo projeto, "o problema-chave é a terra". O projeto ignorou os direitos constitucionais sobre as terras e as garantias desse tipo dadas às comunidades indígenas, afirmaram as mesmas fontes.

(Peter Thompson)

Granada: carta de ex-ministro revela conspiração para a invasão

□ A invasão de Granada por tropas norte-americanas a 25 de outubro do ano passado foi planejada desde setembro com participação de membros do governo parlamentarista deposto em março de 1979, quando Maurice Bishop assumiu o poder.

A revelação foi feita em carta do ex-primeiro-ministro granadense Eric Gairy a um amigo identificado apenas como Peter, publicada em fevereiro pelo semanário *Cruisader*, do opositor Partido Trabalhista Progressista (PLP) de Granada. Na carta, datada de 13 de setembro e com a assinatura de Gairy, de acordo com o jornal, o ex-primeiro-ministro lamenta que sua visita ao Caribe, em setembro, não tenha coincidido com a invasão, à qual se refere como o "acontecimento".

Gairy foi deposto a 13 de março de 1979 pelo Movimento de Nova Jóia (NJM), liderado pelo também ex-primeiro-ministro Maurice Bishop, e se exilou nos Estados Unidos. En-

tre 15 de agosto e 8 de setembro passado, ele esteve em Barbados na primeira visita ao Caribe após sua deposição. O ex-primeiro-ministro foi recebido friamente e acabou sendo expulso do país. Antes, porém, deu entrevistas e perguntado sobre quando voltaria a Granada, disse que era "difícil" responder devido a sua "situação peculiar".

Na carta a Peter, Gairy foi mais claro e comentou que suas entrevistas foram ouvidas pelos granadenses e "preparando-os para os acontecimentos pelo qual seriam libertados do câncer comunista sob o qual viveram nos últimos quatro anos e meio". O *Cruisader* ressalta que os fatos ocorridos após a visita de Gairy mostram que o acontecimento a que ele se refere é mesmo a invasão da ilha pelos *marines* norte-americanos.

A 15 de outubro, um golpe de ultra-esquerda depôs Bishop. Milhares de seus partidários dominaram os soldados que montavam guarda em sua casa e o

libertaram. Recapturado dois dias depois, ele foi executado a tiros com cinco de seus ministros.

A preparação da invasão foi confirmada a 26 de outubro pelo embaixador dos Estados Unidos na França que disse, em entrevista, que a intervenção militar da véspera tinha sido planejada com antecipação. O embaixador desmentiu depois suas declarações.

Recentemente, Gairy voltou a Granada. Seu Partido Trabalhista Unido de Granada (Gulp) participará das eleições previstas para novembro deste ano.

Enquanto isso, sete países do Caribe estudam a formação de uma força militar conjunta para defender seus governos contra "ameaças à segurança". O primeiro-ministro de Barbados, John "Tom" Adams, principal defensor da idéia, explicou que as forças de cada país seriam incorporadas à regional que teria comando unificado sob orientação política geral.

A Organização dos Estados do Caribe Oriental (Oeco) informou que as articulações estão sendo feitas fora do âmbito da entidade e fontes asseguram que o governo Reagan apóia fortemente o projeto de constituir a força com 1.800 homens.

Sudão: a "Chevron Oil Company" suspende suas atividades

Segundo informações procedentes de Cartum, a empresa norte-americana *Chevron Oil Company* suspendeu suas operações em certas regiões do país, o que pode significar uma interrupção total de suas atividades.

A medida se deve ao ataque, no mês de fevereiro último, contra um dos acampamentos da companhia, no qual

morreram três funcionários: um britânico, um queniano e um filipino, e foram feridos sete trabalhadores.

Olim Smith, administrador da *Chevron* no Sudão, disse aos jornalistas: "Suspendemos temporariamente nossas atividades na zona de Bentui e evacuamos umas 200 pessoas, interrompendo o bombeamento de petróleo", e acrescentou que "a medida depende da natureza da segurança ou insegurança que possamos ter" daqui em diante. O funcionário desmentiu as in-

formações segundo as quais a *Chevron* teria paralisado as operações no sul do Sudão em consequência do ataque.

Em novembro do ano passado, os separatistas sudaneses sequestraram 11 trabalhadores estrangeiros da *Chevron* e fizeram incursões na zona do canal de Jonglei, um programa de irrigação. Os problemas étnicos e políticos entre o norte e o sul do Sudão estão se agravando ultimamente, tendo-se desgastado visivelmente a base social do regime.

Líbano e Nicarágua, dois obstáculos à reeleição de Reagan

Se as arriscadas intervenções militares que promoveu não lhe ocasionarem um duro contratempo e se a recuperação econômica pós-recessiva não se interromper prematuramente, Ronald Reagan será reeleito

presidente dos Estados Unidos no próximo mês de novembro. Essa eventualidade implicaria o prolongamento, até o início de 1989, de uma era que provocou um grave retrocesso nas relações internacionais, e que teve sua expressão no fim da distensão e no retorno à guerra fria em relação à União Soviética. Se o súbito retrocesso no sentido Leste-Oeste envolve uma ameaça para toda a humanidade, pois aumenta o perigo do holocausto nuclear, o intervencionismo de Reagan constitui um movimento contrário à independência das nações soberanas, compreendidas na suposta esfera de influência e de interesses estratégicos dos Estados Unidos.

Excluindo o juízo moral a respeito das aspirações hegemônicas de Reagan e dos setores mais conservadores e belicistas do *establishment* norte-americano que o cercam, os assuntos que nos preocupam agora são a análise e as repercussões da política externa da superpotência na campanha presidencial em curso.

Começemos pela economia. Sem nenhuma dúvida, depois da mais profunda e prolongada recessão desde o pós-guerra, com suas graves consequências de desemprego e queda da produção, a economia norte-americana exibe desde 1983 um índice de crescimento econômico contínuo. Influi nesse resultado, em parte, o caráter cíclico das crises recessivas capitalistas, mas também a aplicação de uma política econômica dura, que descarregou o maior peso da crise em cima dos assalariados. Isso se refletiu tanto no desemprego como no corte dos

fundos para a assistência social, e em aspectos menos conhecidos, como o menor poder de contratação dos sindicatos, que tiveram de aceitar o congelamento dos salários (isto é, uma diminuição proporcional à taxa inflacionária) e alguns sindicatos sofreram uma redução expressiva de vencimentos.

Diante desses dados, a reativação da economia norte-americana será um fenômeno duradouro ou transitório? Essa interrogação que os políticos e economistas se colocam tem uma vinculação direta com a incógnita eleitoral. As sondagens realizadas no primeiro trimestre de 1984 prometiam a Reagan uma eleição certa por ampla margem, com base, exatamente, no bom êxito econômico e na sua dureza em política externa. Depois, se a recuperação fosse transitória e a economia tornasse a se deteriorar, o bumerangue consequente poderia desiludir os eleitores e frustrar a ambição de Reagan de se suceder a si mesmo.

Para muitos economistas ortodoxos, o programa econômico reaganiano tem pés de barro. Se depois de uma severa política anti-recessiva o Produto Nacional Bruto (PNB) norte-americano cresceu ultimamente, dois problemas crônicos não puderam ser resolvidos; ao contrário, agravaram-se sensivelmente: o déficit fiscal e o déficit da balança comercial. Tanto o orçamento federal como o intercâmbio comercial com o exterior demonstram, de fato, a acumulação de déficits monumentais. E mais: até as próprias previsões oficiais prevêem um próximo e notável incremento de ambos os índices negativos cujo peso, portanto, pode fazer desabar o modelo de Reagan e arrastar a economia norte-americana a uma nova recessão. Esta análise — aqui apresentada do modo mais sucinto — pode verificar-se desde agora, mas mesmo

sendo assim, é bem possível que as evidências correspondentes cheguem ao público só depois da votação do próximo mês de novembro. Existem mecanismos de estímulo a curto prazo que a Casa Branca, diante de uma tendência à estagnação, poderia aplicar, adiando suas manifestações. Naturalmente, isso seria impraticável diante de um evidente retrocesso. A observação do comportamento da economia nos próximos meses é, portanto, de grande importância, mas as previsões indicam que, salvo surpresas, Reagan chegaria a novembro com uma aura de vencedor econômico.

Na frente externa, ao contrário, ele está exposto a contrastes que podem deteriorar rapidamente sua imagem e fazê-lo perder votos, talvez tantos quantos para reintegrá-lo à vida privada.

A sensação de que o rompimento do diálogo com a União Soviética coloca um maior risco de guerra nuclear, isto é, uma ameaça à sua própria segurança, preocupa uma parte substancial do povo norte-americano. Contudo, até o momento, a maioria eleitoral levou em conta outros fatores, como foi comprovado nas pesquisas de opinião. Em compensação, as áreas de intervenção militar — América Central e Oriente Médio — constituem ainda para os observadores partidários de Reagan terrenos nos quais ele pode dar uma escorregada fatal.

Em ambos os casos, o presidente lançou a superpotência em uma tarefa militar volumosa e dispendiosa, tanto em termos materiais como humanos, sem atingir os resultados políticos que foram fixados.

A participação de um destacamento norte-americano na força multinacional no Líbano foi justificada para assegurar a constituição do Estado nacional e para impedir a luta entre as diferentes facções. A força de "paz" norte-americana afastou-se rapidamente dessa meta (ao contrário do destacamento italiano que continuou com as tarefas determinadas, revelando, indiretamente, o desvio dos Estados Unidos) e se transformou num fator ativo na guerra civil, junto dos seus aliados ideológicos e contra os aliados da União Soviética. Justamente, o caráter sectário assumido pelo presidente Amin Gemayel — isto é, a favor da

direita cristã maronita — e pela força de intervenção norte-americana, agrupou, de fato, forças heterogêneas do povo libanês. Em consequência da ofensiva que esses setores desfecharam, torna-se impossível ao chefe de Estado e seus aliados o controle da situação. A perplexidade da opinião pública a respeito do Líbano é grande, segundo muitos observadores, e ainda é cedo para se avaliar quais serão as repercussões internas da decisão de Reagan de retirar os *marines* de Beirute para os barcos da frota norte-americana que vigiam a costa libanesa. Muito vai depender do que acontecer no Líbano nas próximas semanas, e ao que tudo indica, nada acontecerá de bom para os interesses de Reagan, uma vez que a correlação de forças não vai favorecer os aliados de Washington. Os opositores de Reagan aproveitariam a nova conjuntura para lançar uma ofensiva num terreno no qual o presidente teria todas as desvantagens. Isso faz com que, assim como em economia é provável que as dificuldades possam ser disfarçadas até o momento de votar, no Oriente Médio aconteça o contrário. A região é um foco de extrema sensibilidade que pode acarretar dissabores ao atual presidente. Que estes dissabores possam erguer uma barreira a suas aspirações à reeleição vai depender da magnitude dos contrastes. Na América Central, o governo Reagan também se empenhou numa escalada militar infrutífera. A cada declaração sobre suas intenções pacifistas, o governo norte-americano acrescenta um incremento de sua intervenção militar, trate-se da guerra por meio de Honduras contra Nicarágua, trate-se do reforço ao exército salvadorenho em combate contra a resistência guerrilheira. Nem as operações estimuladas pelos serviços operativos norte-americanos que treinam, armam e dirigem as forças anti-sandinistas, nem as operações militares conjuntas dos Estados Unidos e Honduras, apesar de sua alarmante dimensão, foram suficientes para introduzir em território nicaraguense uma atividade contra-revolucionária que possa significar uma ameaça para a estabilidade do governo sandinista. Da mesma forma, o aumento incessante de assessores e armamentos norte-americanos foi capaz de proporcionar aos militares salvadorenhos

condições de acabarem com a resistência guerrilheira.

O fracasso na Nicarágua, decorrente da substancial unidade popular de apoio à Junta e de repúdio à intervenção norte-americana, devia ter dado lugar à busca de uma solução diplomática. Essa é a meta perseguida pelo Grupo de Contadora, integrado por quatro países da área, que obteve, à mesa de negociações, uma fórmula aceitável para as partes, com concessões significativas da Junta Sandinista. Ao mesmo tempo, o governo da Nicarágua pôs em andamento o processo de convocação eleitoral, cumprindo dessa forma com seu programa e suas promessas e, inclusive, deixando a descoberto o intervencionismo norte-americano.

A resposta de Reagan consistiu em intensificar brutalmente as hostilidades através de Honduras, levando a situação à beira da guerra entre as duas nações centro-americanas.

O comportamento de Washington foi tão flagrante que, apesar da retórica do presidente e do eco amplificado pelos meios de informação norte-americanos, é cada vez mais visível para o público a contradição entre suas palavras e os fatos de sua política.

Reagan colocou-se contra a paz regional e se transformou em fator de ativação dos conflitos bélicos nessa área estratégica e tão próxima de suas fronteiras.

Pois bem: se Reagan continuar essa política agressiva, será possível que não ocorra uma explosão bélica no decorrer deste ano? Passará o período eleitoral norte-americano sem o surgimento de um conflito?

A extrema tensão militar que incendeia a fronteira entre a Nicarágua e Honduras leva a pensar que, salvo uma espetacular modificação da atitude de Reagan (que seria exatamente o contrário da orientação que tomou até agora) é quase unimaginável que não ocorram fatos graves. Paradoxalmente, neste caso, a distensão, seja ela tática ou transitória, até depois de novembro, parece ser a variante que provocaria menores problemas eleitorais ao presidente. A oposição não poderia objetar uma aproximação real às propostas do Grupo de Contadora, de forma que uma retificação da política em relação à América

Central não seria apresentada como politicamente onerosa.

Em compensação, um conflito bélico — de cuja responsabilidade Reagan não conseguiria se desvincular — levantaria uma oposição e críticas de tal envergadura que poderiam tirar-lhe numerosos votos que o favoreceram nas sondagens do início de 1984.

Como no caso do Líbano, estamos analisando situações e conflitos reais e concretos, embora suas projeções sejam imprevisíveis. Isso é, talvez, mais visível em relação ao problema centro-americano. Nessa região, apesar do notável grau de intervenção da superpotência, as tropas norte-americanas não atuam ainda diretamente. Por outro lado, os soldados dos Estados Unidos na América Central não teriam nem a cobertura de uma força de "paz" nem o pretexto de uma guerra civil. Nessas condições, a eclosão de uma guerra que acarretasse uma intervenção direta dos Estados Unidos provocaria um trauma na sociedade norte-americana, reabriria as feridas do Vietnã, isolaria a superpotência no terreno internacional e mostraria aos eleitores os trágicos resultados de uma política baseada na força e na ameaça militar.

Segundo a tradição, em vésperas de eleições, os presidentes em busca de um novo mandato apresentam uma prudência que não deixa que eles sejam responsabilizados pelos erros e pelos fracassos. Um dos segredos da popularidade interna de Reagan consistiu em que ele se mostrou enérgico com seus adversários sem que, até agora, as graves consequências internacionais dessa atitude repercutissem negativamente dentro dos Estados Unidos. É provável que Reagan seja prisioneiro dessa experiência e continue atuando à margem da prudência.

A fracassada intervenção no Irã para resgatar o pessoal diplomático norte-americano foi um dos elementos que pesaram na derrota do antecessor de Reagan.

Por todos esses antecedentes, o Líbano e a América Central são focos de tensão que poderiam modificar as posições numa corrida na qual o atual presidente parte com grande vantagem. Essas graves situações podem se deteriorar e irromper com vigor na competição pela Casa Branca. ●

A Nicarágua é o lugar do mundo onde técnicos soviéticos ensinam num colégio salesiano;

onde um agente da CIA arrependido ajuda na colheita do algodão e explica qual poderá ser o próximo ataque norte-americano;

um político do Partido Conservador integra a Junta Revolucionária ao lado de um comandante guerrilheiro que escreve poemas e de um famoso romancista que, para lutar contra a ditadura de Somoza, voltou-se totalmente para a política; onde vários sacerdotes ocupam altos cargos num governo revolucionário e um deles explica que chegou ao marxismo através do Evangelho;

numa economia em vias de socialização, 52% da produção de um item principal como é o açúcar está nas mãos de uma empresa privada que recebe crédito do Estado e cumpre as metas fixadas pelos planejadores;

edita-se um jornal privado que ataca o governo, porque diz que não há liberdade para atacar o governo;

onde a Reforma Agrária é um projeto produtivo antes que redistributivo e o planejamento uma forma de hegemonia da luta de classes que não se suprime por decreto;

e um povo em armas para repelir uma invasão norte-americana, arrisca as conquistas de 18 anos de guerra e cinco de revolução, num processo eleitoral no qual a oposição burguesa poderá aspirar ao poder nas urnas.

Este é o desconcertante modelo nicaraguense, que se explica nas três palavras-de-ordem do pluralismo político, economia mista e não-alinhamento, cuja originalidade trataremos de expor nas diferentes matérias desta edição. O seu apego à realidade da Nação e do Povo, a sua indiferença pelas fórmulas dogmáticas tem potencialmente uma grande influência sobre revoluções futuras. Daí o seu enorme interesse, e o esforço norte-americano por reduzi-lo ao confronto Leste/Oeste, isolá-lo e esmagá-lo.

Textos, fotos e entrevistas: Carlos Castilho e Horacio Verbitsky, enviados especiais

Nicarágua

A revolução



vai às urnas



As eleições e o papel da burguesia

O sandinismo oferece garantias e se compromete a respeitar os resultados



Segundo a tradição muçulmana, a palavra *dimmi* define o papel que era concedido, tradicionalmente, a judeus e cristãos: o de minorias protegidas cujos direitos elementares eram respeitados, mas que não podiam aspirar a um papel predominante sobre os seguidores do Corão.

A semelhança dessa situação com a da burguesia nicaraguense é indisfarçável. Como vai detalhado no artigo dedicado ao pluralismo econômico nesta edição, a originalidade do modelo que floresce hoje no país centro-americano abre um amplo espaço para a localização dessa classe dentro do aparelho produtivo, graças à prioridade concedida pelo sandinismo ao desenvolvimento que permitirá a melhoria das duras condições de vida da população. "Não queremos que nossa revolução se torne cinzenta, ortodoxa. O problema básico de que devemos tratar é a extrema pobreza da Nicarágua", explica o membro da Junta de Governo, Sergio Ramírez Mercado, vinculando numa frase dois temas fundamentais que nem sempre são percebidos como as faces de uma mesma moeda.

Mas os dirigentes da Nicarágua se preocupam também em destacar que a coexistência de diversas formas de propriedade e gestão não implica que o setor privado usufrua de uma zona franca para um sistema de produção intocado e arcaico. A chave está naquilo que os nicaraguenses chamam "da lógica do sistema", que deu uma guinada de 180 graus com a derrubada de Somoza em 1979. A lógica das maiorias que substituiu à lógica dos lucros, implica que o sistema está organizado a serviço do povo.

A burguesia *dimmi* produz, lucra e usufrui de seus ganhos, mas já não comanda. A sociedade nicaraguense demonstra, assim, uma insólita realização de um conceito teórico antigo e válido, mas nunca posto em prática de forma tão clara: a Frente Nacional hegemônica pela classe trabalhadora e pelo seu partido de vanguarda.

Sergio Ramírez batizou a antiga classe dominante num Congresso de Ciências Sociais como "os sobreviventes do naufrágio". Advogado, historiador, romancista, Sergio Ramírez afirma que a burguesia deve entender que a base de sua participação social está em sua participação na produção. E, sem dúvida, os sandinistas não foram pouco persuasivos.

As eleições

Mas a Frente Sandinista resolveu realizar eleições gerais nas quais será eleito o presidente, o vice e uma Assembléia Constituinte que também cumprirá funções legislativas. Isso equivale a reconhecer, como o governo o fez através de uma lei, que os partidos burgueses podem pretender inclusive, o poder, isto é, sair de seu status *dimmi* e apresentar-se como força hegemônica da Nação.

Isso constitui, sem dúvida, uma contradição, e os dirigentes da revolução demonstraram ao longo de quatro anos e meio que não os temem, que estão habituados a conviver com as contradições, e que sabem extrair forças criativas de sua resolução correta. Agem como se a realidade operasse de forma dialética, e até agora não se deram mal.

Os chineses conservam seus burgueses, e inclusive o último imperador, que constituem atrações habituais do turismo político, mas que são antes peças de museu, memória do passado. Não têm jornal nacional, nem bispo conspirador, nem rádios, que defendam seus interesses como na doce e áspere Nicarágua. Aqui, a luta de classes salta aos olhos, é um processo dinâmico que acontece à luz do dia, e a Frente Sandinista hegemônizou-a agora através da mobilização do povo que está em armas e aceita todos os desafios confiando na vitória em qualquer terreno.

A direita, por sua vez, passou anos exigindo



Carlos Núñez Telles (à esquerda) e Sergio Ramírez (à direita), em pleno debate eleitoral

eleições, mas agora tem dúvidas se deve concorrer ou não. "Eles têm medo delas", sintetizou Carlos Núñez Telles, um dos Nove Comandantes da Revolução e presidente do Conselho de Estado. De toda forma, é muito difícil que a burguesia consiga evitar o desafio, já que a abstenção numa disputa eleitoral pode transformar-se numa renúncia definitiva à existência política futura, diante de uma Revolução que se mostrou generosa mas não fraca.

"Se a Frente Sandinista obtiver menos de 70% dos votos eu caio em prantos", disse outro dos Nove, o ministro do Interior Tomás Borge. Essa confiança, compartilhada sem exceção por todos os sandinistas, e pelo que pudemos observar na Nicarágua, solidamente justificada pela realidade, explica por que é que eles estão dispostos a correr um risco que nem Lênin, nem Mao e nem Fidel consideraram em dado momento conveniente nem necessário. E o risco é real, porque como anunciaram Daniel Ortega e Tomás Borge, não haverá censura à imprensa, os partidos usufruirão de todas as garantias, e se a Frente Sandinista for derrotada, entregará o governo e as Forças Armadas Sandinistas obedecerão a suas ordens. Isso deixa enfurecido o marxista-leninista Movimento de Ação Popular, que se opõe à eleição de uma Assembléia Constituinte com participação dos partidos burgueses e advoga, em compensação, pela instalação de uma Assembléia de Operários, Camponeses e Soldados.

A confiança sandinista baseia-se tanto na fortaleza de suas organizações de massas e no despertar da consciência do povo, do qual estas são causa e efeito, como na fraqueza da burguesia, que antes de ser *dimmi* da revolução foi *dimmi* de Somoza, a quem só enfrentou depois do terremoto de 1972, quando ele e os chefes de sua Guarda Nacional se apossaram de todos os negócios lucrativos,

obrigando-a a lutar pela sobrevivência.

Atualmente esse não é o caso, já que a Frente Sandinista considera que tanto para o desenvolvimento das forças produtivas como para preservar a união nacional, a burguesia pode continuar existindo como classe. Além do mais, para enfrentar Somoza, os burgueses podiam se aliar com a guerrilha que o combatia, enquanto que carece hoje em dia dentro da Nicarágua de sócios com poder de fogo.

Seus aliados potenciais estão no exterior: Pastora, Robelo, Calero Portocarrero, o coronel Bermúdez, Chamorro, os ex-guardas somozistas, o exército de Honduras e, por trás destes, coordenando e financiando, o governo dos Estados Unidos e seus vários milhares de soldados nas fronteiras da Nicarágua.

A grande contradição da burguesia é, então, participar segundo as regras do jogo democrático que o sandinismo coloca, para sua grande surpresa: perder e servir como minoria legitimadora da revolução, ou recusar-se a aceitar a aliança com aqueles que, a partir das fronteiras espreitam armados até os dentes, apostando em ganhar o poder total mas correndo riscos que, por serem óbvios demais, nem vale a pena descrever.

Uma oportunidade histórica

Sergio Ramírez lembra que este dilema não é novo para os burgueses de seu país, que perderam, juntamente com os instrumentos fundamentais de seu poder, a confiança histórica, e ainda não se decidem como classe a aceitar a aliança que lhes oferecem os trabalhadores organizados.

Um antecedente fundamental é a crise de maio de 1980, quando Alfonso Robelo e Violeta Barrios renunciaram à Junta de Governo, as organizações

empresariais e os partidos tradicionais ameaçaram não se integrar ao Conselho de Estado e a sua linguagem tornava-se extremamente agressiva. Em outubro do mesmo ano, após a aventura armada do fazendeiro Jorge Salazar, que morreu na ocasião, a burguesia compreendeu que devia negociar um novo entendimento como único caminho de sobrevivência, segundo explica Ramírez; e mais uma vez a Frente Sandinista lhes concedeu o espaço político que lhes tinha sido determinado desde o primeiro dia. Nem menos, nem mais.

Em 1981, quando Reagan chegou à Casa Branca, a cúpula dirigente dos empresários nicaraguenses, integrada por burgueses médios que atuam em política (enquanto a grande burguesia produz e

não rompe o silêncio), pensou que poderia conquistar maiores fatias do poder apresentando-se como mediadora da revolução diante do *big stick* que começava a projetar sua sombra sobre a Nicarágua. Mas, diz Sergio Ramírez, tiveram de aprender que a "flexibilidade não se consegue com ameaças mas com base na construção de um espaço político adequado". Hoje, os Estados Unidos e a burguesia estão incorrendo no mesmo erro.

"Talvez para uma burguesia menos atrasada ou menos primitiva, ou melhor dizendo, mais moderna, teria sido mais fácil entender quais são as regras do jogo num país em que, apesar da perda definitiva de suas armas, continua existindo e recebe a garantia de uma oportunidade histórica de partici-

Panorama político

☐ A Frente Sandinista de Libertação Nacional é a principal força política do governo, mas não é a única. Junto com seus aliados, o Partido Popular Social Cristão, o Partido Socialista e o Partido Liberal Independente, forma a Frente Patriótica.

À sua direita, milita a Coordenadora Democrática, agrupamento da oposição não-armada contra a revolução que engloba os partidos Social Cristão, Social Democrata e Liberal Constitucionalista, e uma fração do Conservador Democrata, a Central dos Trabalhadores da Nicarágua, a Central de Unificação Sindical e o Conselho Superior da Empresa Privada (Cosep). Este Cosep, integrado por empresários médios e que é quem manda na Coordenadora, exige o retorno dos dois chefes contra-revolucionários em armas, o ex-gerente da Coca-Cola na Nicarágua, Adolfo Calero Portocarrero, e o ex-integrante da Junta de Governo, Alfonso Robelo. Negam, em compensação, terem contatos com o último membro da dinastia de-

posta em 1979, Anastasio Somoza Portocarrero, *El Chigüin*.

O Partido Conservador Democrata está dividido em três facções. Uma, dirigida pela florista Miriam Arguello, tem uma posição recalcitrante. Outra, cujo líder é Clemente Guido, está mais ao centro. A terceira é comandada pelo doutor Rafael Córdova Rivas, membro da Junta de Governo. Córdova Rivas, conhecido popularmente como *Tinajón*, declara-se antiimperialista e partidário da mudança e da justiça social. À esquerda do governo encontram-se o Movimento de Ação Popular (MPA) e sua expressão sindical, a Frente Operária (que não compartilham da definição sandinista de pluralismo político e economia mista) e o Partido Comunista.

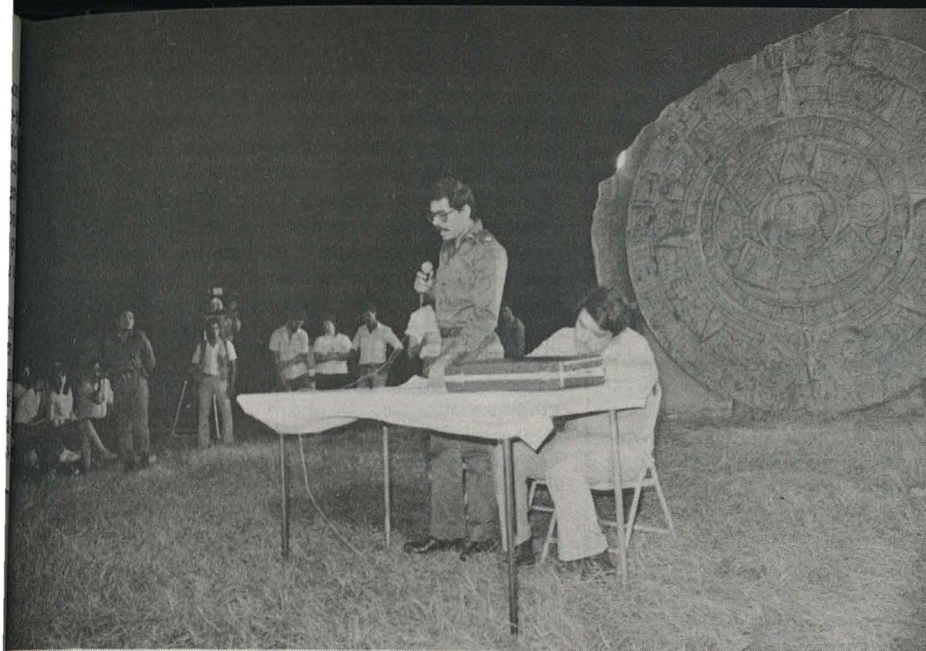
A Lei dos Partidos Políticos, sancionada pelo Conselho de Estado no segundo semestre de 1983 e regulamentada em janeiro de 1984, reconhece o direito dos partidos a optarem pelo poder político e só proíbe aqueles que apoiarem a volta do somozismo. É permitido fazer propaganda em todo o país, fazer críticas ao governo, contratar espaços nos meios de comunicação, arrecadar fundos no país e receber donativos do exterior.



O PSN (socialista) apóia o conservador Córdova Rivas, cujo partido (o PCD) rompeu com a Junta



O coordenador da Junta Daniel Ortega, num debate político ao vivo pela televisão



pação no processo, como classe”, continua Ramírez.

Os quartos “bates”

Uma das coisas que a burguesia mais custa a admitir é a continuidade do projeto sandinista, que em agosto de 1980 prometeu eleições para 1985 e que se ajusta agora a essa data. Sua perplexidade lhe impede de perceber que a convocação de todas as forças nacionais para participarem no processo tem caráter estratégico e voluntário, e não conjuntural ou imposto. Surgem daí vários equívocos que se refletem no processo eleitoral: o pedido de anistia para os chefes somozistas e os demais burgueses que se levantaram em armas como Robelo ou Calero, o que implica não perceber os limites do que é tolerável. A incredulidade acerca das intenções e pureza das eleições pode conduzir a gestos de confronto no vazio e, sobretudo, a forma como a agressão externa incide no processo político deixa a direita em situação incômoda: eles acreditam que a presença norte-americana os fortalece, quando na realidade lhes cria sérios riscos.

La Prensa apelou para uma metáfora do jogo de beisebol para exigir o retorno e a participação dos “contras”, e disse que a direita não podia competir sem seus “quartos *bates*”, isto é, sem seus melhores homens. Diante disso, o comandante Núñez Telles disse a cadernos do terceiro mundo que a “revolução pode ser generosa com os equivocados e com os guardas somozistas que se armaram para combatê-la, mas não com os chefes das organizações que planejam e executam massacres de comunidades para servir ao imperialismo. Além do mais,

mesmo que nós quiséssemos, não lhes poderíamos dar garantias. Se Bermúdez, Calero ou *O Suicida* andarem pelas ruas, não podemos garantir que a população não os linche.”

Exército e sociedade

Para participar das eleições, a Coordenadora Democrática exige que estas sejam submetidas à supervisão internacional, que os militares não votem, que a Assembléia Constituinte nomeie uma Junta Provisória pluralista e que, por sua vez, esta convoque novas eleições presidenciais.

“Pedem a supervisão da Organização dos Estados Americanos (OEA), que é um fantasma. Na crise das Malvinas, a OEA não teve nenhum papel, assim como na crise centro-americana. Eu me pergunto por que alguns cadáveres devem voltar a andar”, nos disse Carlos Núñez. Mas não há, inclusive dentro da oposição, unanimidade a respeito, já que é difícil esquecer aqui que os liberais somozistas derrotavam os conservadores chamorristas (as “paralelas históricas”) em eleições controladas diretamente pelos Estados Unidos ou por comissões internacionais. Há bastante consenso acerca de que a supervisão não garante lisura e é uma cessão inadmissível de soberania. Além disso, a Frente Sandinista não se opõe, e pelo contrário, promove a presença de observadores da ONU, do Grupo de Condatadora, do Movimento de Países Não-Alinhados, da Internacional Socialista, da Internacional Democrata-Cristã, e como disse Núñez, “inclusive da Internacional dos liberais, se eles conseguirem se organizar”.

Maior ainda é a divisão dos partidos burgueses

terceiro mundo - 21

O Conselho de Estado

☐ Esta é a atual composição do Conselho de Estado, o órgão legislativo da Nicarágua.

<i>Partidos Políticos</i>	<i>Representantes</i>
Frente Sandinista de Libertação Nacional	6
Partido Liberal Independente	1
Partido Socialista	1
Partido Popular Social Cristão	1
Partido Conservador Democrata	1
Partido Social Cristão	1
Partido Liberal Constitucionalista	1
Partido Comunista	1
Partido Social Democrata	1
Total de partidos políticos	9
Total de representantes	14

<i>Organizações empresariais privadas</i>	
Câmara de Indústrias da Nicarágua	1
Confederação de Câmaras de Comércio	1
Câmara Nicaraguense da Construção	1
União dos Produtores Agropecuários da Nicarágua	1
Instituto Nicaraguense de Desenvolvimento	1
Total de organizações empresariais	5

<i>Organizações sociais</i>	
Comitê de Defesa Sandinista	9
Juventude Sandinista 19 de Julho	1
Associação de Mulheres Nicaraguenses "Luisa Amanda Espinoza"	3
Conselho Nacional de Educação Superior	1



Barricada

<i>Organizações sindicais</i>		<i>Eixo Ecumênico (MEC-Celadec)</i>	1
Central Sandinista dos Trabalhadores	3	Forças Armadas Sandinistas	1
Associação dos Trabalhadores do Campo	2	Total de organizações	6
Confederação Geral dos Trabalhadores Independentes	2	Total de representantes	16
Central de Trabalhadores Nicaraguenses	1	Total de organizações integrantes do Conselho	31
Central de Unificação Sindical	1	Total de representantes	52
Central de Ação e Unidade Sindical	2		
Federação dos Trabalhadores da Saúde	1		
Associação Nacional de Educadores Nicaraguenses	1		
União dos Jornalistas da Nicarágua	1		
Confederação Nacional de Associações Profissionais	1		
União Nacional de Agricultores e Pecuáristas	2		

O economista Xabier Gorostiaga S. J., fez uma análise muito interessante sobre a composição do Conselho. Calculou que a Frente Sandinista e as organizações de massas identificadas com sua política ocupavam 49% das cadeiras, a direita política e empresarial 21,6%, a esquerda política e sindical não-sandinista, 13,7% e os independentes 15,8%, afirmando com isso que, segundo seu critério, "a oposição militante da direita contra a Revolução não passa de 21,6% e, portanto, esses setores estão excessivamente representados".

em torno das questões de técnica eleitoral, e é difícil refutar o argumento sandinista transmitido por Núñez a **cadernos do terceiro mundo**: "Não se podem fazer dois investimentos, organizar duas eleições, que custam pelo menos 300 milhões de córdobas cada uma (30 milhões de dólares, ao câmbio oficial) sem atingir os programas de defesa, de educação, de saúde". A realidade de um país muito pobre será certamente imposta sobre considerações técnicas que não são a raiz do problema. A Nicarágua não é a Alemanha e seus processos não podem ter as mesmas formalidades.

A questão-chave das posições da direita é a objeção ao voto dos militares, porque se torna a colocar aqui uma contradição real, neste caso entre os mecanismos de uma democracia direta, de massas, e os de uma democracia representativa, de cunho burguês. Nas democracias ocidentais européias e nos Estados Unidos, o fato de trajar uniforme não impede passar pela cabine secreta, desde que a concepção liberal rousseauiniana iguala todos os indivíduos como cidadãos, independentemente de sua atividade produtiva, sindical ou corporativa. O problema verdadeiro é o papel do Exército Popular Sandinista (EPS). É um pequeno exército, de 25 mil homens, mas a mobilização popular pode colocar em posição de combate, em 24 horas, outros 300 ou 400 mil homens. "Nossa doutrina militar inclui a participação das massas na defesa", declarou a **cadernos** o comandante Hugo Torres, responsável pela direção política do EPS. "Sem as massas, a defesa seria impossível. A defesa da paz é a tarefa mais importante e a que torna possível as eleições. Eleições dentro do quadro de um processo revolucionário, e não de fora, como a direita pretende". Ou como afirma outro dos Nove Comandantes da Revolução, Víctor Tirado, "o povo armado é o núcleo central da sociedade nicaraguense e o principal protagonista das transformações sociais da revolução".

"A direita sustenta que nosso exército é político", completa o secretário do Conselho de Estado, sub-comandante Rafael Solís, "e nós dizemos que em todos os países os exércitos não ficam de fora da sociedade em que se desenvolvem, pois os militares estão identificados com o poder estabelecido em cada país".

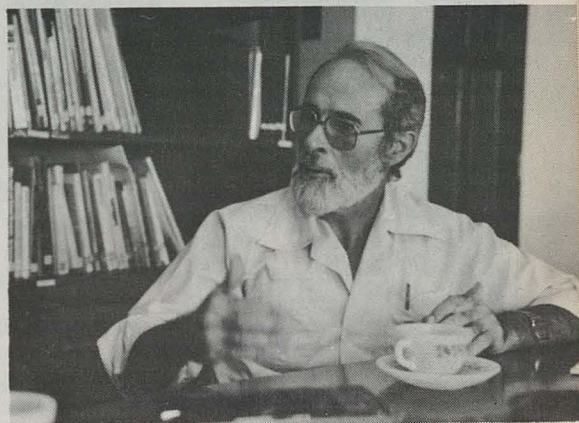
É evidente a diferença entre os exércitos tradicionais e o da Nicarágua, onde é impossível traçar uma divisão clara entre civis e militares. A intenção dos partidos burgueses de dissolver a forma organizativa do povo em armas e que se recrie o que chamam de um Exército Nacional choca-se frontalmente com esse dado básico da sociedade nicaraguense, que responde à história recente da insurreição contra Somoza, e aos atuais episódios de defesa contra a agressão. Qualquer argumento que trate de marginalizar da vida política aqueles que plan-

tam e colhem com a arma ao ombro arriscando a vida diante dos bombardeios e incursões somozistas, e pretenda ao mesmo tempo incluir nesse processo os que dirigem a agressão, significa, numa definição benevolente, um apreciável grau de ignorância acerca das condições da realidade.

Essa contradição entre democracia direta e democracia representativa será resolvida com as armas prediletas desta última, o sufrágio secreto dos maiores de 18 anos, que em caso de vitória permitiria os partidos burgueses sancionarem uma nova Constituição, nela consagrando suas idéias sobre a relação entre Exército e Sociedade. Pretender que como parte do processo eleitoral o próprio sandinismo legisle contra sua forma organizativa central, é como procurar vender a pele antes de caçar o urso.

Diversificar a dependência

Isso direciona o tema principal: a burguesia e os Estados Unidos pensam que a pressão nas fronteiras abre espaço para a oposição interna, sem perceber que os sandinistas tiveram consciência, desde o primeiro dia, das dificuldades de levar adiante uma revolução no "quintal" norte-americano e colocaram a participação de todas as classes e setores sociais num projeto de unidade nacional contra o subdesenvolvimento e a exploração.



Xabier Gorostiaga S. J.

Não se propuseram sequer a acabar de forma imediata com a dependência, o que teria sido um enunciado tão legítimo como simpático, mas diversificá-la, segundo a expressão exata do economista Xabier Gorostiaga S. J., pois consideravam que um país tão pequeno, pobre, subdesenvolvido em recursos produtivos e humanos, e aberto ao mercado mundial, não podia modificar essas condições pela simples vontade oficial.

O jesuíta Gorostiaga, diretor do Instituto Nica-

raguense de Pesquisas Econômicas e Sociais, e da Coordenadora Regional das Pesquisas Econômicas e Sociais, explica que para diversificar a dependência é preciso "andar em quatro pernas: uma quarta parte do total das relações econômicas com os Estados Unidos (contra os 70% anteriores), uma quarta parte com os países da América Latina e os Não-Alinhados, uma quarta parte com os países capitalistas europeus, e está se iniciando um processo que tende a estabelecer a outra quarta parte com os países socialistas".

O próprio Gorostiaga lembra que "as autoridades norte-americanas prenderam os pilotos nica-

raguenses que foram comprar helicópteros civis. Os Estados Unidos protestaram perante a França pela venda de um ínfimo equipamento militar à Nicarágua. Que se pretende? Manter a revolução sem força aérea nem força naval, enquanto os Estados Unidos armam de maneira desproporcionada Honduras e El Salvador?" e resume as agressões econômicas: pressões para bloquear créditos do Birf (Banco Internacional de Reconstrução e Fomento) e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), pressão sobre o Canadá para que desvie sua ajuda econômica de Manágua para Tegucigalpa, e sobre os bancos privados para que não concedam

A polarização da igreja

□ A missa do arcebispo de Manágua, Miguel Obando, começa às onze da manhã na igreja de Santo Domingo. É uma boa hora para os fiéis da burguesia, que praticam antes do almoço uma atividade que tanto é religiosa como política e social.



A missa aristocrática de dom Obando em Las Sierritas

A missa do padre franciscano Uriel Molina no bairro popular de Rigueiro só se inicia às cinco da tarde. Antes, o sacerdote e seus fiéis já estiveram no campo participando das tarefas voluntárias da colheita de algodão. Há, exatamente em cima do altar, uma jarra com vários galhos brancos que exibem seus flocos. Nos bancos da igreja de Santa María de los Angeles, há camponeses de pele curtida pelo sol, e também louros internacionalistas norte-americanos e europeus, atraídos pela revolução sandinista.



A missa camponesa do padre Uriel Molina, em Rigueiro

No último domingo de janeiro, Obando começou a celebração entoando o hino dos racistas do sul dos Estados Unidos na guerra de Secessão, o "Glória Aleluia"; e Molina, com um tema habitual em sua missa camponesa: "Tu és o Deus dos pobres". Obando leu um telegrama da UPI com declarações do papa sobre a educação religiosa na Itália, que ele aplicou (forçando um pouco) à situação da Nicarágua; Molina consagrou a missa à memória de vários combatentes sandinistas assassinados pela contra-revolução.

O contraste poderia ser ampliado extensamente, mas o que foi dito é suficiente para se entender o que o padre Molina nos explica com exatidão: "A igreja da Nicarágua está profundamente polarizada, em linhas que respondem à luta de classes".



Misquitos nicaraguenses

Prêmio Nobel denuncia massacre

□ O prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, denunciou que, em 6 de janeiro, 220 misquitos que tentavam retornar à Nicarágua para se beneficiarem da lei de anistia foram massacrados pelo exército hondurenho. Torna-se a colocar, assim, em termos extremamente dramáticos, a situação de uma minoria étnica de 70 mil pessoas, utilizada no século 17 pelos ingleses para hostilizar o império espanhol e que, segundo o Movimento de Índios dos Estados Unidos, é atualmente manipulada pela CIA contra a Revolução, como o foram os *hmong* do Laos e Vietnã e os

curdos do Iraque.

Após o chamado "Natal Vermelho" de 1981, quando os contra-revolucionários desfecharam ataques contra as comunidades misquitas em Río Coco, na fronteira com Honduras, o governo sandinista resolveu evacuá-las e destruir as moradias e cultivos para que não servissem aos invasores. Uns 10 mil misquitos foram reassentados em Taba Pri, onde, com crédito oficial e assessoramento técnico, cultivam arroz, milho, mandioca, banana e feijão. Uns outros tantos, que não quiseram abandonar seu habitat original, atravessaram o rio e se dirigiram a Honduras. Os contra-revolucionários recrutaram à força os homens jovens nos campos de refugiados e os armaram para atacar a Nicarágua. O massacre denunciado por Pérez Esquivel se produziu quando esses misquitos tentavam retornar à Nicarágua.

financiamento à Nicarágua, apesar de estar cumprindo todos os seus compromissos, inclusive a dívida externa contraída por Somoza em seus últimos dias. Será que a administração Reagan está tentando provocar o alinhamento cada vez maior da revolução nicaraguense com o bloco socialista, com o fim de tirar legitimidade da sua originalidade e evitar que esse modelo de economia mista e pluralismo político se consolide? A administração Reagan confia que diante das crescentes ameaças, o sandinismo se veja obrigado a formas mais rígidas de governo e a um alinhamento internacional com os países socialistas, que confirmem sua profecia antecipada de que a Nicarágua é uma nova Cuba e não uma nova Nicarágua", concluiu Xabier.

Chegamos assim ao paradoxo extremo, que nem o jovem Chamorro de *La Prensa*, nem o agressivo monsenhor Obando, nem a Coordenadora Democrática, nem o Conselho da Empresa Privada (Co-

sep) parecem perceber: não é a agressão norte-americana que protege sua existência e garante suas liberdades, e sim o sandinismo, cujo diagnóstico da realidade nicaraguense e de sua inserção no hemisfério e no mundo determina a conservação da unidade nacional, a realização de eleições livres e a manutenção tanto da economia mista como da abertura à área capitalista.

A natureza estrutural dessa necessidade explica que, apesar do estado de emergência provocado pela agressão externa, a Frente Sandinista seja a primeira interessada na aplicação do cronograma eleitoral. Naturalmente, se a invasão se concretizar, não haverá eleições nem a burguesia subsistirá tal como é hoje conhecida. Mas então os sobreviventes do segundo naufrágio deveriam dirigir suas reclamações à avenida Pensilvânia número 6.000, Washington DC. O ancião que mora lá tem o destino da burguesia nicaraguense em suas mãos. ●

terceiro mundo - 25

O que se joga no processo eleitoral?

Daniel Ortega afirma que uma vitória sandinista não modificará os rumos estratégicos



O coordenador da Junta de Governo de Reconstrução Nacional, Daniel Ortega, de 38 anos, é o chefe de Estado mais jovem da América Latina, e também o mais versátil. Comandante da Revolução, preso durante vários anos no decorrer da guerra contra a ditadura somozista, é também poeta, como

diversos ministros de seu gabinete e como algumas centenas de milhares de nicaraguenses que veneram Rubén Darío e escrevem poesias com a mesma naturalidade com que os pássaros voam.

De estatura média, magro e de bigode ralo, Daniel Ortega Saavedra usa óculos de alto grau e lentes ligeiramente escuras, por trás dos quais esconde um intenso tom afetivo. Não é um orador habituado à retórica, se exprime através de palavras francas que pronuncia sem ênfase, em voz baixa.

Suas viagens a Buenos Aires e Caracas para as cerimônias de posse de Raúl Alfonsín e Jaime Lusinchi, demonstraram que podia trocar sem muita dificuldade a calça e a camisa verdes do guerrilheiro, pelo terno escuro e a gravata do diplomata que compreende a importância das relações políticas internacionais para proteger seu povo revolucionário da agressão que o ameaça. Foi esse o tema inicial da reportagem realizada em Manágua numa noite de janeiro, depois de concluída a jornada de trabalho.

Q risco da invasão

Como avalia a situação diplomática e de segurança
26 - terceiro mundo



Ortega: "O perigo de uma invasão ainda existe"

rança diante do risco de uma invasão norte-americana?

— O perigo de intervenção norte-americana na América Central deixou de ser iminente, mas continua sendo um risco em potencial. Os norte-americanos não renunciaram a essa alternativa em El Salvador e na Nicarágua, enquanto as circunstâncias o permitam. Temos certeza, através de informação segura, que os norte-americanos desenvolveram planos nesse sentido. Os esforços do Grupo de Contadora a favor da paz, as posições claras de outros países latino-americanos e de países europeus amigos dos Estados Unidos contra a intervenção, são pressões muito importantes para chamar a atenção sobre esse perigo. Só o fato de se pronunciarem contra a intervenção significa que o perigo existe. Os avanços em Contadora continuam sendo dificultados pela política norte-americana. Cada esforço realizado pelo Grupo e que dá seus frutos em pronunciamentos ou em acordos — como os que foram obtidos recentemente no Panamá — se depara com uma resposta norte-americana no sentido de dificultar esses esforços, de criar embaraços. Após a reunião do Panamá, onde se decidiu formar comissões para tratar da temática política e

da temática econômica, os norte-americanos não hesitaram em anunciar a instalação de uma nova base militar em território hondurenho. Diante dessa intransigência norte-americana, os esforços de Contadora, dos países latino-americanos e dos países europeus interessados numa solução política, devem ser muito maiores. É preciso fazer com que a administração norte-americana seja razoável, se isso for possível, ou pelo menos chamar a atenção do povo dos Estados Unidos e respaldar as posições dos congressistas norte-americanos contrários à política intervencionista. O deslocamento das forças militares dos Estados Unidos na região ratifica a existência do perigo de intervenção. Essa presença norte-americana é reforçada pelas manobras *Ahuas Tara III*, que estão em vias de ser realizadas agora, na zona do Pacífico, na fronteira com a Nicarágua e El Salvador, a partir de território hondurenho.

Como se conciliam os esforços para a defesa contra a agressão com as eleições?

— As eleições constavam do programa da Frente Sandinista de 1977, quando lançamos uma forte ofensiva contra a ditadura de Somoza, e foram ratificadas depois do triunfo, em 1979. Em 1980, nós anunciamos que, devido à difícil situação em que havíamos encontrado o país e à necessidade de enfrentar outras tarefas prioritárias, dentre elas a alfabetização e a reativação econômica, as eleições seriam realizadas em 1985 (ver entrevista de Daniel Ortega no nº 62 de *cadernos*). Nossa apreciação falhou, pois nós não considerávamos então a possibilidade da agressão norte-americana. Contudo, a revolução se fortaleceu, derrotamos os planos dos Estados Unidos e seu instrumento militar, que são os contra-revolucionários. Continuamos caminhando no sentido da institucionalização. Aplicamos ao mesmo tempo nossos projetos econômicos e sociais, num contexto que a revolução definiu como de economia mista, não-alinhamento e pluralismo político. O maior inimigo do processo eleitoral da Nicarágua foi a ação permanente dos Estados Unidos, tanto militar quanto política e econômica. Ratificamos agora nossa proposta de 1980: processo eleitoral a partir de fevereiro de 1984. Se isso não for possível, será devido unicamente à ação agressiva dos Estados Unidos.

Menciona-se insistentemente a possibilidade de intervenção norte-americana em El Salvador, caso haja uma eventual derrubada do exército daquele país, intervenção que poderia se estender para o sul, rumo à Nicarágua. Se essa intervenção for concretizada, quais são os passos que a Nicarágua daria no plano diplomático, além da defesa popular que se está preparando?

Recorreríamos à solidariedade internacional, principalmente dos povos latino-americanos. Embora achemos que o peso da defesa da revolução repousa nos nicaraguenses e, no caso de intervenção em El Salvador, nos salvadorenhos e, fundamentalmente, nos centro-americanos, já que essa seria uma agressão direta aos povos centro-americanos. A resposta seria, no mínimo, a nível centro-americano, e confiamos em que encontraríamos também um apoio continental.

"Nós colocamos a necessidade de todas as forças sociais participarem da reconstrução nacional"

O modelo de acumulação

A empresa privada atua sem problemas aqui, enquanto produzir. Observamos que uma empresa privada produz, com crédito oficial, 52% do açúcar do país, o que é um traço expressivo num processo revolucionário. Isso funciona a curto prazo, mas o que vai acontecer a médio e longo prazos com o modelo de acumulação? Até agora, a empresa privada produz com eficiência dentro do planejamento do governo revolucionário, mas não há um conflito latente por causa da acumulação e do investimento dos lucros?

— Nós colocamos a necessidade da participação de todas as forças sociais, econômicas e políticas da Nação na reconstrução do país. Mas um princípio fundamental, sobre o qual não se podem fazer concessões, é que o esforço deve beneficiar os amplos setores trabalhadores da Nação, antigamente marginalizados e explorados. A redistribuição da riqueza que isso implica atinge as possibilidades de acumular nas condições anteriores. Há, indiscutivelmente, uma contradição permanente pelo próprio fato da presença de um setor privado, que é fonte de acumulação e que é incompatível com uma justa distribuição da riqueza. Mas existem mecanismos fiscais, através dos impostos, que tornam possível uma redistribuição cada vez mais justa, sem excluir a presença do setor privado, incentivado por um lado, mas solicitado por outro. Dessa maneira, aqueles que estiverem dispostos poderão continuar caminhando com o processo revolucionário. Mas já existem setores privados que não aceitam esses mecanismos redistributivos, que estão assumindo políticas ativas contra a revolução, não reinvestem nas empresas, tendem a ser uma força parasitária do Estado, dos bancos nacionalizados. As pessoas que pensam e agem assim não

têm futuro nesta revolução. O processo de transformação chegará em dado momento a uma distribuição justa da riqueza, mas isso não pode ser feito de forma arbitrária ou voluntarista. Estamos num momento muito importante, em que a incorporação de todos os setores pode acelerar a reativação da economia nacional, sem menosprezar os riscos e as limitações que isso acarreta.

"Estamos diante do mesmo comportamento dos EUA com relação à Nicarágua em, 1909, 1912 e em 1926"

Ouvimos dizer que o povo arrisca no processo eleitoral as conquistas de cinco anos de revolução, e que a direita também deveria arriscar suas posições. Isso significa que caso a Frente Sandinista ganhe as eleições, o processo de estatização da economia seria acelerado a partir, por exemplo, do primeiro plano a longo prazo?

— Isso não é uma urgência econômica, mas um tema político. A revolução apresentou uma série de transformações econômicas, como a reforma agrária ou a consolidação e o desenvolvimento do setor estatal, tanto agropecuário como industrial. Do ponto de vista econômico, não é necessário que o Estado procure encampar tudo. Ao contrário, deve por um lado consolidar aquilo que foi expropriado de Somoza e seus cúmplices, e continuar desenvolvendo as linhas da reforma agrária que atingiram o grande latifúndio que ainda pode sobreviver. Se bem que a Frente Sandinista deva apresentar uma plataforma que signifique em alguns aspectos um avanço e um aprofundamento da revolução, esse não é o problema fundamental no momento das eleições.

O primeiro plano a longo prazo, então, não poderá ser considerado como o preço a ser pago pela direita se perder as eleições...

— A questão do plano não tem porquê alterar a estratégia da revolução. Se um produtor violar as normas, é ele quem se afasta e se torna passível das sanções legais. Mas as eleições não alterarão a estratégia definida pela revolução.

Burguesia e processo eleitoral

Em termos internos, uma vitória eleitoral da Frente Sandinista seria somente a continuidade de

um processo de institucionalização da revolução, e o senhor acaba de dizer que no campo econômico não haverá modificações da estratégia fixada. Que consequências teria na frente diplomática?

— Seria uma ratificação do respaldo popular ao processo revolucionário, que se legitimaria, inclusive nos aspectos jurídicos que alguns governos colocam. Seria um triunfo da Nicarágua, ao pôr mais uma vez em evidência uma realidade que os Estados Unidos não quiseram reconhecer.

Mas as eleições dificilmente vão modificar a política de força dos Estados Unidos. Reagan não vai abandonar seus planos...

— A UPI já está, inclusive, divulgando pesquisas afirmando que a maioria votaria a favor da direita. É um trabalho de condicionamento da opinião pública, para acusar a Frente Sandinista de fraude eleitoral e justificar uma política agressiva contra a Nicarágua.

Acha que a burguesia estará tão disposta, no plano político, a subordinar-se ao projeto hegemônico revolucionário, e incluir-se nele como minoria legitimadora, tal como o faz no plano econômico?

— Eles contam ainda com a expectativa da intervenção norte-americana, na qual poderiam desempenhar um papel determinante. Essas esperanças que ainda restam à burguesia nicaraguense a levam a não aceitar o quadro de institucionalização apresentado pela revolução. Eles têm a esperança de que se os Estados Unidos agirem contra o regime sandinista vão colocá-los no poder. Supõem que, em caso de intervenção, os Estados Unidos levam vantagem. Isso é o que sua lógica lhes indica, porque subestimam a capacidade do povo, a resistência do povo. O enfrentamento com os Estados Unidos terá que chegar a um ponto mais duro, para que se convençam e aceitem a realidade.

O que é que a burguesia fará quando perder as esperanças de poder mudar as regras do jogo?

— Ela foi atravessando diversos períodos de adaptação, e acho que grande parte vai permanecer no país.

Como compara a situação da Nicarágua diante dos Estados Unidos, com a de Cuba diante dos norte-americanos há um quarto de século?

— Eu iria mais atrás. Estamos diante do mesmo comportamento dos Estados Unidos com respeito à Nicarágua em 1909, em 1912, em 1926. Há uma continuidade da agressão imperialista aos povos centro-americanos e em especial ao povo nicaraguense.

A atitude dos Estados Unidos pode ser a mesma, mas a situação internacional não é.

— É isso mesmo, há uma grande diferença. Os Estados Unidos já não contam com governos latino-americanos dóceis e submetidos cegamente à sua política. Eles conseguiram agrupar a maioria dos governos latino-americanos no isolamento, no bloqueio e na agressão contra a revolução cubana.

Em compensação, enfrentam agora uma atitude diferente da América Latina, uma atitude digna, que identifica corretamente seus interesses, em aspectos de soberania, em aspectos econômicos. Também mudou a atitude da Europa. Independentemente da atitude obcecada dos Estados Unidos, apesar de sua política intervencionista, prosseguiram mudanças revolucionárias na África, na Ásia, na América Latina, e surgiram novas situações apesar de sua política de hegemonia na Europa. A política norte-americana de agressão é rejeitada atualmente no mundo todo. Sem bases para enfrentar essa rejeição, o único argumento que resta aos norte-americanos é chantagear a humanidade com suas armas atômicas.

Uma OEA sem os Estados Unidos

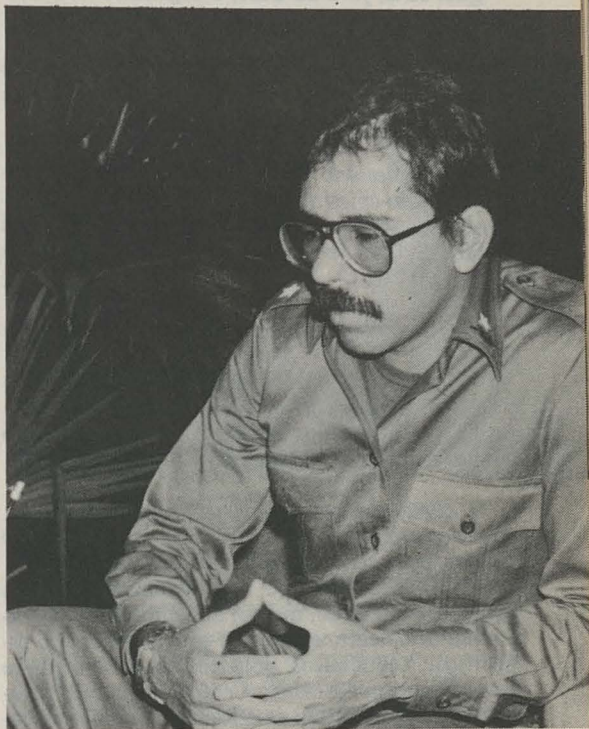
Depois de sua derrota nas votações do Tiar durante a guerra das Malvinas, os Estados Unidos deixaram de recorrer à OEA...

— ...essa é uma das maiores evidências. Os Estados Unidos se definiram a favor de uma política imperialista, como era de se esperar, e a partir desse momento abandonaram, não a OEA, mas a América Latina.

Não acha que a guerra das Malvinas obrigou os Estados Unidos a adiar seus planos contra a Nicarágua?

— Em primeiro lugar, é preciso levar em conta a luta dos povos da América Latina. Desde a década de 60, depois da derrubada de Pérez Jiménez e Batista, houve um auge da luta na América Latina, manifestado das mais diversas formas, que não podemos jogar no lixo, porque essa luta se refletiu nos governos. Os governos não são um produto alheio à força das massas. Foi a força das massas latino-americanas que fez com que partidos e governos de tendência ideológica e política distinta (mesmo que possam estar identificados com determinados interesses) tenham assumido posições cada vez mais sérias e dignas, mais latino-americanas. O que aconteceu nas Malvinas não pode ser analisado à margem da força do povo argentino. A cúpula militar argentina procurou apropriar-se da reivindicação justa do povo argentino, que era ao mesmo tempo uma reivindicação justa dos povos latino-americanos, para sustentar uma situação que já era insustentável. Com isso, se fortaleceu a luta dos povos da América Latina, o sentimento latino-americano, e esta aproximação formidável dos povos

obriga a uma aproximação dos governos, independentemente de sua tendência política e ideológica. Isso é positivo para todos os povos latino-americanos, e principalmente para os povos em revolução como o nosso.



“Os EUA já não contam com governos latino-americanos dóceis e submetidos cegamente à política da Casa Branca”

Há na Argentina uma incipiente polêmica sobre o apoio de governos revolucionários ao regime militar naquele momento. O escritor David Viñas sustentou que nem sequer nesse tipo de conflito correspondia ajudar a ditadura genocida. Qual é a sua opinião?

— Respeito esse critério, mas a solidariedade era para com o povo argentino. Os militares lançaram mão da ocupação das Malvinas por causa da pressão popular latente. Nunca lhes teria ocorrido agir dessa maneira se não houvesse existido essa força das massas argentinas. Não eram os interesses dos militares que estavam em jogo, mas os do povo ar-

terceiro mundo - 29

gentino, que são os interesses da América Latina. O sacrifício do povo argentino deu como resultado seu próprio fortalecimento e um fortalecimento da unidade dos povos latino-americanos.

Qual seria, fora da OEA, o organismo indicado para que os povos latino-americanos discutam seus problemas comuns?

— Durante a guerra das Malvinas, falou-se de uma OEA sem os Estados Unidos. Eu acho que isso é o que a América Latina precisa.

Seria necessário criar um novo organismo somente latino-americano?

— Um novo organismo ou afastar os Estados Unidos da OEA. Nela, os Estados Unidos estão fora de lugar.

O Grupo de Contadora, o Sela, podem ser a base?

— Os esforços econômicos que vêm se fazendo na América Latina demonstram o choque de interesses com os Estados Unidos, e acontece o mesmo com as reuniões de Contadora.

O clima que prevaleceu na reunião de Quito, com a participação de Cuba e não a dos Estados Unidos, pode servir de base a um acordo político?

— Já existe de fato uma dinâmica cada vez maior nesse sentido, que vai se definindo um tanto conjuntamente, através de problemas muito específicos, econômicos, políticos ou como o que se coloca agora na América Central, e que vão agrupando posições latino-americanas. Isso pode assentar as bases para se ter no futuro um verdadeiro organismo regional.

O senhor acha que o Brasil, México, Venezuela e Argentina aceitariam um organismo desse tipo, sem os Estados Unidos? Avançou-se alguma coisa nesse sentido?

— Mais que de palavras, trata-se de uma questão à qual as circunstâncias irão impondo seu ritmo e seu próprio desenvolvimento. Quando, numa reunião econômica, os países latino-americanos coincidem, é porque ninguém concorda com a forma com que os Estados Unidos conduzem a situação econômica, e porque há um confronto objetivo com os países ricos do Norte, que agridem nossas economias.

A dívida externa

A dívida externa podia ser o elemento fundamental na definição política das relações entre os Estados Unidos e América Latina?

— Acho que é um dos mais importantes, e no momento é o que mais une, não somente os povos

latino-americanos, mas todos os do Terceiro Mundo.

Que desenvolvimento pode ter esse tema?

— Depende da clareza que se tenha para enfrentá-lo com ações cada vez mais coordenadas. Se as ações forem mais coordenadas, estará se fazendo uma frente comum maior, que deverá levar em conta certas especificidades, sem cair numa posição romântica, sem ilusões excessivas, mas avançando na coordenação.

“Quando os países latino-americanos coincidem, é porque ninguém aceita a posição dos EUA”

Está planejada a realização de outra reunião do mesmo nível que a de Quito?

— Trata-se sobretudo de ir aplicando algumas medidas decorrentes dessas reuniões, tanto a nível regional como sub-regional, de estimular o intercâmbio, de estimular algum tipo de política e ações concretas. Nós respaldamos com entusiasmo esse tipo de iniciativa.

Nesse contexto latino-americano, que age como um freio à política agressiva dos Estados Unidos, qual é o sentido da publicação de mapas nicaraguenses que reivindicam atóis e ilhotas que a Colômbia considera sob sua soberania?

— Esses mapas não foram publicados agora, mas há algum tempo, e estão sendo tomados como pretexto na Colômbia, por alguns elementos interessados, que servem de caixa acústica da política norte-americana. Os norte-americanos aspiram ver a América Latina dividida, em disputa...

...justamente a isso se deve nossa pergunta...

— ...nós já dissemos claramente que os litígios fronteiriços não devem constituir barreiras entre os povos latino-americanos, que têm outros problemas maiores. De que adianta ter mais território, mais população, se os grandes problemas sociais e econômicos nos esmagam a todos da mesma forma, independentemente da extensão territorial ou da população que cada país tiver? Não aceitamos nem a polêmica, nem o enfrentamento nesse terreno, porque enfraquece a unidade latino-americana.

Uma guerra em três frentes

A Nicarágua está sendo atacada em todas as suas fronteiras terrestres



é um dos principais objetivos dos grupos contrarrevolucionários que partem do território hondurenho para emboscadas contra fazendas, cidades e outros alvos civis na Nicarágua. Quase três mil guardas somozistas estão mobilizados no que ficou conhecido como o "Plano Sierra", elaborado por assessores militares norte-americanos, e cujo objetivo é a tomada da cidade de Jalapa, a mais importante da região de Nova Segóvia.

Ocotal, com seus 30 mil habitantes é um importante centro econômico ligado ao café, exploração de madeira, gado e tabaco. Na entrada da cidade, o primeiro contato com a guerra. Um velho jipe Toyota leva na sua carroceria de madeira uma patrulha sandinista. Entre os ocupantes do veículo, todos de uniforme militar, está um menino de no máximo 12 anos carregando uma metralhadora AK. Ele está sentado entre dois milicianos mais velhos, também armados com metralhadoras e fuzis. O garoto está muito sério e nem se move quando é fotografado. Sua posição dentro do jipe mostra que ele não goza de nenhum privilégio em relação aos demais. Dentro de Ocotal, os uniformes estão por todos os lados. Há sacos de areia em frente aos principais prédios públicos. No fundo das casas, foram cavadas trincheiras, mas o movimento de pessoas não mostra a menor tensão. Nas paredes das casas, multiplicam-se as pichações de apoio à revolução sandinista, com um destaque especial para o grito de guerra copiado dos republicanos espanhóis

A estrada que liga as cidades de Ocotal e Jalapa no extremo norte da Nicarágua tem pouco mais de 60km de extensão. Ela corre quase que paralela à fronteira com Honduras, com trechos onde a distância chega a ser menor do que dois quilômetros. Essa poeirenta e sinuosa estrada



Meninos de até 12 anos integram as milícias de voluntários

da década de 30: *No pasarán.*

Na praça principal, um velho prédio ostenta uma lustrosa placa de metal lembrando que naquele local Augusto César Sandino, "o general dos homens livres", lutou contra os *marines* norte-americanos que invadiram a Nicarágua em 1927. Um pouco mais adiante, numa parede ainda esburacada por tiros, sobrevive um *slogan* sandinista anterior à derrubada da ditadura somozista. As paredes de Ocotal são testemunhas mudas do longo passado de resistência da cidade contra invasores estrangeiros, mercenários e ditadores.

A mobilização militar ganha contornos mais nítidos nos primeiros quilômetros da estrada para Jalapa. À margem do caminho, os únicos que não vestem uniformes ou carregam armas são os velhos, mulheres e crianças. A tensão e expectativa pela entrada na chamada zona de combates vai aos poucos desaparecendo tal o número de milicianos, soldados ou voluntários em movimento nas laterais da estrada. Damos carona para três soldados que, finda a folga, estão voltando para a frente de guerra em Jalapa. Um deles usa um uniforme pouco convencional. Calça jeans, chapéu de pano feito em casa, em contraste com os dois outros, todos de verde-oliva. Depois de uma rápida troca de palavras, ele explica: "O uniforme está sendo lavado, mas isso não tem muita importância". Porque o essencial ele segura na mão, um fuzil FAL já bastante usado, mas perfeitamente lubrificado.

Em cada casa, sítio ou bar da beira do caminho

há sempre pelo menos um homem armado. Até os boiadeiros que conduzem lentamente umas 40 vacas e bois pela estrada, levam nas costas suas espingardas e rifles. Numa curva no caminho, os restos de um caminhão destruído por uma mina terrestre. Logo adiante, em frente a um grupo de árvores, os nossos companheiros de viagem relembram um combate com os "contras" numa madrugada de outubro do ano passado. Mais alguns quilômetros, paramos em frente a uma enorme plantação de tabaco, e surge mais um relato de uma emboscada, onde foram mortos cinco somozistas. A todo instante, nosso jipe mergulha na poeira levantada por caminhões alemães orientais IFA, do exército sandinista, que transportam desde soldados até camponeses com galinhas e cabritos. Se os veículos militares levam carga não-convencional, o mesmo acontece com os superlotados ônibus que fazem o transporte vicinal. Em todos eles, notam-se no mínimo dois ou três canos de fuzis saindo pela janela.

"Los sombreritos"

Ninguém sabe ao certo qual é o total de homens armados nessa região, que é considerada uma das mais críticas da fronteira com Honduras. Nossos caronas dizem que é segredo militar, mas em Manágua ouvimos informações de que há mais de cinco mil soldados, milicianos, voluntários e reservistas concentrados entre Ocotal e Jalapa. Eles estão misturados com a população e a prova disso é que os três que estão no jipe acenam frequentemente para conhecidos na beira da estrada ou nos pequenos povoados ao longo do caminho. A ligação entre soldados e camponeses ganha um colorido extra nas histórias contadas pelos nossos colegas de viagem sobre os efeitos da reforma agrária, da nova política de créditos para a agricultura, assistência médica e alfabetização. Todos os três soldados moram na região e não têm a menor dúvida de que os "contras" não têm o apoio da população e nem chegarão a dominá-la apesar do apoio externo. Nem mesmo a promessa de distribuição de terras em caso de vitória permitiu que surgisse um mínimo de simpatia em relação aos somozistas. O governo de Manágua acredita que a luta na fronteira é também política e, por isso, intensificou a assistência técnica e os planos de criação de cooperativas na região, com o objetivo de neutralizar a propaganda dos "contras". Pelas conversas com soldados sandinistas, ficou evidente que os guardas somozistas preferem alvos civis. Nos últimos seis meses, os ataques contra fazendas, povoados, emboscadas contra civis e sequestros de camponeses superaram largamente as investidas contra postos militares nicaraguenses. Para cada combate direto com soldados, há pelo menos sete ataques contra-revolucionários a alvos civis. Os somozistas procu-

ram evitar especialmente os enfrentamentos com os "sombrecitos", nome pelo qual são conhecidos os integrantes dos Batalhões de Luta Irregular, que usam um chapéu de caçador em vez dos quépis dos soldados.

Jalapa é uma cidade pendurada nas encostas das montanhas que servem de limite com Honduras. Para alguns, parece com Macondo, de García Márquez, só que com menos selva. Os seus nove mil moradores vivem no "olho da guerra", porque a cidade foi escolhida pelos "contras" como a capital de um hipotético território conquistado, caso venham a tomar a estrada de Ocotal, isolando Jalapa do resto da Nicarágua. A estrada já esteve interrompida pela destruição de uma ponte, mas foi recuperada pelo exército logo em seguida. Um plano que os moradores da cidade consideram simplesmente fantástico e que os militares da guarnição local classificam de impossível. De Jalapa, saem as patrulhas que mantêm vigilância constante ao longo da fronteira e fazem contatos regulares com os camponeses estabelecidos na região. Além da segurança militar, o exército sandinista intensificou, a partir de outubro do ano passado, o trabalho político junto à população local. Professores voluntários participam de brigadas de alfabetização e unidades especiais garantem o atendimento médico aos locais mais distantes. Há também dois personagens muito conhecidos na região. Eles nasceram em países distantes mas têm em comum a profissão: são padres. Um deles é espanhol, trabalha na assistência aos camponeses, tarefa para a qual depende basicamente de sua incrível dedicação e de uma metralhadora. O outro, além das funções missionárias, é capelão de uma unidade do exército sandinista, e cidadão norte-americano.

O "Plano Sierra"

Os dois padres católicos travam, à margem do exército regular, uma batalha própria contra os "contras". Nos últimos meses os somozistas passaram a distribuir cartazes nos quais afirmam que o papa apóia a campanha contra o governo sandinista, e acusam o clero nicaraguense de haver traído a igreja. Entre os camponeses de Jalapa, circulam histórias de que os curas estrangeiros seriam um dos alvos mais procurados pelos somozistas, que têm no sequestro de civis uma de suas táticas preferidas. Desde junho do ano passado, já foram registrados em toda a fronteira norte 170 casos de captura de camponeses, funcionários do governo e técnicos estrangeiros por ex-guardas somozistas.

Por ser a cidade mais importante da fronteira norte, Jalapa foi escolhida como alvo principal do "Plano Sierra", elaborado no final do ano passado depois do fracasso do "Plano C" e da "Operação Colheita". (Ver matéria "O fracasso do Plano C".)

O "Plano Sierra" prevê ataques contra as localidades de Murra, Ciudad Sandino, Santa Clara, San Fernando e Teotecacinte, com o objetivo de cortar a estrada Ocotul-Jalapa e, numa segunda etapa, ocupar essa última cidade, onde seria proclamado um governo provisório que por sua vez pediria ajuda dos exércitos centro-americanos aliados dos EUA, na organização chamada Condeca (Conselho de Defesa da América Central). Como alternativa no caso de fracasso, foi prevista uma ofensiva contra a região de Punta Cosiguina, no litoral do Pacífico, onde seria tentado um desembarque de forças que avançariam para o interior do Departamento de Chinandega.

Jornalistas nicaraguenses que assistiram a interrogatórios de somozistas detidos no norte, revelam que a FDN mobilizou pelo menos duas forças-tarefa para tentar a tomada de Jalapa. A força-tarefa Nicarao-Monimbó teria 300 homens dentro da Nicarágua e 900 em território hondurenho, nas bases de Lodoza, Las Conchitas e Las Dificultades. O chefe do grupo é o somozista Benito Bravo, encarregado de tomar a estrada Ocotul-Jalapa e os povoados de Santa Clara e São Fernando. A outra força-tarefa contra-revolucionária tem o nome de "Pino I" e reúne 1.100 homens sob o comando de José Maria Rodrigues, outro criminoso somozista procurado pela polícia nicaraguense. Os presos capturados em combate revelaram também que a "Pino I" tem como missão a conquista de Jalapa, com a eventual ajuda de uma terceira força-tarefa, a "San Jacinto", que estaria operando na região de Murra e Ciudad Sandino com mil homens.

Ao todo, acredita-se que existam mais cinco outras forças-tarefa da FDN atuando no norte da Nicarágua. No total, elas alcançariam no máximo oito mil homens, a maioria dos quais composta por ex-oficiais e ex-membros da Guarda Nacional, o exército particular da oligarquia dos Somoza. Os guardas são odiados pela esmagadora maioria dos nicaraguenses devido às atrocidades que cometeram durante os 50 anos em que o país foi transformado num feudo da família Somoza. Entre outras coisas, os atuais integrantes da Frente Democrática são acusados de terem lançado prisioneiros dentro da cratera de vulcões em atividade, de se divertirem atirando contra crianças nas ruas da cidade de León ou de treinarem meninos com menos de 12 anos para torturar presos políticos. Hoje, os ex-guardas continuam usando métodos sanguinários em seus ataques contra camponeses do norte da Nicarágua.

O caso Pantasma

Em outubro de 83, uma força-tarefa somozista chefiada por um certo Mike Lima, com 200 homens atacou o vale de Pantasma, no Departamento

1984 — Março — no. 64



A artilharia sandinista em ação nas redondezas de Jalapa

de Jinotega, onde nos três últimos anos foi desenvolvida uma ampla experiência de cooperativização. Os ex-guardas somozistas atacaram inicialmente as aldeias mais isoladas onde foram executando sistematicamente famílias inteiras de camponeses. Simultaneamente, dedicaram-se à pilhagem e destruição de tratores, equipamentos agrícolas, sementes e animais. O povoado de Vimedá foi reduzido a cinzas. Oito tratores foram incendiados e quando as forças sandinistas chegaram ao local, poucas horas depois de iniciado o ataque contra-revolucionário, 47 camponeses estavam mortos, entre eles 15 mulheres e crianças. Os "contras" demonstraram uma violência especial contra as instalações de cooperativas de trabalhadores sem terra, que no vale de Pantasma organizaram mais de 30 comunidades de produção, com a ajuda do governo. Três meses depois do ataque, os camponeses recuperaram um trator com as peças dos outros que ficaram inutilizados, receberam máquinas emprestadas de fazendas estatais das proximidades ou de outros camponeses, e a vila de Vimedá já foi parcialmente reconstruída. Foi criada uma milícia para autodefesa e tudo já teria voltado ao normal se não fosse a lembrança de nove adolescentes sequestrados pelo bando de Mike Lima e levados à

terceiro mundo - 33

força para território hondurenho. Devido à sua reduzida capacidade de recrutar adeptos, os "contras" usam o sequestro como um recurso para tentar ampliar seus efetivos. Eles atemorizam os capturados, em sua maioria jovens, dizendo que eles serão considerados traidores se voltarem a suas terras. Usam também os reféns para ameaçar as famílias que ficaram e esperam a volta dos filhos.

Em Manágua o comandante Hugo Torres, chefe da seção política do Exército Popular Sandinista, garante que a campanha de emboscadas, sabotagens e sequestros promovida pelos somozistas da FDN não chega a preocupar o governo da Nicarágua. "Eles até agora não conseguiram nenhum objetivo importante, salvo aterrorizar a população e tentar desorganizar a produção na fronteira. Além disso, vêm perdendo homens em número cada vez maior. Só nos primeiros dez dias de janeiro foram mortos mais de 230 contra-revolucionários em choques com o exército e com as milícias. A própria população local já encontrou os meios para conviver e neutralizar o terrorismo "contra". "O que nos preocupa é o que está por trás de tudo isso", diz Torres, um militar de pouco mais de 30 anos, tido como um dos homens mais influentes na hierarquia nicaraguense.

A preocupação dos dirigentes sandinistas é a possibilidade de que o exército hondurenho se envolva diretamente na atividade dos somozistas a partir de um incidente qualquer. O apoio de um setor do exército de Honduras à FDN é aberto. Além de facilidades logísticas, como os acampamentos de La Lodoza, Las Conchitas, Dificultades, Santa Rita, Mercedes, Las Vegas e Banco Grande, todos do lado hondurenho da fronteira, os "contras" usam aeroportos e aviões fornecidos pelo governo de Tegucigalpa para ataques como o registrado no dia 1º de fevereiro passado contra o Departamento de Chinandega.

A FDN disse que o ataque com aviões militares sem insígnia na fuselagem visava destruir os estúdios centrais da *Radio Venceremos*, operada pela guerrilha salvadorenha, supostamente instalados em Chinandega. Mas, minutos depois do bombardeio, a rádio foi ao ar normalmente, o que (segundo o *New York Times*) mostrou que a emissora não estava operando a partir de território nicaraguense.

Como no Vietnã

Desde julho de 79, Honduras se transformou na principal base de apoio militar dos Estados Unidos na América Central. O efetivo do exército hondurenho aumentou em 50% nos últimos dois anos. Em 1981, havia apenas um general-de-brigada. Hoje, cinco militares hondurenhos já atingiram esse grau da hierarquia castrense. O número de bases

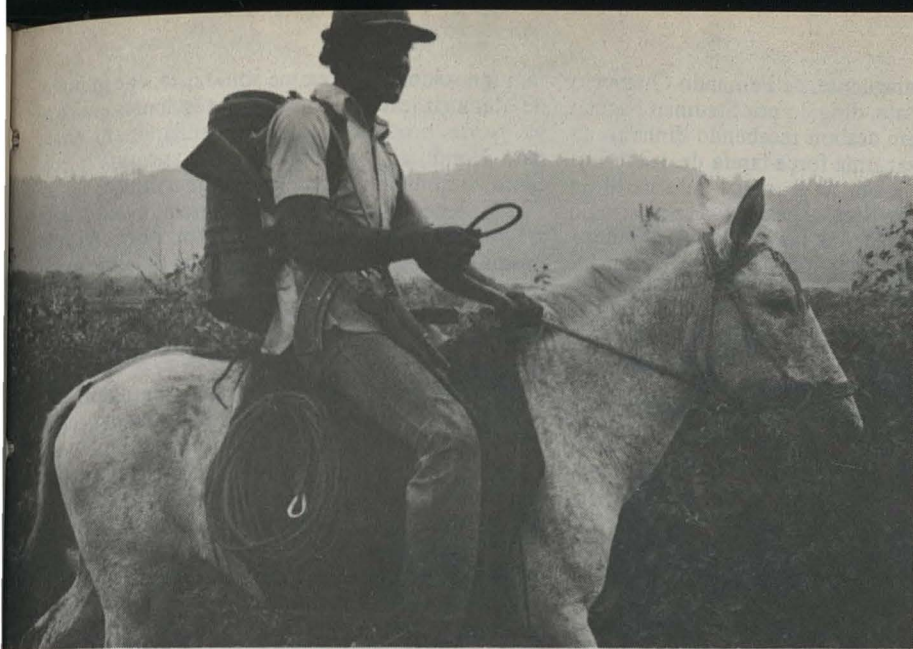
aéreas e pistas militares aumentou de 7 para 13, e o número de helicópteros de combate aumentou em 300%. Os efetivos navais, como lanchas rápidas e embarcações de desembarque, dobrou. Três complexas instalações de radar e rádiocomunicação foram montadas recentemente na ilha Tigre, em Cerro Ule e em Puerto Lempira (no Atlântico). Em 1981, nada menos que 56 chefes militares norte-americanos visitaram Honduras. Em 1982 e 1983, o número de visitas subiu para mais de cem, período em que a ajuda militar norte-americana a Honduras chegou a 40 milhões de dólares.

No ano passado, o Pentágono organizou as mais longas manobras militares já realizadas com um exército latino-americano. Desde o ano passado, já foram realizadas duas manobras conjuntas denominadas *Ahuas Taras I e II* ("Pinheiro Grande") e para 84 está prevista a realização de uma terceira versão, ainda maior. Cerca de seis mil soldados norte-americanos sob o comando do coronel Arnie Schlossberg realizaram exercícios conjuntos com quatro mil soldados hondurenhos. A partir deste mês de março se acredita que pelo menos dez mil soldados norte-americanos sejam levados para Honduras em aviões transporte do *Military Airlift Command*. No ano passado, as manobras aconteceram na costa atlântica e na região central. A *Ahuas Tara III* acontecerá agora na costa do Pacífico, perto das fronteiras de Honduras com a Nicarágua e El Salvador. Segundo especialistas militares, a duração das manobras contraria todas as regras militares, que geralmente classificam esses exercícios como de curta duração.

Outro sintoma de que a presença norte-americana em Honduras não tem caráter transitório está no fato de que cerca de 800 militares dos Estados Unidos continuarão em território hondurenho até o início da operação "Pinheiro Grande III" para vigiar instalações militares consideradas secretas.

No dia 11 de janeiro passado, os soldados sandinistas derrubaram um helicóptero que penetrou em espaço aéreo nicaraguense na região de Teotecacinte. O aparelho tinha como tripulação, um piloto e dois engenheiros militares, todos eles norte-americanos. O voo do helicóptero do tipo OH-58, sem identificação na fuselagem, trouxe às manchetes de jornais a prática quase rotineira de invasões do espaço aéreo nicaraguense por aviões norte-americanos e hondurenhos.

O ministro da Defesa da Nicarágua, Humberto Ortega, revelou pouco depois, que em 1983 ocorreram 620 violações do espaço aéreo do seu país, 200 delas por aviões dos Estados Unidos. Em 1982, as invasões não ultrapassaram os 270 casos e em 81, foram registrados apenas 80 vôos não autorizados. A grande maioria dos aviões detectados pela defesa nicaraguense partiu do aeroporto de Toncontin, em Tegucigalpa ou da base de Palme



No norte da Nicarágua, os camponeses andam permanentemente armados durante o trabalho no campo

rola, construída recentemente pelos hondurenhos com financiamento e assistência técnica norte-americanos. A presença militar dos Estados Unidos também se faz sentir tanto no oceano Atlântico como no Pacífico, ao largo do litoral da Nicarágua. Fragatas da marinha norte-americana estão localizadas perto do golfo de Fonseca e de Porto Cabezas, a uma distância menor do que 200 milhas, logo, dentro de águas territoriais nicaraguenses. Nos últimos meses, foi notado um aumento da atividade de lanchas rápidas do tipo "Piranha", perto do golfo de Fonseca.

A ameaçadora presença norte-americana em Honduras é na verdade a grande preocupação do governo sandinista. No final do ano passado, Humberto Ortega deu uma entrevista à revista *Patria Libre* na qual afirmava: "Nesta guerra de agressão intervencionista dos Estados Unidos contra a Nicarágua, o governo Reagan utiliza como instrumento primário os restos da guarda somozista e outros traidores como Edén Pastora. Como segundo escalão e força de apoio imediato, usam o exército hondurenho. Essa política intervencionista, se não for suspensa, pode levar a uma confrontação do exército hondurenho com nossas forças, o que poderia servir ao imperialismo para intervir militarmente na Nicarágua com o objetivo de recuperar a hegemonia sobre nosso país. Este é o grande perigo da atual política da Casa Branca, já que, ao não poder contar com a contra-revolução, porque esta já está sendo desarticulada por nosso exército, não lhe restaria outra opção senão envolver diretamente o segundo escalão e algumas outras forças da área, daquilo que nós conhecemos como 'triângulo do norte', cujo vértice são os Estados Unidos (...).

Na medida em que continuarmos vencendo os grupos somozistas no terreno militar (...), esse triunfo torna mais próximo o perigo de uma guerra com Honduras".

Zero à direita

Mas não é só pelo lado norte de sua fronteira que a Nicarágua está sendo atacada. O pequeno povoado de San Carlos, situado a pouco mais de 10km da fronteira com a Costa Rica, no sul da Nicarágua, é desde 1982 o alvo principal da organização contra-revolucionária dirigida por Edén Pastora, o irrequieto "Comandante Zero", que rompeu com o governo sandinista em junho de 1981. O rompimento provocou uma grande expectativa porque os norte-americanos esperavam usar Pastora para tentar provocar uma divisão interna entre os sandinistas. O principal defensor dessa tese foi o ex-presidente argentino Leopoldo Galtieri que procurou vender ao Departamento de Estado norte-americano a idéia de que Pastora era a peça que faltava para a ofensiva contra o governo de Manágua. Mas o ex-comandante sandinista logo decepcionou os seus admiradores por causa do personalismo e por suas contraditórias declarações políticas. Ao deixar Manágua, Pastora classificou a revolução nicaraguense como a mais bela de todas as revoluções latino-americanas. Garantiu que nunca se aliaria aos somozistas e classificou os ex-guardas de criminosos. Mas, meses depois, ele criou, em 1982, a Aliança Revolucionária Democrática (Arde), junto com grupos direitistas e ferrenhamente anti-sandinistas como o Movimento Democrático Nicaraguense, de Alfonso Robelo, a União

Democrática Nicaraguense, de Fernando Chamorro e o grupo Misurasata, dirigido por Stedman Fagot.

Pastora também acabou recebendo dinheiro da CIA para organizar uma força-tarefa de 1.200 homens que passou a agir na fronteira sul a partir de território da Costa Rica. Apesar dos sequestros e ataques de emboscada, os homens da Arde nunca chegaram a se constituir numa ameaça séria à integridade territorial da Nicarágua. A atuação de Pastora sempre teve um forte conteúdo anedótico, como o gesto de jogar pedras sobre um povoado do sul a bordo de uma avioneta para comemorar uma emboscada. Em outubro de 82, Pastora esteve em Honduras com Robelo, Chamorro e Brooklin Rivera (um dirigente do grupo Misurasata) para um encontro com o general Gustavo Alvarez, (comandante do exército hondurenho) o responsável pela coordenação dos grupos contra-revolucionários. Segundo uma reportagem publicada por Alan Riding, no *The New York Times* de 9 de novembro passado, Alvarez teria dito ao grupo da Arde, que "a guerra contra os sandinistas estava sendo ganha sem Pastora, e que se ele quisesse trabalhar com os ex-guardas somozistas teria que seguir ordens dos Estados Unidos, Honduras e Argentina". O correspondente do *New York Times* na América Central acrescentou que o general Alvarez esteve acompanhado na reunião de um oficial argentino chamado Oswaldo Rivero e por dois norte-americanos que se identificaram como Donald e John.

A reunião, aparentemente, sepultou as pretensões de Edén Pastora de se transformar no líder de todos os contra-revolucionários. A partir dessa data, a Arde entrou em decadência. O governo da Costa Rica aumentou as pressões contra o grupo, principalmente depois que Pastora anunciou que iria deflagrar uma guerrilha contra o governo sandinista. Também de nada adiantaram os repetidos anúncios dos "contras" de que Pastora já estava dentro da Nicarágua. Na verdade, a única coisa que ele usa com eficiência é o microfone, onde exercita a sua retórica e sua velha paixão por aparelhos eletrônicos de radiotransmissão. A nível local, os "contras" de Pastora mantiveram as emboscadas e sequestros de camponeses no sul da Nicarágua até fevereiro, quando o chefe da Arde anunciou bombasticamente que mil de seus homens se entregariam à polícia da Costa Rica, um país que nunca teve muita simpatia pelos anti-sandinistas, embora tenha, em várias ocasiões, tolerado a ação de funcionários da CIA encarregados de coordenar as tentativas de desestabilização da Nicarágua.

Na costa Atlântica, a campanha contra a revolução sandinista é dirigida pela organização Misurasata. Seu chefe, Stedman Fagot, tenta reunir dissidentes *miskito*, *suma* e *rama*, para neutralizar os esforços do governo em integrar, na economia e na política da Nicarágua, esses grupos étnicos que fo-

ram ignorados pelo regime somozista. A campanha de atemorização dos misquitos residentes em Zelaya Norte procura forçá-los a emigrar em massa para Honduras, onde também existe uma importante comunidade da mesma origem étnica. No dia 20 de dezembro de 83, um comando Misurasata atacou o povoado de Francia Zirpi, obrigando mil misquitos a emigrarem para Honduras, entre eles o bispo de Bluefields, Salvador Schlaefter, que depois voltou à Nicarágua desmentindo ter dirigido um êxodo em massa, conforme chegou a ser anunciado em alguns jornais ocidentais.

Os membros do Misurasata contaram com cobertura hondurenha para realizar ataques aéreos e navais contra instalações petrolíferas em Puerto Cabezas. Seu principal objetivo estratégico é tentar criar um regime separatista na costa Atlântica. Os setores mais anticomunistas do exército hondurenho apóiam esse projeto no que se refere à tentativa de fracionar o território nicaraguense, mas são contra a pretendida unificação dos misquitos da Nicarágua com os de Honduras. Isso implicaria também um fracionamento do território hondurenho. Por essa razão, os guardas somozistas não confiam muito nos misquitos (ver "O problema misquito").

As divergências entre os três grupos contra-revolucionários tornam instável e precária qualquer união entre eles, mesmo que os especialistas da CIA tentem coordená-los. No plano das emboscadas e sabotagens, eles podem mostrar algum grau de união, mas no plano político, são poucas as chances de que algum dia venham a ter qualquer plataforma comum, tal o grau de rivalidade e ambições pessoais de seus líderes.

O exército dos fins de semana

Quem tiver hoje um pouco de curiosidade e examinar os fundos das casas, prédios públicos, conjuntos habitacionais e até mesmo dos hotéis nicaraguenses, vai ter uma surpresa. Por toda parte, existem buracos em forma de L, outros imitam espirais e existem também alguns que formam um quadrado. Quase todos foram feitos recentemente. A terra fresca amontoada nas proximidades está ali desde outubro e novembro. São as trincheiras e abrigos antiaéreos cavados pela população desde que o estado de emergência foi decretado para enfrentar uma possível invasão estrangeira ou ataques aéreos em massa. Nos bairros mais povoados de Manágua, bem como em outras cidades, existem cartazes colados em muros e paredes com instruções sobre defesa civil e proteção contra bombardeios.

A mobilização em massa da população contra um ataque está em vigor desde o agravamento das tensões militares com Honduras e Estados Unidos no ano passado. Segundo cálculos oficiais, o go-



verno sandinista espera poder mobilizar entre 200 a 400 mil pessoas em armas no espaço de 48 horas. Todas as armas disponíveis no país já foram distribuídas, principalmente na região norte e nas zonas agrícolas onde a baixa densidade demográfica cria maiores possibilidades para a infiltração de forças-tarefa contra-revolucionárias.

O estado de emergência em vigor desde março de 1982 provocou também uma série de medidas adicionais como a redução do consumo de energia elétrica, diminuição do número de páginas de jornais para economizar papel, centralização do noticiário em rádios e na TV, e a decretação de uma nova lei de serviço militar. Mas o plano mais importante foi a mobilização em massa da população. De manhã bem cedo em Manágua, é possível encontrar grupos de jovens correndo pelas ruas em uniforme ou até mesmo sem eles, em treinamento militar. No interior, aos sábados e domingos, instrutores do exército ou das milícias ensinam como manejar armas e as instruções básicas para defesa civil.

A estrutura criada para enfrentar uma possível invasão engloba hoje os ministérios da Defesa e do Interior. O da Defesa tem o controle direto das Tropas Guarda-Fronteiras (TGF), Batalhões de Luta Irregular (Blir), Unidades de Blindados, Arti-

lharia e Infantaria. Tem também a coordenação das Milícias Populares Sandinistas (MPS) às quais estão subordinados os Batalhões de Reserva (BIR) e os Batalhões Territoriais. Além disso, existe a Força Aérea, as Unidades de Artilharia Antiaérea e a Marinha. Tirando as milícias, o efetivo básico do Exército Popular Sandinista está calculado em torno de 20 mil homens e mulheres em serviço regular.

As tropas Guarda-Fronteiras e de Luta Irregular, junto com alguns batalhões da reserva e das milícias, são os responsáveis pelo combate direto contra as forças-tarefa, nas frentes de batalha. Os BIR recebem treinamento especial, enquanto as milícias territoriais realizam seus exercícios nos fins de semana, e são basicamente compostos por voluntários. As milícias territoriais têm como responsabilidade básica proteger os locais de residência e trabalho em caso de ataque, providenciando a construção de abrigos e trincheiras, ao mesmo tempo que organizam comunicações, alimentação e formação de estoques de combustíveis.

Em Manágua, por exemplo, a mobilização das milícias é mais intensa nos bairros situados perto de objetivos estratégicos, como a refinaria situada na zona sudoeste da cidade. Os bairros vizinhos de Las Brisas, Los Arcos, Valle Dorado e Linda Vista

foram transformados em verdadeiros labirintos de trincheiras. Nos fins de semana, ainda é possível ver grupos cavando, mais de cinco meses depois da região ter sido colocada na lista de prioridades imediatas para a organização da defesa da população. Os moradores desses bairros sabem que, na eventualidade de um ataque, a zona será um dos alvos mais visados e por isso continuam tomando precauções. À noite, nos fins de semana, as milícias realizam exercícios de evacuação em massa da população.

No interior, a mobilização dos civis para a defesa segue mais ou menos o mesmo programa das cidades, só que aí o realismo dos exercícios é maior porque o convívio diário com a ameaça de ataques está mais presente. As milícias regionais distribuem folhetos com instruções sobre como buscar refúgio e como ajudar pessoas atingidas por ataques aéreos ou emboscadas. O jornal *Barricada*, editado pela Frente Sandinista, está imprimindo edições especiais para camponeses que são distribuídas por milicianos ou jogadas de helicópteros, fornecendo instruções de segurança ao mesmo tempo que estimulam a discussão política em torno da ameaça de invasão estrangeira.

O mais recente de todos os planos de defesa implantou o serviço militar obrigatório para todos os homens entre 17 e 50 anos, e as mulheres entre 18 e 40 anos. Eles devem prestar serviço militar de dois anos em unidades regulares do exército. O período de serviço pode ser aumentado ou reduzido em até seis meses, de acordo com as necessidades de defesa. A nova lei enfrentou uma forte resistência dos setores conservadores da igreja e críticas generalizadas da oposição de extrema direita. Mas o fato que provocou mais polêmica foi a intensa mobilização dos setores femininos da Frente Sandinista que exigiram igualdade de tratamento em relação aos homens no serviço militar. Trinta por cento dos efetivos das Milícias são formados atualmente por mulheres.

"Se pudéssemos contar com todos os fuzis de que precisamos — garante o ministro da Defesa, Humberto Ortega (irmão de Daniel Ortega, Coordenador da Junta de Governo) — nós armariamos a todos os milhares de nicaraguenses que já estão organizados nas Milícias Populares. Além disso, gostaríamos que todo o povo nicaraguense tivesse como se defender, porque enquanto não mudar essa política agressiva dos Estados Unidos, nosso povo corre o risco de ser invadido, a exemplo do que já aconteceu várias vezes no passado. Por isso, nós não renunciamos ao nosso direito de armar cada cidadão. E quando não houver fuzis, vamos estimular a criatividade popular para fazer suas bombas de contato, empunhar suas picaretas e até facões, porque o mais importante é a decisão moral deste povo para enfrentar os agressores." •

38 - terceiro mundo

Nicarágua

O fracasso do "Plano C"

Arqueles Morales



Os chefes da Agência Central de Inteligência (CIA) em Honduras estavam radiantes naquele dia de dezembro de 1982: haviam concluído o que a imprensa norte-americana mais direitista chamaria de "um grande plano operativo". Os chefes dos contra-revolucionários somozistas recebe-

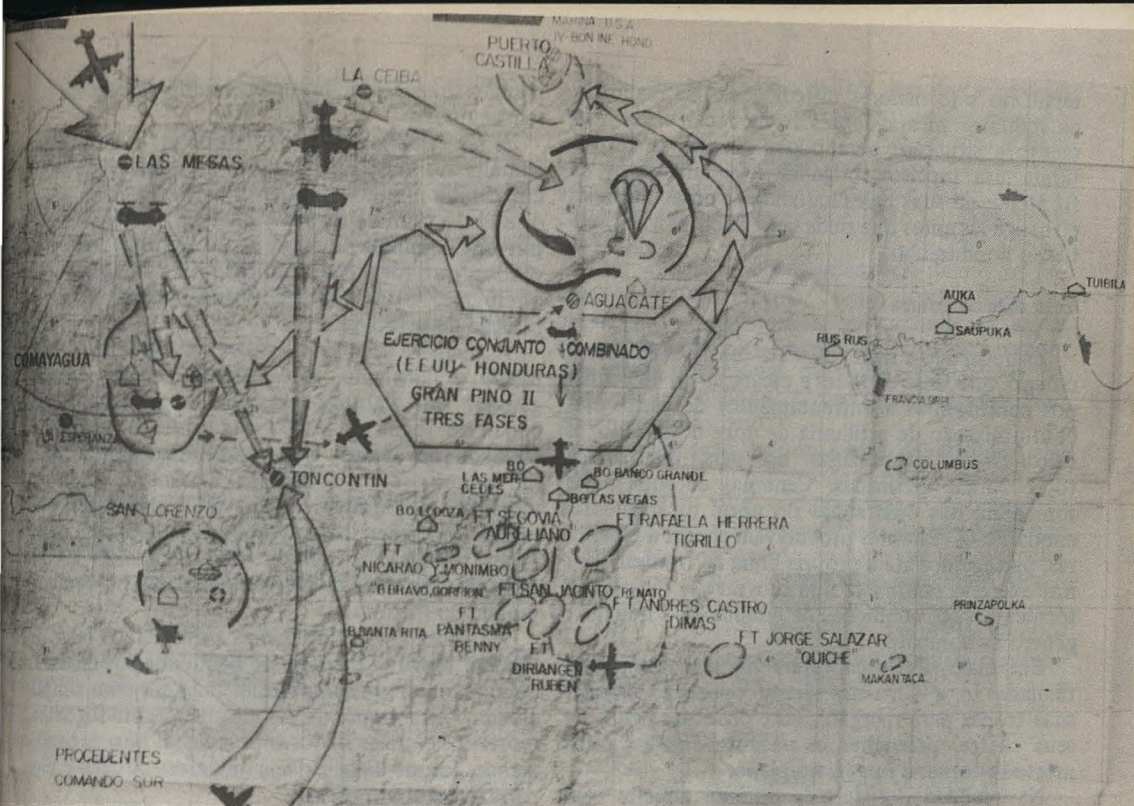
ram envelopes lacrados nos quais se detalhava o "Plano C" da CIA, através do qual pensavam ocupar uma parte do território nicaraguense em menos de dois meses.

O otimismo, como se observou mais tarde, era prematuro. Na realidade, o "Plano C" era a consequência da derrota militar dos somozistas que trataram em vão, durante 1982, de instalar-se na Nicarágua e criar bases estáveis para operar com maior eficácia. Basicamente, o plano previa uma mudança tática dos somozistas: em vez de operarem em pequenos grupos, o fariam em agrupações militares maiores e com mais poder de fogo.

Em dezembro de 1982, essas agrupações estavam formadas e treinadas, seus chefes designados pela CIA, e todas elas tinham a seu cargo regiões do norte nicaraguense nas quais se infiltrariam a partir de suas verdadeiras bases no território hondurenho. Seu nome: "forças-tarefa", uma simples tradução do conceito norte-americano *Task Force* que foi utilizado no Vietnã.

Armas norte-americanas capturadas aos contra-revolucionários





Mapa militar nicaraguense mostrando as principais bases militares de Honduras perto da fronteira

Entram em ação

Em novembro-dezembro de 1982, o Exército Popular Sandinista percebeu que havia variações no estilo da ação dos mercenários da chamada "Força Democrática Nicaraguense" (FDN), nome atrás do qual se escondem os ex-oficiais e soldados do exército do ditador Anastasio Somoza. Obedecendo à palavra-de ordem de que a cada mudança é preciso responder com outra, os sandinistas se apressaram em fazê-lo.

Vários povoados e postos fixos sandinistas foram atacados naqueles meses por contingentes somozistas, que ultrapassaram às vezes uma centena de homens. A Nicarágua decidiu, então, eliminar os postos fixos da fronteira — uma espécie de primeira linha defensiva — e reagrupar suas forças. Afloraram ao mesmo tempo os primeiros indícios da autodefesa dos camponeses nos povoados, que se transformariam, doze meses depois, num baluarte de combate revolucionário.

Os ataques foram uma experiência comandada pela CIA. Em janeiro de 1983, apareceriam ao norte, nos Departamentos de Jinotega, Matagalpa e Nueva Segovia, as primeiras forças-tarefa, algumas das quais até com 700 homens.

Não se tratava só de uma mudança no uso tático maciço de soldados. O armamento também es-

tava distribuído de outra maneira. Um pelotão de uma dessas forças, integrado por 20 homens, carregava uma metralhadora ponto 30, um lança-foguetes Law (fabricado nos Estados Unidos e que nenhum exército centro-americano possui), um morteiro, um lança-foguetes portátil RPG, granadas, rádio etc. Tratava-se, pois, de uns 20 efetivos com grande poder de destruição.

Infiltram-se na Nicarágua

Com armamento pesado, armas longas do mesmo calibre, abundante munição e uma força logística composta por mais de 500 homens postados na fronteira e o abastecimento aéreo a cargo de helicópteros e aviões do exército de Honduras, os chefes somozistas se gabaram dizendo que "tudo era questão de meses".

Basicamente, o "Plano C" concentrava-se na conquista de um povoado importante ou pelo menos significativo, no domínio e controle de uma parte do território a partir de onde os somozistas, uma vez criado um "governo", pediriam o "reconhecimento dos Estados Unidos e o dos governos democráticos e amigos da região e do mundo", como anunciava a FDN.

A contratática sandinista não deixou de surpreender os contra-revolucionários: penetraram no

terceiro mundo - 39

território sem maiores dificuldades. Na realidade, os militares nicaraguenses haviam calculado friamente a situação: para poder esmagar as forças-tarefa era preciso obrigá-las a se afastarem da fronteira, de suas bases logísticas, e então atacá-las e fustigá-las antes que pudessem retornar a seu santuário hondurenho.

Cem dias de guerra

Entre março e maio, durante cem dias de guerra cruenta que ia de choques e escaramuças de pequenos contingentes a enfrentamentos de vários dias com utilização de artilharia de um e outro lado, as forças-tarefa introduzidas no país, quatro em total, foram dizimadas. Centenas de somozistas tombaram nas montanhas do norte nicaraguense, enquanto os restantes procuravam chegar a Honduras, perseguidos até a própria linha da fronteira por um exército sandinista que provou sua moral, sua técnica e suas condições de adaptar-se a qualquer gênero de combate.

Em maio, as forças-tarefa haviam sido desarticuladas e a CIA considerou oportuno chamar suas tropas para reorganizá-las, destituir alguns de seus chefes, preencher os vácuos deixados pelos mortos e tornar a insistir no plano.

Na realidade, a derrota durante aqueles cem dias de combates ininterruptos ia mais além do tático. Do ponto de vista estratégico, os somozistas não atingiram nenhum de seus objetivos. Não conseguiram "libertar" em momento algum a parte de território de que tanto necessitavam. Uma vez iniciada a ofensiva, os sandinistas não lhes deram vez, obrigando-os a viver (segundo depoimento de sobreviventes prisioneiros) internados nas montanhas inóspitas, distante dos lugares povoados e colocados militarmente na defesa.

Além de umas poucas cooperativas que eles destruíram com fogo de morteiros, também não conseguiram ocupar nenhum povoado, nem sequer uma vila, que era seu outro objetivo. Enquanto anunciavam, a partir de Honduras, que haviam ocupado esse ou aquele povoado, o Exército Popular Sandinista conduzia ao suposto lugar jornalistas estrangeiros, muitos norte-americanos, que se encarregavam de desmentir as versões.

O povo na autodefesa

Os ataques contra-revolucionários obrigaram a população da região norte da Nicarágua, quase desde a própria vitória revolucionária, a aprender a viver entre as tempestades da guerra. A invasão das forças-tarefa, entre janeiro e maio, fez com que se aprofundasse a experiência, e as milícias camponesas se transformaram em destacamentos de auto-defesa. Todo aquele que tiver capacidade para em-

punhar uma arma, homens, mulheres e crianças, tem seu posto.

A partir de então o cultivo de grãos básicos, a colheita do café, entre outras atividades, assumiu um caráter militar: enquanto uns trabalham com o fuzil no ombro, outros vigiam, prontos para entrar em combate. O esquema se reproduz nos povoados, que foram subitamente rodeados por valas e refúgios. Ao menor sinal, todo mundo entra em posição de combate.

A ofensiva militar contra-revolucionária multiplicou o heroísmo, tão comum no povo nicaraguense. Em algumas ocasiões, com todo o seu poder de fogo, os somozistas tentaram ocupar o povoado de Jalapa, com aproximadamente nove mil habitantes, e fracassaram. Durante horas intermináveis, procuraram atingir seus habitantes, atirando com morteiros e foguetes. Dezenas de casas foram varridas da face da terra. E quando sua infantaria avançava, lá estava novamente o povo empunhando os fuzis.

Mencionamos Jalapa, mas poderíamos falar de El Cuá, Wiwilí e dezenas de pequenos povoados. É comum ouvir os camponeses dizerem com simplicidade: "Eram mais de cem homens, com foguetes, morteiros e metralhadoras pesadas. E nós, dez milicianos, fomos distribuídos na defesa circular e eles não conseguiram passar".

Novas tentativas

Foi elaborado em julho de 1983 um novo plano da CIA, o "Plano Colheita", com os mesmos propósitos do anterior. Enviaram dessa vez os melhores contingentes dos somozistas. Tropas adestradas do exército sandinista, jovens chefes militares treinados na guerra de libertação, lutaram contra eles e os derrotaram novamente.

Dessa vez, diante da derrota, as forças-tarefa se organizaram em pequenos bandos, dedicados particularmente a emboscar e destruir veículos em caminhos e estradas, assaltar cooperativas e, sobretudo, assassinar civis. Mas também não atingiram seus objetivos e foram rejeitados. A CIA assumiu então o controle direto dos planos terroristas.

Enquanto se preparava um novo ataque mercenário, sucederam-se o bombardeio do Aeroporto Internacional de Manágua, as tentativas de assassinar os padres católicos Miguel D'Escoto e Ernesto Cardenal (ministros do Exterior e da Cultura, respectivamente), a explosão de depósitos de combustível no porto de Corinto, entre outras ações. O povo e o exército comportaram-se à altura das circunstâncias. Foram derrubados pelo menos quatro aviões inimigos.

Enquanto isso, preparava-se o novo plano que foi posto em ação em novembro de 1983: tratava-se de uma invasão de maior envergadura, com o

objetivo de ocupar a cidade de Jinotega, capital do departamento do mesmo nome, ao norte do país. "Passaremos o Natal em Jinotega", diziam os chefes contra-revolucionários a seus homens. Mas desta vez o prognóstico também não foi cumprido. Nem sequer puderam se aproximar daquela cidade, e foram desarticulados mais rapidamente que em ocasiões anteriores. Algumas forças mal permaneceram durante uma semana em território nicaraguense e optaram por passar o Natal em... Honduras.

Desmoralização

Entrevistas realizadas com prisioneiros, entre eles alguns chefes militares, tornam evidente a existência de um alto grau de desmoralização nas fileiras dos homens da CIA. Origina-se, afirmam, entre outras coisas, do eterno problema do dinheiro que os chefes embolsam em detrimento do próprio equipamento e abastecimento de seus mercenários. Mas existem também outras razões.

Falando militarmente, apesar de seu poder de fogo e do apoio de uma técnica militar sofisticada,

a FDN não pôde evitar as três derrotas sucessivas de 1983. E mais: a 4 de dezembro do ano passado, o governo sandinista publicou um decreto através do qual se oferece àqueles que não tenham cometido crimes e desejem viver em paz, a entrega das armas com a garantia de que serão reintegrados às suas famílias.

Os resultados são evidentes: pelo menos mil homens — que viriam a ser o equivalente a duas forças-tarefa — renderam-se, entregando as armas em menos de dois meses. Muitos dentre eles haviam sido libertados e estão de volta a suas terras, semeando, trabalhando, favorecidos pela anistia do poder revolucionário.

A combinação de uma tática militar adequada e uma política de generosidade que dá possibilidade a "que os que se equivocaram tenham uma oportunidade", foi demolidora. Parece claro que os Estados Unidos terão de procurar outros recursos em seu poderoso arsenal conspirativo. Mas o povo nicaraguense, depois de 365 dias de guerra em 1983, está em condições de extrair de sua força moral e de sua inestimável experiência combativa a resposta à opção de Reagan. ●

Nicarágua

O dilema entre desenvolvimento e justiça social

O comandante da Revolução, Bayardo Arce, explica o novo pacto social com a burguesia



Bayardo Arce é um dos nove Comandantes da Revolução e, como tal, integrante da Direção Nacional da Frente Sandinista. Ex-jornalista, de discurso estruturado e expressão fluente, Arce tem sob sua responsabilidade a Comissão Política da Frente, um organismo cujas colocações não serão ignoradas durante o processo eleitoral em curso. Nesta entrevista



Bayardo Arce, o responsável pelo setor político da Frente

ta, Arce reflete sobre o modelo nicaraguense, o novo pacto social com a burguesia, sua repercussão no plano político e a interferência norte-americana.

Ouvimos mencionar uma frase sua que desejávamos que nos explicasse mais detalhadamente:

terceiro mundo - 41

"Se há um conflito entre a classe trabalhadora e o Estado, a Frente Sandinista deve ficar do lado da classe trabalhadora".

— Teoricamente, o Estado é uma expressão política e de classe, da classe trabalhadora. Porém, em termos operativos, pode acontecer que haja gestões concretas do Estado que não interpretem o sentimento da classe trabalhadora. E aí a Frente Sandinista, antes de colocar-se ao lado de um ou de outro, deve propiciar o diálogo, a busca conjunta da resposta correta. Na Nicarágua não se concebe nenhuma tarefa que o Estado leve adiante num sentido revolucionário sem a participação das massas. As grandes conquistas palpáveis da revolução são o resultado da participação organizada das massas. A alfabetização não teria sido possível sem a mobilização dos 90 mil professores voluntários. A erradicação da poliomielite, da malária, a medicina preventiva não são possíveis sem 90 mil voluntários de saúde vindos diretamente das massas. A educação de adultos, que abrange 150 mil alfabetizados, não é possível sem 18 mil professores voluntários. A própria colheita do café e do algodão, que podem apreciar neste momento, não é possível sem o trabalho de aproximadamente 30 mil cortadores voluntários que vêm das cidades, pois nem sequer são camponeses. A participação das massas na gestão estatal demonstrou ser indispensável e já adquire uma expressão orgânica.

"É importante entender que a burguesia da Nicarágua não chega a 700 empresários"

No Conselho da Reforma Agrária há representação dos camponeses, dos trabalhadores agrícolas. A Reforma Agrária é o eixo fundamental de transformação da realidade econômico-social do país. Nos ministérios de Planejamento, da Indústria, há representantes dos sindicatos. No ministério do Trabalho também. Não há ministério que não tenha um conselho consultivo com representação dos trabalhadores. O ministério da Educação Pública tem representação dos professores, da classe operária, para ir definindo os planos de estudo. É muito difícil que possa ocorrer uma gestão fundamental do Estado que entre em choque com os interesses das massas. Onde podem surgir problemas? Na operacionalização de algumas coisas. Têm surgido problemas em relação aos interesses imediatos dos trabalhadores. Muitas vezes, por exemplo, se atrasam os pagamentos dos professores por desordem administrativa. Os professores não podem sobreviver se não são pagos mensalmente e, algumas vezes, como consequência do não funcionamento dos mecanismos de diálogo, saíram às ruas. Então,

nesse momento, a Frente Sandinista acompanha os professores. Não pode colocar-se ao lado do ministério que tem um problema administrativo. Os professores não estão questionando a filosofia da educação, nem a essência da gestão revolucionária do ministério.

O mesmo sucede com o problema do abastecimento. Às vezes o povo protesta, pois embora exista um nível de produção que permitiria satisfazer as necessidades mínimas, nem sempre os produtos são distribuídos, talvez por obstáculos administrativos, por burocracia, até por falhas pessoais de funcionários. Nem todo funcionário do Estado é um tipo impecável. Nós vamos depurando nossa estrutura revolucionária. Nosso Estado mudou a cúpula, mas a maioria dos funcionários vem do regime anterior. Há pois um processo de reeducação. Não se trata de ir expulsando dos ministérios os empregados do velho regime, porque trabalham aí por necessidade. Alguns terão que ser afastados, mas outros conseguem adaptar-se à nova situação. Por essa razão nós afirmamos que se os mecanismos de diálogo estabelecidos não funcionam e se o povo tem que protestar sobre algum aspecto concreto, o papel da Frente é estar nesses momentos ao lado do povo.

O novo pacto social

Quais são as vantagens e as desvantagens do modelo nicaraguense que permite a livre expressão das contradições de classe, deixa que a burguesia conserve um setor importante da economia, seus órgãos de difusão, suas instituições educativas, com relação a outros modelos revolucionários onde desde o começo foram expropriadas as posses da burguesia, suprimidas suas formas de expressão e de reprodução das relações de produção anteriores?

— A vantagem é que respondemos à nossa realidade concreta. É importante entender o que é a burguesia da Nicarágua, que não chega a mais de 700 empresários que têm um determinado capital. Desses empresários, um importante setor não esteve vinculado politicamente à ditadura. É claro que operou e obteve lucros durante a ditadura. Mas o ódio do povo pela ditadura não se converteu em ódio do povo pela burguesia, porque inclusive alguns desses setores burgueses ou se mantiveram aliçados da política (o que na nossa opinião também era uma forma de manter a ditadura) ou então adotaram atitudes de oposição formal ao regime de Somoza.

Por outro lado, o grosso da produção privada, daquilo que podemos chamar de burguesia, provém de um setor pequeno e médio de proprietários que constituem uma ampla camada do país. No caso do algodão e do café, o grosso da produção não vem dos grandes proprietários e sim dos

médios e pequenos.

Em El Salvador, por exemplo, a riqueza está concentrada em 14 famílias. (Uma vez o ditador Fidel Sánchez disse que já não eram 14, mas 18.) A situação que se apresentava na Nicarágua era completamente diferente: os grandes capitais estavam divididos entre duas famílias, os Somoza e a família Pellas (que ainda subsiste, embora elementos estratégicos para a transformação revolucionária, como o principal banco do país e algumas empresas comerciais de sua propriedade, já tenham sido expropriados). Os Pellas ainda são os principais produtores de açúcar do país (mais de 50% do total), produzem todo o rum de exportação e praticamente todo o rum de consumo nacional. Mas existe um novo pacto social que se expressa nos impostos tributários e nos níveis salariais que agora têm que ser pagos aos trabalhadores. Esses impostos de agora são totalmente diferentes da época de Somoza.

Há novas regras do jogo. Essa é a vantagem de não se ter tido a pretensão de mudar mecanicamente para outro esquema revolucionário. A falha de algumas revoluções é querer trabalhar com esquemas, com manuais. Não há manual que tenha respostas para os problemas de nenhum país. Eles só fornecem idéias para serem interpretadas. Nossa vantagem é ter sabido entender qual era o nosso fenômeno. Como Sandino, atribuímos às cooperativas camponesas um valor estratégico para a solução de nossos problemas sócio-econômicos. Porém seria um erro cooperativizar pela força o campesinato. Eles têm que entender por conta própria as vantagens de estar em uma cooperativa. O camponês não cooperativizado está vendo que seus vizinhos — agrupados de 50 a 60 — têm tratores, camionetas e caminhões. Ele não tem nada disso. Seus vizinhos podem alugar um avião para a fumigação e ele ainda tem que fumigar manualmente.

É lógico que essa nossa opção também tem desvantagens. Em um país como o nosso, que ainda não produz o que consome, não só quanto a alimentos mas quanto ao consumo social em geral, o fato de que existam diferenças de classe tão marcantes pode tornar difícil para os setores explorados e marginalizados entender e aceitar que há pessoas que têm condições de vida muito superiores às suas. Porém aí está o papel e o peso político da Frente Sandinista.

Eu acredito que aqui não haveria nenhuma outra força política capaz (já que abrimos o processo eleitoral) de conter esse povo, com essas diferenças sociais. Sobre tudo agora, quando passaram pelas escolas e campos de treinamento de milicianos mais de duzentos mil nicaraguenses que sabem manejar armas; quando foram distribuídas armas para os operários e camponeses; quando este povo está em combate há dois anos graças à inspiração de

Ronald Reagan e não aprendeu na teoria o uso das armas, mas foi lutar concretamente com elas. Quando muitas famílias viram regressar seu filho, seu pai, morto, inválido.

Então o que é que nos faz merecedores da confiança do povo? Nossa trajetória revolucionária. Sandino dizia que "o homem que não pede de seu povo nem um palmo de terra para sua sepultura merece não só ser ouvido como também ser acreditado". O povo sabe de onde nós viemos, que passamos anos na clandestinidade, na montanha, desvinculados de nossas famílias, de nossas profissões, de nosso bem-estar, arriscando nossas vidas, vendo morrerem nossos melhores irmãos. Não estávamos lutando para nos enriquecer. Então, o povo sabe que quem lhe está falando é um homem conseqüente, um homem que deu o exemplo. Porém, se essa contenção da Frente Sandinista desaparecesse, quem deteria o povo?



Arce: "Aqui há duas burguesias, uma patriota e outra entreguista"

Nos primeiros meses de triunfo o povo se apoiou de tudo. A propriedade privada que existe atualmente foi garantida pela Frente Sandinista que convenceu os trabalhadores de que era necessário devolver as empresas. Tivemos que ir de empresa em empresa para dizer-lhes: "Não, este homem não foi somozista, é preciso devolver-lhe a sua propriedade". Eles só podiam confiar na Frente. Nenhum dirigente burguês ou pequeno-burguês, que em sua vida nunca soube o que é caminhar um quarteirão para conseguir comida, conseguiria vencer o povo destas coisas.

As duas burguesias

No plano econômico, nós vemos com clareza na Nicarágua a realização prática de um modelo que teoricamente se planejou em muitos lugares mas

que nunca foi feita realidade: a frente nacional hegemônica pela classe trabalhadora. No plano econômico é muito evidente esta definição da burguesia cerceada e obrigada pela mobilização popular e pela organização político-militar a um novo pacto social. Mas como funciona isso no plano político? No processo eleitoral que começa, a burguesia aceitará o papel de participação subordinada que aceita no plano econômico, ou desejará uma participação em um outro nível?

— A Nicarágua tem uma série de particularidades. Em primeiro lugar, aqui existem duas burguesias. A uma delas nós chamamos de burguesia patriótica, os empresários patrióticos, e aos outros, de empresários entreguistas. Empresários traidores, como Sandino identificava a todos os que viviam fazendo a apologia da intervenção norte-americana e transformando os norte-americanos em árbitros do que se passava na Nicarágua. São os elementos que estão mais vinculados à política (acabam de aparecer em uma conferência dizendo que eles são os guias dos partidos) mas não têm nenhuma força econômica. São empresários médios, falidos ou envidados, que em sua maioria começaram a se meter em política mais ou menos em 1974. Fizeram alguns questionamentos tímidos à gestão da ditadura e alguns deles assumiram finalmente posturas mais abertas, inclusive militando no partido que a burguesia conseguiu formar então, que era o MDN de Alfonso Robelo. Esses elementos não estão exercendo nenhum papel importante na gestão econômica, atuam praticamente como um partido político, vivem metidos na embaixada norte-americana e são os que se encarregam de questionar a Revolução em nome do setor empresarial. Digo "em nome", porque como controlam os organismos empresariais reconhecidos, neste caso o Conselho Superior da Empresa Privada, aparecem como os que representam o setor empresarial.

Aos empresários patrióticos, ao contrário, não interessa entregar-se ao jogo político. Eles estão envolvidos com a produção. Compreenderam as regras do jogo e através de convênios de produção diretos com o Estado, mantiveram a produção, como por exemplo, os 50% da produção de açúcar, e o mesmo de arroz. Mais de 50% da produção de arroz é privada e os arrozeiros produzem e entregam toda a sua produção ao Estado.

Esses 50% são produzidos por dois empresários, Samuel Amador e Samuel Manzi. Podem ver o caso do algodão. Com todos os problemas dos preços, com as dificuldades que existem, passamos de 195 mil hectares no ano passado para 255 mil hectares este ano. Se a burguesia não estivesse com a revolução, neste caso, a produção não teria aumentado em 60 mil hectares em um ano. No café, a mesma coisa. Esse setor não participa dessas organizações sindicais. Para eles, de certa forma, a Frente Sandi-

nista também é sua representação política. Sabem que nós estamos interpretando uma realidade atual e que na discussão com eles colocamos claramente nossa posição: este Estado não vai defendê-los incondicionalmente.

Toda revolução, quando surge, coloca para si uma alternativa. A quê dar prioridade? Ao desenvolvimento ou à justiça social? Realmente não é uma alternativa cabal. Não se pode dar prioridade ao desenvolvimento em detrimento da justiça social nem vice-versa, mas é preciso que se dê mais peso a uma coisa, sem descuidar da outra. Devido à nossa situação, pois não temos nem sequer assegurada a auto-suficiência alimentar, temos que dar prioridade ao desenvolvimento. E a esta dinâmica de desenvolvimento é preciso incorporar a experiência e a capacidade gerencial que, devido às injustiças do passado, se acumularam em uma classe.

A classe trabalhadora — embora seja a classe de vanguarda, a classe politicamente dirigente —, ainda não está preparada, nem ela nem seus filhos, para gerenciar este desenvolvimento, porque historicamente lhe foi negada a cultura. Sessenta e dois por cento de analfabetos foi a herança. As universidades aceitavam 70 estudantes de medicina por ano e no decorrer do curso muitos iam sendo eliminados para que não houvesse muita concorrência profissional. Quando a revolução triunfou, havia a escola de arquitetura. Já funcionava há nove anos e ainda nenhum arquiteto havia sido formado. Todos os arquitetos que tínhamos tinham se formado fora e não era possível lhes fazer concorrência. O povo vai estar capacitado na medida em que um dos eixos prioritários de nosso trabalho esteja na educação. Declaramos toda a educação gratuita, desde a primária até a universidade. Aqui não se paga para estudar. Ao contrário, pagamos a muitos para que estudem, pelo sistema de bolsas. Neste momento, temos cerca de 40 mil estudantes em educação superior, além das carreiras técnicas. Ingressam por ano mais de 600 estudantes de medicina. O total de médicos formados este ano, de 1984, será de aproximadamente 380. Porém todos são pagos segundo a sua capacidade, em qualquer parte e esse é o pacto social. Não se pode estabelecer para os donos dos engenhos, que souberam dirigir suas fábricas, um salário igual ao de um trabalhador do engenho.

Se a burguesia produtora não atua politicamente, o que representam os partidos políticos da direita, não integrados à Frente Patriótica?

— E preciso entender, de maneira geral, a formação dos partidos na Nicarágua. Teoricamente, os partidos são a expressão dos interesses de classe, mas no nosso país isso não ocorreu. Os partidos, em termos gerais, correspondem a interesses de classe, mas em suas realidades orgânicas são pro-

duto de ambições pessoais. A ditadura foi especialmente em dividir. Sempre havia alguém que fazia o seu jogo nas eleições para dar uma fachada de democracia. E assim foi acontecendo uma atomização de partidos.

Quando a revolução triunfou, havia três partidos conservadores que se fundiram em um só. Havia dois partidos social-cristãos, havia três partidos liberais. E a burguesia não tinha partido. O partido da burguesia era, em termos objetivos, a ditadura, porque podia atuar com o apoio somozista. Sabia que na hora de uma greve, os guardas chegavam para espancar os trabalhadores. E o que fazia era financiar esse partido que garantia os seus interesses, mas também financiava outros, para ter voz sobre eles. Os burgueses aqui não se metiam em política. Só depois de verificarem o avanço da Frente Sandinista e do processo revolucionário, (estou falando de 1977, 1978), é que se apressaram em formar seu partido. Porque nenhum dos partidos existentes os representava em seus interesses de classe e a ditadura que era a que melhor os representava, estava sucumbindo. Então nasceu o MDN, com um problema para eles: que nós nos infiltramos no MDN. A Frente Sandinista, que tinha dentro de seus quadros setores médios, profissionais, técnicos, executivos da burguesia e que necessitava dar-lhes certa cobertura em seu trabalho, colocou-os no partido da burguesia, que era o menos atingido pela ditadura. Inclusive ocupou, praticamente, todos os cargos dirigentes. Quando a revolução triunfou, o MDN se sentiu uma força poderosa, mas como nós passamos em seguida a reorganizar nossas fileiras como partido, tiramos toda essa gente e o MDN se tornou um esqueleto, porque os ativistas, a gente que se mexia, eram militantes da Frente.

Os partidos, hoje, não representam interesses de classe nesse sentido. A burguesia não se sente representada e é por isso que marca presença direta através do Cosep, na coalizão política. Porque sabe que nem os conservadores nem os socialistas vão representar os seus interesses.

Quando a Coordenadora Democrática coloca que, se não houver determinadas condições que enumera, não participa das eleições, a quem está representando socialmente?

— Eles estão representando os Estados Unidos. Aqui, internamente, estão representando muito pouco. Porque aqui, pela primeira vez, os médicos estão indo para o campo exercer a medicina e os engenheiros, inclusive, se sentem orgulhosos por estarem arriscando a sua vida, embrenhados na montanha. Antes eram engenheiros de gabinete. Eram os inimigos dos trabalhadores, representantes do dono da empresa. Agora, não. É um companheiro de trabalho a mais. E não estou falando de

novas gerações, dos que se formaram após a vitória. Estamos falando, inclusive, de velhos engenheiros, que por fim descobriram como se realizar. Inclusive temos como funcionários do governo uma série de companheiros da Frente que eram sócios dessas empresas e que se retiraram e entregaram o seu capital à Frente.

“Não participar das eleições é liquidar-se como partido político”

Que significado teria se esses partidos — o Social-Cristão, o Social-Democrata, o Conservador Democrata — decidissem não participar do processo eleitoral e das eleições?

— Nós acreditamos que essa é uma possibilidade que não deve deixar de ser considerada dentro da estratégia norte-americana. Se analisarmos a agenda de discussão dos Estados Unidos com a Nicarágua e os elementos centrais que nós colocamos sobre a mesa, constata-se que os Estados Unidos não estão em condições de discutir. Não estão em condições de chegar a um acordo sobre esses pontos, porque o problema da América Central não é a Nicarágua e eles sabem perfeitamente disso. E por isso é que nós lhes dizemos que eliminamos todas as bases, se eles dizem que têm medo de que instalemos bases soviéticas aqui. Se o problema são os assessores, pois retiramos todos eles amanhã. O problema são as armas? Pois as limitamos imediatamente. Dizem que têm temor do nosso armamentismo; podemos discutir, inclusive, reduções, equilíbrio. O único que resta é o elemento interno. Nós sabíamos, e demonstramos isso em todo o manejo político-diplomático da ofensiva final contra Somoza, que não era — como diz nosso povo — *comida de trompudo* (expressão popular para dizer que não é fácil) fazer a revolução no quintal dos Estados Unidos.

Definimos um projeto de institucionalização para legitimar a vontade popular. E estamos cumprindo com ele. Então, o que é que pode restar aos Estados Unidos dentro disso? Tentar deslegitimar o que nós fazemos. Um dos caminhos pode ser o abstencionismo. E nesta conjuntura se entenderá melhor nossa divisão da burguesia entre patriotas e traidores. Pode acontecer que haja dentro desses partidos mais de um entreguista, que se preste a esse jogo. Mas é possível também que elementos patrióticos, mesmo apesar de suas diferenças com a revolução, não aceitem esse jogo. Nós acreditamos que este é o elemento que vai prevalecer. Porque por outro lado, não participar é liquidar-se como partido. E não se poderá nos responsabilizar de não haveremos dado um espaço para a existência

dos partidos. Todos eles têm direitos, finalmente. Imaginem se nós utilizássemos agora os mecanismos da ditadura... Cada ano em que havia eleições, se exigia que o partido se inscrevesse e, para isso tinha que apresentar 30 mil assinaturas. Então nenhum partido alcançava esse número, só eles (os somozistas) e os conservadores, que eram as duas paralelas da composição, cumpriam com esse requisito. Se alguém pedisse agora 30 mil assinaturas a algum desses partidos, não se tem certeza de que poderiam consegui-las.

Qual é a exigência mínima agora para constituir um partido?

— Nenhuma. São partidos porque são. Porém, depois das eleições, não. Será estabelecido um mecanismo pelo qual terá que haver um número mínimo de votos. Talvez estejam então em condições de cumprir com esse requisito. Nas revoluções que se deram em outras épocas existia a esperança para a burguesia de sair do país, porque havia economias um pouco mais estáveis. Mas para onde irão nesse exato momento, com todas as economias endividadas, as empresas em falência, as burguesias decadentes em todos os lados? Muitos foram para os Estados Unidos (alguns regressaram) e ganham a vida lavando carros. Eu conheço um empresário de ônibus que foi para a Costa Rica e está vendendo

coalhada e não volta por vergonha. Nós colocamos para a burguesia desde o começo que a crise que tentaram provocar na primeira Junta de Governo (quando ocorreram as duas renúncias de Robelo e Violeta Chamorro) estava sendo utilizada pelos Estados Unidos.

A nós não iam assustar com uma guerra. Não vínhamos de uma guerra? Ainda mais que nunca a fizemos com prazos, sempre nos dispusemos a lutar o tempo que fosse necessário. Então, graças a Reagan, nossas barrigas não cresceram, como dizem, porque imediatamente ele nos impôs outra guerra e nós, então, continuamos em guerra.

Há algum tipo de condição especial na qual o governo da Nicarágua admite a possibilidade de que as eleições não sejam realizadas?

— Existe sim. Se a guerra se agravar, aqui não haverá eleições. Estamos fazendo muito esforço em levar adiante o processo eleitoral nas condições atuais. Aqui há ataques, sequestros, sabotagens, mortos do nosso lado e ainda assim nós decidimos realizar as eleições. Porém, se o quadro se complicar por uma escalada da agressão imperialista, as eleições não poderão se realizar. Não vamos gastar dinheiro, esforço, a atenção das pessoas, em uma coisa que seria absolutamente secundária, já que o principal é subsistir como Revolução.

Nicarágua

O pluralismo econômico

As conquistas de um modelo inédito entre todas as revoluções latino-americanas



manifestação apaixonada de patriotismo. Mas se le-

No dia 23 de janeiro, uma segunda-feira, o jornal *Barricada* saiu às ruas com uma manchete que deixou espantados os leitores estrangeiros, e até mesmo alguns "nicas": *Nicarágua com a taxa de crescimento mais elevada da América Latina*. A primeira reação foi a de que se tratava de uma

vamos em conta que o país está em guerra, a afirmação ganhou ares de uma enorme surpresa, ainda mais quando os dados são relativos a 1983, um ano em que quase todos os demais países do continente, incluindo gigantes econômicos como México, Brasil e Venezuela, registraram uma queda da atividade econômica da ordem de 3,3 pontos negativos.

No dia seguinte, o jornal oposicionista *La Prensa* voltou ao assunto com uma manchete beligerante na primeira página: *O Barricada mente e distorce a realidade econômica*. A partir daí, os leitores nicaraguenses, que a exemplo do resto do mundo não têm muita intimidade com estatísticas e gráficos, envolveram-se numa apaixonada polêmica sobre o comportamento da economia do país no ano passado. E o *La Prensa* se deu mal. O feitiço se voltou contra o feiticeiro, depois que a Cepal confirmou oficialmente que a economia nicaraguense registrou um crescimento superior a 4%, formando com Argentina, Cuba, Panamá e Colômbia, o grupo dos cinco únicos países latino-americanos que



O algodão é, junto com o café e o açúcar, responsável por 80% das rendas externas da Nicarágua

tiveram índices positivos do Produto Interno Bruto (PIB) em 83. Para o ministério do Planejamento da Nicarágua, o índice foi de 5%.

"A agressividade do *La Prensa* foi mais uma 'contribuição' do jornal somozista para a consolidação do governo revolucionário", garantiu com um ar irônico, o padre jesuíta panamenho Xabier Gorostiaga, diretor do Instituto Nicaraguense de Investigações Econômicas e Sociais (Inies), um organismo privado que edita a publicação mensal *Pensamiento Propio*. Gorostiaga acha que se não fosse a polêmica, muitos nicaraguenses não teriam tomado consciência da importância dos resultados alcançados pelo país no ano passado. "As pessoas não entendem direito o que representam certos números cabalísticos como o PIB e outros indicadores. Até mesmo nós, técnicos, ficamos surpreendidos com o que o *Barricada* publicou. Mas trata-se da mais pura verdade, por mais espantoso que pareça", diz ele.

"Nós aqui no Inies — explica o padre Gorostiaga — vínhamos trabalhando com um índice de 2%, enquanto o ministério do Planejamento calculava em 3% a taxa positiva do PIB nicaraguense. Aí veio a Cepal e começou a perguntar sobre vários multiplicadores, como o da construção civil, dos investimentos etc etc. Foram eles que deram a pista, obrigando-nos a reavaliar todos os nossos índices, porque nos cálculos feitos no exterior, nossa economia deveria ter se expandido em taxas superiores às que nós havíamos calculado. E quando veri-

ficamos que o país investiu nos anos de 81 e 82, em despesas infra-estruturais, quantias que alcançaram os 20% de nosso produto interno, é que descobrimos a razão do excepcional comportamento da economia, mesmo numa fase de guerra e mobilização geral para a defesa."

Na verdade, os índices apurados pelos economistas nicaraguenses revelaram uma reorientação profunda na economia nacional, que antes da derubada do somozismo estava inteiramente voltada para o exterior e para o consumo suntuário de uma pequena elite oligárquica, a família e os sócios do ex-ditador. Quando a Frente Sandinista assumiu o poder em julho de 1979, houve uma mudança qualitativa profunda nos rumos econômicos. A taxa de investimento, que havia caído a zero, foi rapidamente elevada para índices recordes na América Latina, com aplicação maciça em investimentos na agricultura e na energia. A reorientação econômica provocou um aumento de 30 a 40% na demanda de produtos básicos, entre 1980 e 1984. No mesmo período, a pecuária reagiu rapidamente e hoje o país já tem um rebanho calculado em dois milhões e meio de cabeças. A área agrícola cultivada aumentou em 49%, a safra de café cresceu 76% enquanto o açúcar registrou uma elevação de 16%, o algodão 96%, o arroz 121%, o milho 185% e o setor avícola 474%. Estes são alguns resultados já visíveis, porque outros investimentos ainda não chegaram à maturidade, como as duas usinas geotérmicas recentemente concluídas e as duas hidrelétricas



Os países europeus ajudaram na recuperação da pecuária

que devem entrar em funcionamento a partir de 1985. Também não começaram a produzir frutos os enormes investimentos feitos em bens de capital e as obras de irrigação que hoje já beneficiam 14 mil hectares de terra para café, na região de Carrazo.

O milagre

O "milagre" econômico nicaraguense tem proporções modestas comparadas com os números dos grandes países do continente. As exportações nicaraguenses atingiram 500 milhões de dólares no ano passado, ou seja 1/12 do que o Brasil exportou. Um economista nicaraguense chegou a fazer uma piada dizendo que o seu país "ganha por ano, o que alguns funcionários de outros países recebem como comissão por um grande negócio". Mas os reflexos da mudança na vida dos quase três milhões de nicaraguenses (menos do que a população que mora nas favelas de uma cidade como o Rio de Janeiro) são considerados notáveis, principalmente para os que vivem no campo. Foram estes os principais beneficiários do aumento da produção agri-

cola, que ainda registra problemas sérios no setor da distribuição nas cidades.

As razões da rápida recuperação do país depois da guerra contra Somoza estão na estrutura deixada pelo ex-ditador que detinha sozinho o controle de mais de 40% da economia e exercia sobre todos os seus concorrentes um controle e uma dominação esmagadores. Quando Somoza fugiu, o governo sandinista expropriou todos os bens da família que dominou a vida política e econômica do país durante 50 anos e ao mesmo tempo conseguiu um entendimento com os setores privados que viviam à sombra do somozismo. Esta é talvez uma das características mais originais de uma revolução que os Estados Unidos consideram marxista-leninista, mas que convive tranquilamente com um setor privado que controla 54% das atividades industriais e agrícolas. Uma revolução que destina 53% dos créditos públicos à iniciativa particular e que tem como ministro das Finanças um influente empresário.

Outro fator que deu aos sandinistas "ar suficiente" para que a economia pudesse respirar logo depois de 79, foi o manejo da dívida externa. Quando os jovens guerrilheiros abriram os cofres do Banco Central depois da queda de Somoza, não havia quase dinheiro algum e o ex-ditador deixara contas a pagar no valor de mais de um bilhão e meio de dólares (ver entrevista com o ministro do Planejamento, Henry Ruíz). Dos empréstimos contraídos por Somoza, um pouco menos da metade nunca havia entrado no país, pois o dinheiro fora depositado em bancos da Suíça, e todo mundo sabia disso. Tanto que, quando o coordenador da Junta de Governo, Daniel Ortega, foi à Assembléia das Nações Unidas e disse que apesar de considerar a dívida espúria, seu país iria pagá-la se recebesse um período de carência de cinco anos, o pedido foi aprovado sem maiores problemas.

Logo depois, entrou em ação outro fator decisivo para a recuperação. Nos quatro anos de governo da Frente Sandinista, o país recebeu doações e empréstimos em condições extremamente vantajosas num total de quase 700 milhões de dólares. Em 82, a Nicarágua não pôde pagar alguns débitos pendentes porque, desde 1981, o Banco Mundial havia suspenso todas as operações financeiras com o país, sob pressão dos Estados Unidos. A Junta de Governo propôs então uma negociação política, afirmando que sua promessa de pagar tudo continuava de pé, mas para tanto era necessário que os organismos credores mantivessem também a promessa de garantir o fluxo de recursos. Apesar das pressões de Washington, outros países como o Canadá, México e Brasil continuarão fornecendo créditos à Nicarágua, que pode assim superar os apertos financeiros, mesmo numa situação de guerra. Até agora a Nicarágua não gastou um tostão com compra de

armas, em sua maioria doadas por países socialistas. A única despesa prevista é a compra de lanchas, helicópteros e foguetes da França, num valor de 17 milhões de dólares.

"Na verdade, a política agressiva de Reagan é a principal responsável pela consolidação desta revolução. Devemos a ele o retorno a certos objetivos originais, que haviam ficado um pouco de lado, em virtude do acúmulo de tarefas imediatas após o triunfo". A frase do padre Gorostiaga serve para de alguma forma definir os dilemas atuais da economia nicaraguense. Apesar dos êxitos colhidos nos quatro primeiros anos de revolução, o país continua importando mais do que exporta. A inflação caiu de 35% para 25% ao ano, e os salários tiveram que ser congelados para permitir que as despesas com defesa continuem sob controle. O PIB ainda é inferior ao do período final de Somoza, a taxa de desemprego está avaliada em 17% e o salário-mínimo (mil dólares) é considerado baixo para as necessidades de uma família nicaraguense, que tem em média seis a sete pessoas.

Esses problemas, somados à ameaça constante de uma invasão militar, aumentaram o debate interno sobre a natureza do modelo de desenvolvimento, seu alcance e suas consequências. E nesse debate, a mobilização está sendo feita no sentido de fortalecer a unidade política para que a partir desse ponto seja possível redefinir objetivos econômicos. A Frente Sandinista está mobilizando todos os seus quadros no sentido de retornar à austeridade dos tempos da luta contra Somoza, passado o período em que as conquistas da revolução geraram uma série de benefícios imediatos para a população. Mas a nível de técnicos, as discussões se concentram na preocupação de planejar o futuro do país. Até agora, o governo nicaraguense orientou a sua economia de acordo com planos de curta duração, com base nos treze pontos do Programa da Junta de Governo de Reconstrução Nacional, redigido em San José da Costa Rica, em julho de 79, às vésperas da tomada de Manágua. Foram três planos parciais aplicados em 80, 81 e 83. Agora começa a ser discutido o primeiro projeto de longo prazo que, segundo os especialistas do ministério do Planejamento, deve dar uma resposta aos problemas de uma economia que foi se tornando mais complexa na medida em que os revolucionários passaram a dispor de um conhecimento mais profundo da realidade nacional.

E nas discussões sobre o futuro do país, uma das grandes interrogações que surgem em quase todos os debates é sobre a situação da iniciativa privada, da economia mista e da reforma agrária.

A burguesia cercada

Atualmente, convivem na Nicarágua três formas distintas de propriedade: a estatal, a cooperativa e

a privada individual. No setor da agricultura, a iniciativa individual tem uma participação de 54%, vindo depois o setor da pequena propriedade e das cooperativas com 25% e a Área de Propriedade do Povo (nacionalizada) com 21%. A família Pellas, por exemplo, controla 52% da produção de cana-de-açúcar, dispondo de um dos maiores engenhos do país. Quanto ao algodão, a maior parte da produção está nas mãos do empresário Oscar Herdocia, que divide o setor com os empreendimentos da família Montealegre. O Estado tem o controle total da produção de tabaco, mas participa com apenas 16,5% na produção de café, um dos três principais produtos de exportação da Nicarágua. A maior participação privada na agricultura se reflete na distribuição dos créditos, já que, segundo os dados de 1982, 68% dos financiamentos concedidos pelo governo para a agricultura foram destinados aos grandes fazendeiros.



A distribuição de alimentos e bens de consumo ainda é um problema sem solução definitiva

Na indústria, os interesses privados também são majoritários detendo 54% do total das propriedades, enquanto a área estatal participa com 31% e a pequena propriedade com 15%. No setor metalúrgico, os investimentos estatais controlam 99%, enquanto nos alimentos, papel, bebidas e combustíveis, a participação privada é majoritária, o mesmo ocorrendo com as roupas e a borracha. No que se refere aos investimentos, ocorre o contrário da agricultura. Na indústria, 66% dos créditos vão para o setor estatal.

As relações entre o Estado e a iniciativa privada na Nicarágua constituem um tipo único e inédito na América Latina. Não existe competição e nem

terceiro mundo - 49

PRINCIPAIS INDICADORES DOS PROGRAMAS ECONÔMICOS DA NICARÁGUA

	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983*
1. Produção (Milhões de C\$ de 1980 **)	29.353	27.050	19.902	21.892	23.752	23.420	24.966
PIB (US\$ milhões de 1980)	2.691	2.481	1.826	2.023	2.204	2.173	2.316
População (milhares)	2.510	2.572	2.635	2.700	2.766	2.834	2.902
PIB Per Cápite (US\$)	1.072	965	693	749	797	767	798
Crescimento do PIB (taxa %)	5.9	-7.8	-26.4	10.0	8.5	-1.4	6.6
Material	10.6	-4.1	-25.8	1.3	8.0	-1.1	9.3
Serviços	5.9	-12.0	-27.0	20.9	9.0	-1.7	3.8
Crescimento do Consumo (taxa %)	8.6	-4.1	-22.8	27.5	-2.4	-4.1	3.2
Público	8.0	20.9	7.1	34.9	21.2	18.7	3.5
Privado	8.7	-6.8	-27.0	25.9	-7.8	-10.8	2.4
Básico	n.d	1.1	-24.4	26.6	5.1	-4.7	6.0
Não Básico	n.d	-14.1	-29.8	25.1	-22.7	-20.5	-4.6
Investimentos Fixos	32.6	-44.5	-65.0	139.8	72.1	-25.4	8.5
Públicos	51.6	-47.6	-59.7	292.7	53.8	-54.0	n.d
Privados	17.8	-41.4	-69.7	-95.5	594.4	-35.2	n.d
2. Preços (taxa %)	11.4	4.6	48.2	35.3	23.9	24.8	n.d
3. Relações Externas (US\$ milhões)							
Exportações (FOB)	636.2	646.0	615.9	450.4	499.8	414.6	504.5
Importações (FOB)	704.2	533.3	388.7	802.9	922.4	719.6	899.3
Balança Comercial	-68.0	92.7	227.2	-352.5	-422.6	-305.0	-394.8
Balança de Serviços	-125.2	-127.1	-138.6	-135.8	-154.9	-190.8	n.d
Movimento de Capital	125.4	-190.6	-155.2	210.9	578.4	345.3	n.d
Dívida Externa (US\$ milhões)	1300.0	1426.0	1453.0	1579.0	2163.0	2410.0	n.d
Serviços da dívida	44.0	47.0	n.d	60.0	171.0	196.0	n.d
Serviço : Exportação (%)	6.9	7.3	n.d	13.3	34.2	47.3	n.d
Importações de Petróleo : Exp. (%)	n.d	13.8	13.2	34.9	37.6	47.4	40.2
Taxa de câmbio (C\$ por US\$)	7.0	7.0	7.0	10.0	10.0	10.0	10.0
4. Contas Fiscais (milhões de C\$)							
Receitas fiscais	1.839	1.750	1.896	4.518	5.623	7.246	n.d
Gastos correntes	1.462	1.889	2.575	4.789	6.724	9.090	n.d
Gastos de capital	1.004	1.028	300	1.694	1.596	1.709	n.d
Déficit Fiscal	-627	-1.167	-979	-1.965	-2.697	-3.653	n.d
Déficit : PIB (%)	4.2	8.1	6.7	9.0	10.4	12.4	n.d
5. Metas Sociais							
Empregos gerados (Nº)	60.000	0	0	112.300	56.600	5.900	44.900
Produtivos	n.d	0	0	59.600	n.d	n.d	n.d
Não Produtivos	n.d	0	0	52.700	n.d	n.d	n.d
Taxa de desemprego (%)	13.0	n.d	28.0	17.5	13.0	19.8	17.9
Alunos matriculados (milhares)	488	502	n.d	678	—	897	1.005
Salário-mínimo legal nom.	552	584	738	888	907	902	1.025
Nº de alfabetizados (milhares)	0	0	0	406	106	101	—
Taxa de analfabetismo (%)	42.1	n.d	50.4	13.0	12.1	—	—
Professores (milhares)	9	n.d	13	16	19	21	—

* Dados estimativos oficiais

** C\$ - Córdoba - moeda nicaraguense

Fonte: Pensamiento Propio, número 6-7, Manágua

uma divisão rígida de áreas. A coexistência dos dois tipos de iniciativa econômica é um princípio da revolução sandinista, que passou a ser conhecido como economia mista. O Estado não procura a nacionalização total dos meios de produção e nem pretende a extinção das leis do mercado. O ministro da Reforma Agrária, Jaime Wheelock, num depoimento incluído no livro "O grande desafio" chegou a afirmar em tom de piada que "quando os economistas nicaraguenses pensaram em eliminar a lei do valor, depois da derrubada do somozismo, o que começou a desaparecer foram os cereais básicos". O mesmo Wheelock, um dos ministros mais jovens do governo (tem menos de 35 anos), também é o autor de outra frase que acabou se tornando famosa: "Nós não podemos de nenhuma maneira forçar a nacionalização da produção das *tortillas* (espécie de pãozinho e um tipo de alimentação muito popular na Nicarágua), pois isso seria um absurdo".

O fato é que a Frente Sandinista, ao deter o poder político e contar com a mobilização popular, estabelece metas para os produtores privados, que têm a sua margem de lucro garantida, mas não podem ampliar o seu poder para outros setores, devido à estatização completa dos bancos, do sistema financeiro e do comércio exterior. Toda a produção é comercializada pelo governo, que administra o uso das divisas externas e paga aos produtores privados em moeda nacional. Também não é possível ao produtor privado na agricultura expandir-se horizontalmente passando a usar terras de cooperativas ou fazendas estatais, as chamadas Unidades de Produção do Estado (UPE).

Assim, a iniciativa privada está cercada. Tem o seu papel e a sua sobrevivência assegurados, mas não pode escapar dos limites impostos pela hegemonia política da Junta. Os empresários que aceitaram essas normas estão satisfeitos com o sistema que, segundo dados do Inies, tem até mesmo ultrapassado as metas fixadas pelo governo.

Em termos de crescimento, enquanto a iniciativa privada manteve a mesma participação econômica que em 81, os empreendimentos estatais aumentaram dez vezes nos últimos três anos. Mas esse crescimento não foi feito às custas da propriedade privada, e sim através da utilização de recursos não explorados. No setor da mineração, por exemplo, o governo tem o controle total e está realizando grandes aplicações de dinheiro no sentido de tornar rentáveis as minas de ouro e de outros minerais existentes na costa atlântica.

Reforma Agrária

Um dos aspectos menos conhecidos da nova realidade econômica da Nicarágua é o da Reforma Agrária, cuja aplicação começou logo depois da



No mercado livre, os preços são até 10 vezes mais altos

derrubada do regime Somoza, quando foi divulgado o decreto nº 3 da Junta de Governo. Esse decreto foi complementado mais tarde por outro, com o número 38, contemplando a expropriação de todas as fazendas do ex-ditador, que totalizavam quase um milhão de hectares, ou seja, 20% das áreas agrícolas do país. Esta foi a primeira fase, seguida um ano depois pela transferência de terras ociosas ou mal exploradas para os camponeses sem terra. Foi a etapa antilatifundiária, através da qual os grandes proprietários deixaram de controlar 50% das áreas férteis do país para deter apenas 13%. A partir de 83, começou a terceira fase, com ênfase especial à formação de cooperativas.

"O importante em todo o processo da reforma agrária — diz o padre Gorostiaga — é que ela não foi feita no sentido expropriativo, e sim no produtivo. Nossa meta básica foi sempre manter e elevar a produção. Nós cometemos erros no começo, quando passamos a distribuir terras indiscriminadamente. Quando distribuimos também uma grande quantidade de recursos financeiros aos camponeses sem terra. E o que tivemos logo em seguida não foi um aumento das colheitas, mas sim do consumo de cerveja. Não se pode ser imediatista numa questão tão complicada e tão importante. Nisso é preciso lembrar que nós aprendemos muito com outras revoluções. Os erros já cometidos foram importantíssimos para nós, porque serviram de orientação para uma revolução que teve que buscar dezenas de soluções nunca tentadas antes."

terceiro mundo - 51

Nicarágua

“O socialismo não virá por decreto”

O ministro Henry Ruiz explica como a Nicarágua quer crescer apesar da guerra



Henry Ruiz é mais conhecido entre os nicaraguenses como o “Comandante Modesto”. Este era o nome de guerra que ele usava durante os 10 anos em que viveu nas montanhas do norte da Nicarágua como guerrilheiro. De todos os Nove Comandantes, Modesto foi o que mais

tempo ficou na guerrilha. Hoje ele quase não sai do seu escritório no ministério do Planejamento, e raramente aparece em público. Suas entrevistas à imprensa são mais raras ainda. Quando Ruiz nos recebeu para uma conversa de trinta minutos, que acabou durando uma hora e quarenta, alegou que precisava de todo o tempo disponível para estudar e discutir temas econômicos. “Quando alguém é ministro do Planejamento tem que evitar descuidos e erros, porque qualquer engano tem consequências muito graves e quem geralmente paga por esses erros é o povo”.

Como o senhor avalia as várias fases pelas quais passou a economia nicaraguense desde a derrubada de Somoza?

— Desde o triunfo da revolução sandinista, nós estamos vivendo a etapa da reconstrução nacional, e dentro desta etapa, nos encontramos na fase de reativação da economia. O país estava descapitalizado, a indústria semi-destruída e não havia insumos. Herdamos uma dívida de aproximadamente 1,7 bilhão de dólares, havia um grande desemprego e era preciso fazer quase tudo de novo. Tivemos que fixar metas concretas que levassem em conta o crescimento demográfico da população



Ruiz: “A Nicarágua tem a maior taxa de investimento da América Latina”

para conseguir melhorias tanto na quantidade como na qualidade. O primeiro fator negativo que encontramos foi a escassez de produtos essenciais. Quando começamos a resolvê-lo e quando a economia voltou a crescer, surgiu no país a filosofia da satisfação ou da auto-suficiência alimentar. Ao mesmo tempo, a reativação enfrentou logo de início o problema de nossa balança comercial exterior. Para satisfazer as nossas necessidades de importação, tivemos que elevar as metas de algodão, de cana, carne, banana e madeira. No algodão nossa meta, por exemplo, foi voltar a cultivar 300 mil hectares. Não foi uma tarefa fácil, tivemos que atacar vários problemas ao mesmo tempo. Mas hoje podemos dizer que vencemos os principais obstáculos. Este é o melhor ano que já tivemos para o algodão. No café também alcançamos as metas fixadas no programa de reativação, mas temos agora uma situação de uma quase desplanificação física, pois temos zonas de alta produtividade, competitivas com o mercado internacional, e outras com rendimento muito baixo. Em alguns lugares já alcançamos as metas físicas, mas elas não resultaram satisfatórias para nós, por isso seguimos com o esforço de reativação.

Outro elemento interessante desta etapa é o relacionado à reorganização do Estado, que pela primeira vez neste país é dono dos meios de produção, é dono dos meios de capital. Nós recebemos, por exemplo, cerca de 70% das propriedades e empresas do ramo da construção civil. Essa parcela foi expropriada e revela o grau da concentração da propriedade neste país. Só agora é que conseguimos ter um controle efetivo do setor, atingindo um crescimento qualitativo que nos permite afirmar que ele já está reativado. Mas ainda não podemos garantir que a reativação global da economia esteja concluída. Estes fatos ganham importância se levarmos em conta que, em 1970, a taxa de investimento neste país foi praticamente a zero, o que significava dar as costas ao desenvolvimento. E nós, entre a necessidade de eliminar a pobreza, de fazer justiça, de dar pão e emprego tivemos que acelerar a taxa de investimento. E atingimos este objetivo a tal ponto, que hoje é possível dizer que nesses três anos já houve uma revolução na economia. Creio que este é um dos grandes avanços da economia nicaraguense. Quando nos perguntam sobre nossos êxitos falamos sempre da alfabetização, das novas escolas e hospitais, da reforma agrária, e raras vezes falamos do desenvolvimento. E fazemos isso principalmente porque não tínhamos ainda consciência de que estávamos atacando problemas centrais em nossa economia. Vendo a situação dos demais países do continente, percebemos agora que alcançamos resultados realmente impressionantes. Nós não estamos crescendo para o consumo imediato. Estamos crescendo para o futuro graças a dois fatores fundamentais: 1) a disciplina do povo, das grandes massas, que são o objetivo central de nossa revolução; e 2) a honestidade na aplicação dos recursos que temos e dos que recebemos do exterior. Quando o povo sabe que estamos administrando honestamente o pouco que temos, passa então a dar uma quota maior de sacrifício para a reconstrução nacional. Por tudo isso eu não diria que passamos por várias fases desde o triunfo. Foram antes, momentos de uma mesma etapa.

A economia mista

Na economia da Nicarágua convivem o setor estatal e o setor privado, num sistema que muitos chamam de economia mista. Essa convivência se estabelece através de uma competição pela eficiência ou num cerco ao setor privado pelos interesses estatais?

— O termo economia mista é um termo da economia capitalista. Logicamente existe um capitalismo moderno onde o Estado não tem medo de ser proprietário. No nosso caso, a porcentagem de propriedades do Estado é menor do que na Bolívia, no Chile de Allende, ou até mesmo no México, Vene-



A família Pellas controla 52% do açúcar da Nicarágua

zuela ou Costa Rica. Nós aplicamos este princípio a partir do ponto de vista das estruturas da propriedade. O Estado dispõe dos meios de produção em suas mãos. O setor privado também. O modo de produção que irá surgir no futuro tem um sentido histórico diferente daquele que vem sendo usado em outros países. Aqui, a concorrência entre o Estado e o setor privado está orientada para resolver o problema básico da justiça social. A busca da eficiência não é o único critério. Ela é apenas um dos critérios. Se ela passasse a ser predominante, nós estaríamos abandonando a bandeira histórica da Frente Sandinista. A competição deve respeitar a justiça e evitar a exploração extrema do trabalhador. Nós, por exemplo, interferimos diretamente na estrutura de gastos, procurando que a produção seja rentável. Nas exportações, temos um dólar financiado. Mas na hora da comercialização, o Estado tem o controle total. Evitamos a especulação com os insumos, com as máquinas. Aqui, nós colocamos em prática um sistema de auto-empréstimo social, através de emissões inorgânicas de moeda, para podermos ter os recursos necessários aos grandes investimentos necessários num país que é pobre. Os salários estão congelados. Temos uma concorrência programada e pensada de acordo com o projeto histórico do sandinismo. Temos que assumir a consciência de que somos pobres e que vamos viver em relativa pobreza durante um longo período. Não estimulamos expectativas para dizer amanhã: "Aqui estão as grandes estradas, os grandes edifícios e o grande consumo". Não, aqui um proprietário privado tem que reinvestir seus ganhos. Não permitimos que o setor privado se des-

capitalize. Assim como damos vantagens para que ele viva bem, que tenha lucros, que possa viver dignamente, também regulamos os ganhos mediante a conversão compulsória de divisas.

A economia mista tem sentido dentro de um planejamento. Não temos medo de dizer isso. Nós temos o controle na hora de estabelecer as tendências e pautas para o futuro. Nossa doutrina é clara quanto ao jogo dos fatores de produção, aos meios de capital que dispomos e aos recursos naturais deste país. Se um dia aparecer petróleo em alguma propriedade privada, esse petróleo é do Estado, porque todo o subsolo é um bem nacional. O mesmo acontecerá no caso de aparecer ouro. Existe também a política de preços como um elemento de controle do desenvolvimento da economia privada. Nós procuramos regular as leis cegas do mercado, interferindo em todos os setores críticos, mas respeitando o desenvolvimento mercantil. Nós não interferimos, no entanto, no consumo de luxo. Aqui existe um mercado negro. Nele, os preços são livres. Mas o Estado cobra impostos. Quem quiser luxo que o compre. Se ele conseguir as divisas necessárias no mercado negro ninguém vai confiscá-las, mas terá que pagar impostos. Ninguém perseguirá quem comprou mil ou três mil dólares, nem aquele que trouxe do Panamá equipamentos eletrônicos. Mas quando este equipamento entrar no país, ele pagará impostos, e são impostos altos. Nós captamos o excedente e o transformamos em programas sociais.

Taxa de investimento e planejamento

Até agora a Nicarágua tem pautado o seu desenvolvimento através de planos de curto prazo anuais. Porque esta opção? Existem planos para projetos de longo prazo?

— Optamos pelos planos de curto prazo (tecnicamente, programas operativos), por causa da falta de informação e de bases estatísticas confiáveis. Quando assumimos o poder, não conhecíamos os detalhes de nossa economia. Não tínhamos a possibilidade de ver horizontes mais longínquos. Mas depois de três anos de aprendizado, e agora que nossa taxa de investimento é de 20%, a mais alta da América Latina, já é necessário planejar a longo prazo. Os programas que hoje estão sendo implantados vão amadurecer, e isto já configura uma cadeia de projetos. Possivelmente este ano já estaremos trabalhando sobre bases mais prospectivas. Minha consciência profissional indica que já não se pode mais trabalhar com planos de curto prazo.

Existe um fator, como a dívida externa, os juros que nos obrigam a pensar na taxa de acumulação. Teremos então que coordenar as obrigações externas com as disponibilidades internas. Por isso, acredito que partiremos para um planejamento de

54 - terceiro mundo



O Estado controla toda a produção e exportação de tabaco

longo prazo capaz de ser reajustado em intervalos mais curtos, para evitar desvios. Não me refiro a desvios ideológicos, mas sim de desenvolvimento. Não podemos construir três ou quatro novos engenhos de açúcar simultaneamente porque isso nos levará ao colapso. Temos que conduzir simultaneamente vários projetos, impedindo que eles se superponham uns aos outros, e num determinado momento nos vejamos sem recursos para fazê-los avançar. Poderemos ter muitos sonhos, mas se não tivermos os recursos, poderemos enfrentar muitas dificuldades.

Como a Nicarágua vem lidando com a sua dívida externa?

— Nós estávamos com o absoluto direito político e moral de negar a dívida que herdamos do sozmoismo. Primeiro, porque o ditador e seus seguidores levaram tudo o que podiam. Segundo, porque qualquer um se revolta ao descobrir a forma como essa dívida foi usada. Mas não negamos a dívida por uma questão política e por uma questão de dignidade nacional. Nós procuramos relações normais com os organismos financeiros e com os bancos privados. Nosso desejo de conviver nos levou a reconhecer uma carga de aproximadamente 1,7 bilhão de dólares. E depois que renegociamos a dívida, tivemos autoridade moral para solicitar novos créditos. E neste aspecto é necessário destacar o papel que teve a solidariedade internacional de governos e povos que nos ajudaram a superar as dificuldades imediatas.

É possível dar números dessa ajuda?

— Em termos físicos, essa ajuda alcançou 700 milhões de dólares nos últimos cinco anos. Veio de tudo: bens de capital, alimentos, remédios, equipamentos para hospitais, escolas etc etc. Essa ajuda em termos globais vem se mantendo através dos anos porque a estamos aplicando honestamente. Os recursos que recebemos podem, em alguns casos, se perder por questões administrativas, por falta de um melhor mecanismo de utilização e distribuição.



Mas nunca por roubo, como aconteceu flagrante-mente com a ajuda externa dada a Somoza logo depois do terremoto de 1972. A atitude do México, por exemplo, pode atestar tudo isso. O ex-presidente López Portillo declarou perante as Nações Unidas no final de seu mandato que "ficou demonstrado que, com pequenas doações dadas sem condições prévias e usadas de maneira honesta, podem ser alcançados grandes resultados". Sem dúvida nenhuma ele estava se referindo à Nicarágua.

O senhor poderia revelar o montante atual da dívida, tomando em consideração as despesas militares atuais?

— É bastante grande. Mas é uma informação reservada.

América Latina, uma nova fase

O senhor esteve há pouco na reunião de Quito, onde os países latino-americanos discutiram o problema da dívida externa. A reunião foi encarada como um passo a mais no distanciamento da América Latina em relação aos Estados Unidos. Na sua opinião, esse distanciamento ajuda a Nicarágua no atual conflito político, econômico e militar com os Estados Unidos?

— Estou convencido de que a América Latina está vivendo uma fase inteiramente nova. O continente mudou muito nos últimos cinco anos e mais ainda depois da guerra das Malvinas. Não conheço, nas duas últimas décadas, um encontro de cúpula no continente em que os participantes tenham chegado a um tal grau de consciência dos problemas comuns e que tenham reconhecido de uma forma tão clara a necessidade do pluralismo político e ideológico. Em que Cuba tenha sido vista de uma forma tão igual. As causas disso estão na mudança da correlação de forças entre as idéias conservadoras e as idéias democráticas. As alterações registradas em vários países recentemente reforçam essa impressão. A tudo isso deve-se acrescentar que, em Quito, todos os delegados latino-americanos reve-



Os pequenos produtores estão formando cooperativas na agricultura e no artesanato

laram a disposição de honrar seus compromissos externos, sem aceitar, no entanto, que o pagamento da dívida seja feito às custas do desenvolvimento nacional. Isso indica perspectivas de defesa dos interesses da comunidade continental diante de um agressor, no caso, os Estados Unidos. Em Quito, nos encontros que tive, ouvi críticas violentas ao relatório Kissinger, não tanto pelo que ele oferece como pelas condições que ele impõe a qualquer ajuda.

Não há dúvidas de que está ocorrendo uma mudança profunda na América Latina. Os Estados Unidos têm condições de resolver o problema da dívida externa latino-americana. Só não o fazem por causa de uma mentalidade militarista. Os 320 bilhões de dólares da dívida latino-americana constituem apenas 1% do Produto Interno Bruto (PIB) de um ano nos nove países capitalistas mais desenvolvidos. Se eles reduzissem os gastos com armamentismo seria possível reequilibrar as finanças internacionais. Mas eles não fazem isso por uma questão política. E isso está ficando cada vez mais claro para os países latino-americanos. O crescimento da consciência crítica em relação ao militarismo já está ajudando a Nicarágua. A ação desenvolvida pelo Grupo de Contadora é um exemplo disso. Além disso, aumentou também a certeza de que se a crise atual não for resolvida, e se os países

ricos não fizerem concessões, há o risco de explosões sociais em cadeia nos países do continente mais atingidos pelas dificuldades econômicas atuais.

Existem alguns setores aqui na Nicarágua que afirmam que, no futuro, o país vai enfrentar uma encruzilhada: terá que escolher entre manter o sistema pluralista atual ou aderir a um regime socialista clássico. O senhor acredita que esta encruzilhada poderá acontecer?

— Com todas as variáveis políticas, econômicas e militares que temos nas mãos, não existe a possibilidade de uma encruzilhada como esta. Nós temos um processo socializante com claros objetivos socialistas. Se a encruzilhada significa fazer uma declaração, isto não tem razão de ser. Quem fala de encruzilhada são os setores desesperados, os que esperam um colapso, a desestabilização, e os que acreditam que num determinado momento os dirigentes deste país vão anunciar: “Agora vamos fazer o socialismo”. Isso é anticientífico e além de tudo adjetivo. O mais importante é ir resolvendo

os problemas e consolidar o processo. Nestas condições, uma encruzilhada é pura especulação, e quem especula é a direita. Quem conduz o processo é a Frente Sandinista, que confere um papel importante ao setor privado, mas pede que ele tenha consciência nacional. Queremos acima de tudo manter a dignidade nacional, e isso não se faz por decreto. Não se trata de amanhã anunciar: “Bom, daqui em diante a Nicarágua é socialista”. Isso é um disparate. Nós fomos muito claros. Temos um projeto com ideologia clara, mas temos também metas igualmente claras, que são as de libertar a Nicarágua da dominação a que historicamente ela está sujeita, e garantir a independência nacional. Nós não estamos numa encruzilhada, e sim preocupados com a contra-revolução, com a afirmação nacional, com a busca da independência. Nos preocupa a possibilidade de uma invasão, o aumento dos gastos de defesa e a manutenção do projeto pluralista, democrático, popular e não-alinhado. Queremos provar que nosso esquema é viável, que podemos viver em paz com nossos vizinhos. •

Nicarágua

Sandino, meio século depois

A história do homem cujas idéias são a base da revolução nicaraguense



Hoje em dia é praticamente impossível dar alguns passos em qualquer cidade ou povoado da Nicarágua sem encontrar a silhueta de um homem baixinho, de botas e com um *sombrero*. Em outras ocasiões, apenas o chapéu está reproduzido em paredes e muros, onde são raros os que

não apresentam o slogan: *Sandino Vive*.

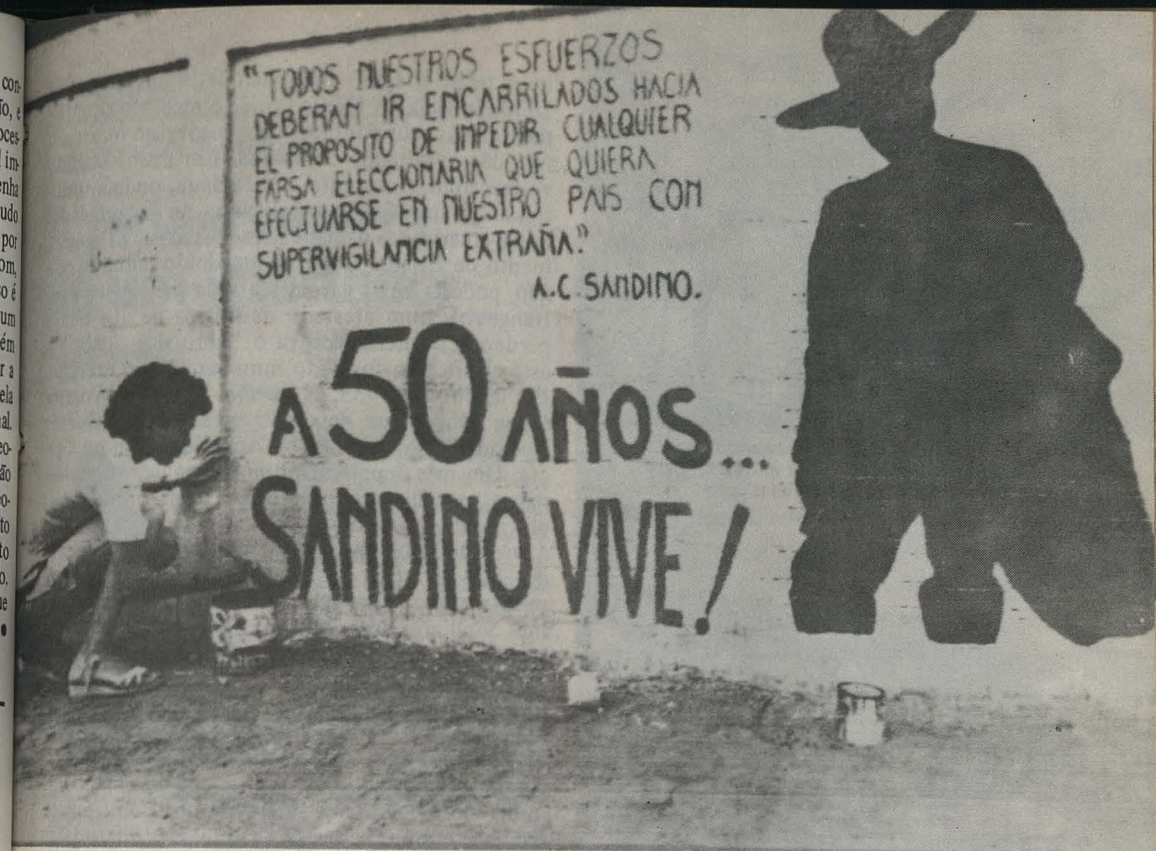
Augusto César Sandino é o herói máximo da Nicarágua e este ano todo o país comemora o 50º aniversário do seu assassinato na madrugada do dia 21 de fevereiro de 1934 por um grupo de militares a mando de Anastasio Somoza García, comandante da Guarda Nacional e o fundador do clã dos So-

moza. Além de herói, Sandino é também o inspirador da ideologia da revolução que em 1979 derubou “Tachito”, o último dos Somoza a governar o país, para implantar o sandinismo.

O homem que os nicaraguenses consideram o pioneiro da luta contra a dominação estrangeira do país, nasceu no dia 18 de maio de 1895, no pequeno povoado de Niquinohomo, no Departamento de Masaya. Augusto era filho natural de don Gregorio Sandino, dono de uma pequena plantação de café. Até os 25 anos ele trabalhou na lavoura, numa pequena oficina mecânica e teve uma mal sucedida experiência comercial. Em 1920, feriu à faca um homem, depois de uma disputa por questões de honra e teve que fugir para Honduras, onde trabalhou em plantações de banana. Cinco anos mais tarde foi para o México trabalhar em campos de petróleo. Foi na cidade mexicana de Tampico que Sandino ouviu a frase que iria mudar a sua vida. Durante uma discussão com mexicanos, um destes afirmou: “Todos os nicaraguenses são *verde-patrias*”. Na época, os fuzileiros navais dos EUA haviam ocupado pela segunda vez a Nicarágua.

O “pequeno exército louco”

Menos de seis meses depois do incidente, Augusto Sandino já estava de volta a seu país e tinha



recrutado um pequeno exército de mineiros e camponeses do norte da Nicarágua, para em novembro de 1926 travar o primeiro combate contra forças do governo títere imposto pelos *marines* norte-americanos. O pequeno exército, que ficou conhecido como o “coro dos anjos” sofreu uma derrota por causa de seu armamento precário e pelo seu preparo deficiente. O revés levou Sandino e seus homens a refugiar-se nas montanhas de El Chipote, onde todos os combatentes começaram a aprender a ler e a escrever. Sandino tinha verdadeira obsessão pela alfabetização. Mostrava-se particularmente orgulhoso quando um de seus homens conseguia redigir mensagens e não vacilava em qualificar como intelectuais os dois ou três que chegaram a aprender a escrever à máquina. O acampamento de El Chipote mais tarde veio a ser conhecido também como a “academia”, quando ali começaram as primeiras instruções sobre guerra de guerrilhas.

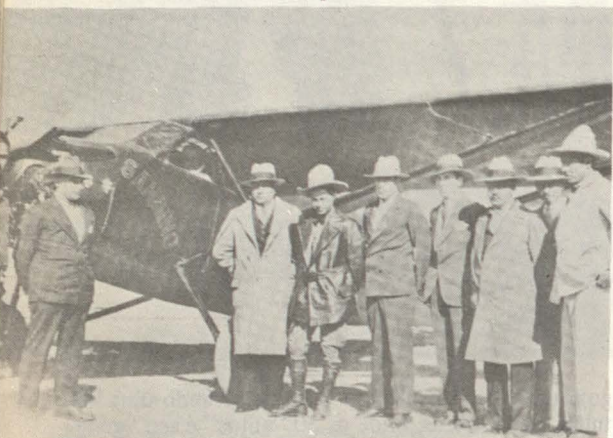
Envolvido pela guerra civil entre conservadores e liberais, Sandino procurou apoiar esses últimos por acreditar que poderiam resistir à dominação norte-americana. Mas suas expectativas acabaram fraudadas. O “pequeno exército louco”, que lutava sob uma bandeira rubro-negra com o slogan “Pátria e Liberdade”, ficou internacionalmente conhecido quando no dia 16 de julho de 1927 atacou a

guarnição de *marines* em Ocotal travando uma batalha de 12 horas, onde os 30 “anjos” e seu “general dos homens livres” conseguiram uma vitória espetacular contra forças muito superiores. Pouco antes, Sandino havia divulgado o seu primeiro manifesto político, que começava com a frase: “O homem que de sua pátria não exige mais do que um palmo de terra para sepultura, merece ser ouvido, e não apenas escutado, mas também acreditado”. Depois da batalha de Ocotal, o “pequeno exército louco” se transforma no Exército Defensor da Soberania Nacional, que passa a desenvolver a guerrilha de pequenas unidades em ataques de surpresa contra guarnições de fuzileiros navais norte-americanos. Em pouco tempo, os rebeldes ganharam fama internacional, enquanto internamente crescia o número de seus adeptos. No início da década de 30, já eram quase seis mil homens organizados em oito colunas, comandadas por camponeses e artesãos.

As forças norte-americanas passaram então a buscar de todas as maneiras a “academia” de El Chipote. Os vôos de reconhecimento foram largamente usados e pelo menos dois aviões foram abatidos pelos homens de Sandino. Em janeiro de 28, o acampamento foi finalmente localizado, e o Exército Defensor decide abandoná-lo organizada-



Sandino (no centro) com seu estado-maior em 1934 pouco antes de ser morto. Embaixo, no México, quatro anos antes



mente. Na época, as forças norte-americanas já passaram a usar pela primeira vez os bombardeiros aéreos maciços na tentativa de localizar os rebeldes. Aldeias e cidades como Murra, Naranjo e Quiboto foram arrasadas. E no resto do mundo, a façanha dos homens de Sandino começou a provocar o surgimento de comitês de solidariedade e até mesmo a criação de brigadas internacionais de voluntários. Em dezembro de 1928, os *marines* norte-americanos desgastados e desmoralizados, travam na localidade de Cuje, o último combate oficial contra o “pequeno exército louco”, uma denominação criada por Gabriela Mistral, num poema dedicado a Sandino.

Triunfo e assassinato

Mas as forças estrangeiras continuaram na Nicarágua mesmo depois da posse do general Moncada, um liberal na presidência da Nicarágua. Sandino afirma que só deixará de lutar quando o último norte-americano abandonar o país. A guerra se torna extremamente violenta, com as tropas estrangeiras cometendo todo tipo de atrocidades contra camponeses nicaraguenses. A violência leva Sandi-

no a pedir o apoio internacional e em janeiro de 1930 ele viaja ao México onde é recebido triunfalmente. Mas seus contatos com o governo mexicano não dão resultados concretos. Em maio, Sandino volta clandestinamente à Nicarágua, onde a insurreição já havia se generalizado. As propriedades norte-americanas passam a ser atacadas. O Departamento de Estado dos Estados Unidos admitiu que não poderia mais garantir a vida de cidadãos estrangeiros, num atestado definitivo de que estava perdendo a guerra contra o “coro dos anjos”, a esta altura transformado num verdadeiro exército. Em janeiro de 1933, os *marines* abandonam derrotados a Nicarágua, deixando em seu lugar a Guarda Nacional, comandada por Anastasio Somoza García. Um mês depois, Sandino chega de avião a Manágua para discutir uma trégua. Pela primeira vez em muitos anos, o ex-camponês de Niquinohomo é aclamado por multidões em seu próprio país. No dia 2 de fevereiro de 1933, é assinado o acordo de pacificação, o Exército Defensor é desmobilizado, mas Sandino reúne 100 homens e se retira para as montanhas de Wiwilí, onde vai organizar uma cooperativa agrícola.

Apesar da pacificação, a Guarda Nacional comandada por Somoza manteve uma atitude hostil e agressiva em relação aos homens de Sandino. A Guarda substituiu as tropas estrangeiras mas continuou subserviente aos interesses norte-americanos. Sandino era uma ameaça às ambições ditatoriais e entreguistas de Somoza. Por isso, na noite de 21 de fevereiro de 1934, quando o “General dos homens livres” voltava de um jantar na residência do presidente Juan Bautista Sacasa e seu carro foi interceptado, ninguém teve dúvidas de que se tratava de um atentado organizado pelo comandante da Guarda Nacional. Sandino foi tirado à força do carro, levado para uma prisão militar e logo depois foi fuzilado sumariamente por um pelotão. Junto com ele foram também executados vários de seus principais auxiliares. Os corpos foram despojados de roupas, relógios e anéis que, no dia seguinte, foram vendidos no mercado de Manágua pelos carcosos da Guarda. O túmulo de Sandino permanece até hoje desconhecido porque os seguidores de Somoza tentaram impedir que os nicaraguenses continuassem fiéis à memória do seu principal herói nacional.

Hoje, 50 anos depois, a mensagem antiimperialista, democrática e popular de Sandino é a principal bandeira da Frente Sandinista de Libertação Nacional. A trajetória do “pequeno exército louco” serve como inspiração a uma experiência revolucionária, cuja originalidade de métodos procura ser a continuidade das idéias que o “General dos homens livres” descobriu empiricamente ao ser o primeiro latino-americano a desafiar o poder militar dos Estados Unidos.

Nicarágua

Gregorio Selser

A redescoberta de um libertador

Neiva Moreira



As noites invernais de Lima são em geral frias e úmidas. Se diz que ali não chove há 400 anos, mas uma espécie de orvalho da madrugada torna as plantas mais viçosas.

O horário matinal de trabalho começa, assim, um pouco mais tarde, mas isso não ocorria com Gregorio Selser,

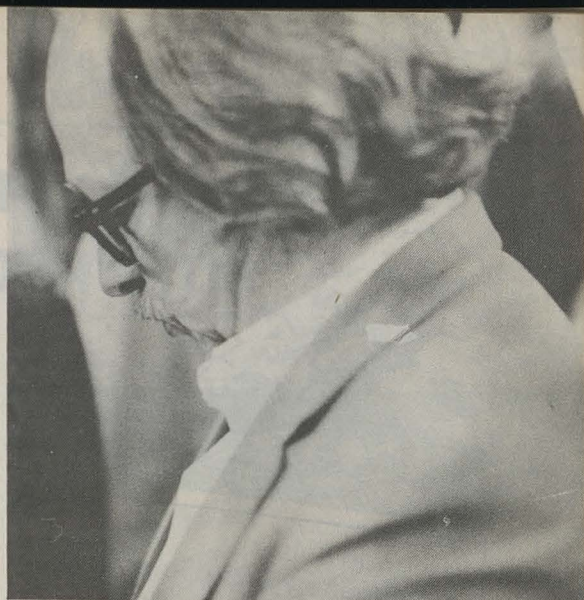
que, muito cedo, tão logo conseguia — não sei por que meios — um exemplar do diário *Expreso*, nos batia à porta da “pensão da catalã” em Miraflores para protestar contra o “absurdo” cometido pelo Paco Moncloa, o diretor do jornal, que publicara um telegrama dizendo que determinado agente da CIA estava servindo no Cairo.

— Esse tipo saiu do Cairo para o Vietnã, depois andou perambulando pelas “estações” da CIA na Europa e ultimamente está na América Central. Não sei onde o Paco anda com a cabeça!

Na verdade, só Gregorio, com uma dezena de livros escritos sobre a CIA e as intervenções norte-americanas no mundo, poderia chegar àquele extremo de precisão.

E foi pesquisando, remexendo papéis velhos, decifrando documentos e devassando arquivos, que Gregorio Selser nos revelou — há mais de um quarto de século — a figura extraordinária de um dos libertadores da pátria latino-americana, Augusto César Sandino, propositalmente relegada e forçada ao esquecimento pela historiografia oficial da Nicarágua.

Nos seus livros “Sandino, general de homens livres”, “O pequeno exército louco”, “A batalha da Nicarágua” e “Apontamentos sobre a Nicarágua”, Selser não apenas projetou a figura de um patriota com uma extraordinária visão dos destinos históricos dos nossos povos, como revelou o mais íntimo da trama de dominação e conquista que caracterizou a política norte-americana na América



Gregorio Selser: papel conscientizador

Central e Caribe, no último século.

Alguns de nós, na América Latina, conhecíamos algo sobre Sandino e sua gesta libertadora, mas foi Selser nos seus livros que nos mostrou a verdadeira dimensão de sua vida e de sua história.

Perguntei em Manágua a muitas pessoas que influência haviam exercido esses livros no despertar de uma consciência nacionalista na Nicarágua, subjugada pela ditadura de Somoza. E muitos jovens e velhos nos falaram com emoção, entusiasmo e reconhecimento do extraordinário papel conscientizador e mobilizador dos livros de Gregorio Selser.

O povo e o governo da Nicarágua têm tributado honras especiais a esse intelectual alinhado com as causas do seu tempo e a Universidade Nacional em Manágua lhe concedeu seu máximo galardão. Hoje, por todo o mundo, os livros desse argentino da América Latina são a bibliografia obrigatória para quem estuda ou se interessa pela vida e a obra do “general de homens livres” e pela história das lutas do nosso continente em defesa de sua soberania.

Modesto, inquieto, infatigavelmente trabalhador, Gregorio não alterou a sua rotina com a projeção de sua obra. Continua pesquisando e escrevendo, fazendo de cada um dos seus quase 30 livros, novas trincheiras em defesa dos direitos, das aspirações e da soberania dos nossos povos.

Ele está de tal ordem integrado à sua obra, que seria impossível separá-los. O seu apartamento da Cidade do México deixou de ser o lar convencional para se transformar num imenso arquivo. E até mesmo a sua identidade física já não mais lhe pertence, senão à idéia que dele fazem os seus leitores. Em um congresso de historiadores em Houston, Texas, nos Estados Unidos, no fim da década passada, um leitor norte-americano, apresentado a Sel-

terceiro mundo - 59



Gregorio Selser El pequeño ejército loco

Sandino
y la operación México-Nicaragua

editorial nueva nicaragua



A edição mexicana do livro de Gregorio Selser

ser, pôs em dúvida a sua identidade. O escritor que ele “conhecia” — ou pelo menos “captava” nas páginas dos seus livros, era “alto, discretamente louro, de fartos bigodes e fumando permanentemente um cachimbo ‘sherlockiano’.”

Mas Gregorio era e é sempre o mesmo. Baixo, atarracado, cabelo escuro, começando a ficar grisalho, usando óculos de lentes grossas, com um caminhar pendular, equilibrando com dificuldade a permanente carga de livros que ele leva nos braços.

Companheiro desde a fundação da nossa revista em Buenos Aires em 1974, seria uma lacuna sentida se não associássemos o nome e a obra do extraordinário pesquisador e redescobridor do general Augusto Sandino a uma edição dedicada à Nica-

60 - terceiro mundo



Acima (foto à esq.), em plena selva, Sandino dirige um combate. Ao alto, a bandeira do invasor hasteada na prefeitura de Ocotal. Embaixo, soldados de Sandino com suas armas automáticas

rágua de hoje, que reflete em cada momento de suas lutas e dos seus avanços a obra do genial comandante do “pequeno exército louco”.

A evocação do trabalho de Gregorio é tanto mais oportuna quanto continua ele na trincheira de sempre, como uma voz de alerta contra a política norte-americana na América Latina, em nada diferente dos tempos de Sandino. “Ao cabo de 50 anos, disse Gregorio Selser no México, os Estados Unidos, a potência contra a qual se levantou o ‘general de homens livres’ em defesa da dignidade e da soberania de sua pátria não modificou a natureza de suas agressões nem tampouco a índole de sua concepção imperial em relação à Nicarágua”.

“Essa espécie de arrogância de poder, esse paternalismo auto-assumido está presente no documento conhecido como ‘Relatório Kissinger sobre a América Central’, o qual comprova que nada mudou e que os Estados Unidos continuam considerando toda modificação estrutural e de fundo no sistema econômico, político e social da América Latina como uma agressão à sua estabilidade e aos seus privilégios como potência”, concluiu Selser. ●

A liberdade de imprensa com nome e sobrenome

Mais de sessenta meios de difusão, a maioria privados, operam na Nicarágua



Operam regularmente na Nicarágua 60 meios de difusão. Contudo, só um deles serve como divisor de águas entre os que apóiam e os que combatem a revolução.

O *La Prensa*, jornal da família Chamorro, foi um dos instrumentos do Partido Conservador contra o Partido Liberal da família So-

moza, litígio que resume várias décadas de política nicaraguense. Seu diretor, Pedro Joaquín Chamorro Cardenal, foi assassinado pela ditadura quando resolveu aderir à frente ampla conduzida pelo sandinismo no fim do regime somozista. Sua viúva, Violeta Barrios, integrou a primeira Junta de Governo até que rompeu com o sandinismo, em 1980, no momento em que a burguesia percebeu a dificuldade de desviar, a partir de dentro, o rumo fixado pelos Nove Comandantes.

Pela mesma razão, a empresa jornalística demitiu o novo diretor, Xavier Chamorro Cardenal, irmão de Pedro, e mais da metade do pessoal do *La Prensa*, identificado com o processo popular, os quais fundaram uma cooperativa que edita agora o jornal *El Nuevo Diario*. Xavier foi substituído em *La Prensa* pelo seu sobrinho Pedro Joaquín Chamorro Barrios, formado em administração de empresas no Canadá, e encarregado da seção de anúncios. O irmão de Pedro, Carlos Fernando Chamorro Barrios, dirige *Barricada*, o jornal da Frente Sandinista. Essa proliferação de Chamorros na imprensa escrita mede as dimensões da *intelligentzia* de um país de apenas 2,7 milhões de habitantes, e a força das tradições familiares.



O *Barricada* é o jornal de maior tiragem em toda a Nicarágua

Outros meios de comunicação gráfica que circulam livremente são a revista *Avance*, do Partido Comunista; *Prensa Proletaria*, da marxista-leninista Frente Operária; *El Socialista*, do partido do mesmo nome; *El Tayacán*, do Centro Ecumênico "Antonio Valdivieso"; *El Trabajador* e *El Machete*, das centrais sandinistas de trabalhadores e camponeses; a humorística *Semana Cómica* e a revista de assuntos políticos e gerais *Patria Libre*.

Televisão e rádio

Há somente dois canais que integram o Sistema Sandinista de Televisão, que produz programas ao vivo e transmite enlatados norte-americanos e europeus, assim como telenovelas brasileiras, mexicanas e argentinas. Das 45 rádios, 27 pertencem a proprietários privados que as exploram comercialmente, vendendo espaços publicitários; uma é dirigida pela Frente Sandinista (*Radio Sandino*), outra serve de porta-voz oficial ao governo (*La Voz de Nicaragua*) e 16 estão em mãos da Corporação de Radiodifusão do Povo (Coradep), que transmite através delas programas de propaganda e educação política das organizações de massas da Frente Sandinista.

As rádios dependentes do Coradep pertenciam a personalidades do regime somozista, e dez entre

terceiro mundo - 61

elas são regionais e foram ocupadas durante a insurreição, à medida que as forças populares avançavam em direção a Manágua. Trata-se, em geral, de estações de baixa potência.

As empresas privadas evitam comprar espaços publicitários nessas emissoras e concentram todo o seu investimento nos meios privados. Os principais anunciantes são o engenho *San Antonio*, a *Casa Pellas* e a empresa *La Tabacalera*, e seus comerciais promovem a venda de cerveja, rum e cigarros. O Conselho Superior da Empresa Privada (Cosep) também compra espaços nas rádios privadas, comovendo-se com os princípios do capitalismo liberal do século 18 e atacando, naturalmente, o governo.

As principais emissoras privadas são a *Radio*

Corporación e a *Radio Mundial*, porta-vozes da direita. Um dos proprietários da *Radio Corporación* era Fabián Gadea, que dirige atualmente a organização contra-revolucionária Frente Democrática Nicaraguense (FDN). Quando Gadea se juntou aos chefes somozistas que lutam contra a revolução, o dirigente do Partido Conservador Democrata, José Castillo Cejo, ficou encarregado da emissora.

Outras duas importantes emissoras privadas são *Radio Católica*, que pertence ao arcebispado de Manágua, e *Radio Ondas de Luz*, das igrejas evangélicas. Ambas transmitem mensagens bíblicas e a primeira, dirigida pelo presbítero Bismarck Carballo, ataca frontalmente o governo sandinista e reproduz as homilias de forte conteúdo político que o mensenhor Miguel Obando y Bravo, o principal

Nicarágua

O "paladino" da imprensa livre



Este é o diálogo, em certos momentos tenso, que cadernos do terceiro mundo manteve com o diretor de *La Prensa*, Pedro Joaquín Chamorro Barrios. Durante os quinze minutos que durou a entrevista, ele ameaçou duas vezes ficar de pé e dar por encerrado o encontro:

Qual é a posição do jornal diante do processo eleitoral?

— O fundamental ainda está por ser definido, mas esse processo já beneficiou *La Prensa* ao diminuir o nível de censura.

Que tipo de censura existia na época de Somoza?

— Artigos contra a gestão administrativa, grandes desfalques ou corrupção do Estado.

Agora, em compensação, permite-se todo tipo de críticas e ataques ao governo, a julgar pelas edições do jornal que eu li...

— Houve momentos, nos dois últimos anos, em que não se permitiam críticas. Elas só foram permitidas nos últimos três meses. O senhor talvez tenha chegado na hora...

De fato, chegamos há poucos dias, e nos chama a atenção a diversidade de assuntos da crítica, partindo da situação econômica até a participação dos militares nas eleições, e o tom militante com que "La Prensa" questiona o governo.

— Correto. Mas *La Prensa* critica em tom militante quando faz um editorial. Quando reproduz declarações dos políticos opositores ou da igreja, em compensação...

Nesse caso, os militantes são eles, é claro, mas "La Prensa" os reproduz extensamente, sem problemas. Além do mais, também existem as manchetes, que são uma forma de opinar. Ontem, por exemplo, a manchete principal do jornal destacou o aumento do preço dos refrigerantes.

— Os refrigerantes, a cerveja e o rum. Eu percebo que com essa grande manchete lá em cima, a realidade do valor da notícia é distorcida. Mas não era essa originariamente a manchete principal. Aconteceu que nos tiraram outra informação sobre 18 presos que já cumpriram a condenação e não recuperaram ainda sua liberdade. Na realidade, os aumentos não teriam merecido tanto destaque.

Eu não faço objeções a que se dê destaque a eles, mas assinalo que essa é uma opção militante. Entre as matérias censuradas que o senhor está me mostrando, vejo um pedido de autorização para o retorno à Nicarágua dos dirigentes contra-revolucionários Arturo Cruz e Alfonso Robelo. Qual é a posição do jornal sobre a lei de anistia e o retorno dos chefes somozistas?

— *La Prensa* diz que a anistia deve ser ampla para cobrir muitos setores que não foram condenados por nenhum tribunal nem cometeram delitos contra o povo, ou que sejam assinaladas, de uma vez por todas, quais são as exceções à anistia, com nome e sobrenome.

líder da oposição interna, lê todos os domingos na igreja do bairro burguês de Las Sierritas.

As emissoras privadas menos importantes de Manágua são as rádios *Canal 130*, de programação tradicional para uma audiência pequeno-burguesa; *Güegüense*, que só transmite música clássica; *Reloj*, que dá a hora e notícias estranhas como o nascimento de um porco de duas cabeças; *Tiempo*, de oposição ao governo e cujo proprietário também é dono de uma agência de publicidade; *Noticias*, que defende, dentro de um estilo tradicional, posições progressistas; *Stereo Azul*, que só transmite música em FM; *Xolotlán*, que, além de música, esportes e curiosidades, se especializa em conselhos para que as mulheres possam desempenhar melhor o papel de donas-de-casa do qual não deveriam se afastar; e

El Fabuloso Siete, sempre atenta a casamentos e divórcios de Caroline de Mônaco e a gravidez de Lady Di, e cujo proprietário é irmão de Manuel Girón, o líder somozista que opera, a partir da Costa Rica, sua rádio *Sandino*.

Um pastor evangélico dirige a rádio *Campesina* em Nueva Guinea; setores direitistas vinculados ao MDN de Alfonso Robelo orientam a rádio *Dario*, de León; seitas religiosas que rezam o terço diante do microfone controlam as transmissões da rádio *Libertad* de Jinotepe; e a organização norte-americana "Companheiros das Américas Nicarágua/Wisconsin" é proprietária da rádio *Ver* de Puerto Cabezas, que transmite em inglês, espanhol e misquito, com equipamento de grande potência, capaz de atingir toda a costa atlântica.

A anistia que "La Prensa" exige devia incluir os assassinos de seu pai?

— Esse é um raciocínio pervertido. Nós já dissemos claramente que não queremos um indulto para assassinatos, só anistia para delitos estritamente políticos.

E as pessoas que mataram seu pai não agiram com motivações políticas?

— Não. As pessoas que mataram meu pai eram pagas por outras pessoas.

Pagas por Somoza para eliminar um inimigo político. O objetivo era político. O senhor acha que os chefes da Guarda Nacional devem retornar e participar das eleições?

— Nós fomos contrários à anistia para os assassinos.

Como e por quem é fixada a fronteira entre o delito comum e a ação política? Segundo que critério aqueles que mataram seu pai são delinquentes comuns e aqueles que sequestram e matam famílias camponesas na fronteira são políticos anistiáveis?

— Acho que já falamos bastante sobre a anistia.

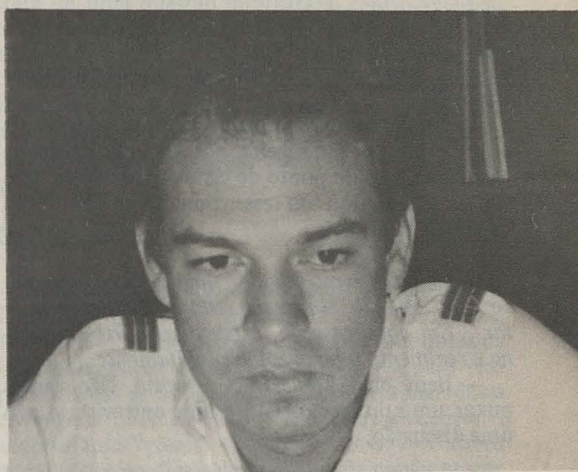
Se o senhor preferir podemos mudar de assunto.

— Peço ao senhor para falar sobre esse assunto com juristas da oposição, já que parece ter conhecimento de direito, pois há aqui alguns advogados. Eu não quero insistir nesse assunto.

Qual é a opinião de "La Prensa" sobre a possível invasão norte-americana?

— Nós somos contrários a qualquer intervenção estrangeira.

No entanto, vocês não questionam os passos an-



Pedro Joaquín Chamorro Barrios

teriores a essa invasão, como o estacionamento de duas frotas de guerra nas costas pacífica e atlântica da Nicarágua, o estabelecimento de bases militares em Honduras com milhares de soldados norte-americanos, a invasão de Granada...

— Nenhum jornal deu mais apoio que o *La Prensa* à busca de uma solução pacífica, às gestões de Contadora. Mas também é preciso procurar uma distensão interna na Nicarágua. Porque o problema não é Estados Unidos contra a Nicarágua, e sim um problema interno da Nicarágua e da região centro-americana. A Nicarágua teve um grande sucesso em suas relações internacionais com países distantes como Campuchea, Vietnã, Mongólia ou a União Soviética, mas tem fracassado em relação aos países centro-americanos. Portanto, o problema não é só Estados Unidos contra a Nicarágua.

Não acha excessivo o fato de ignorar como é

terceiro mundo - 63

Foi decretado, em março de 1982, o estado de emergência, diante da invasão da Nicarágua por forças-tarefa somozistas apoiadas por Honduras e Estados Unidos, e foi suspensa a transmissão de notícias nas rádios privadas, substituídos por três conexões diárias com uma cadeia nacional. Cinco meses depois, foi restabelecida a reedição de cinco informativos, nas rádios privadas *Mundial* e *Noticias*, além dos difundidos pelas rádios *Sandino* e *La Voz de Nicaragua*. "Permitimos inclusive os noticiários da direita", afirma a tenente Nelba Blandón, diretora do Departamento de Meios de Comunicação do ministério do Interior. "No informativo da rádio *Mundial*, um jornalista, primo de Edén Pastora, pôde dedicar-lhe espaços e elogios até uns dias antes de ele assumir uma posição contra-revo-

lucionária".

Os informativos têm locutores que procuram a informação em suas fontes e vão ao ar sem censura. "Somos flexíveis, mas não somos fracos", explica a tenente Blandón, miúda, charmosa e sem uniforme. "O que nós não aceitamos são provocações. Mas até nos assuntos referentes à defesa eles têm liberdade para editar o comunicado oficial a seu critério". Dessa forma, se o combate for favorável à revolução, os informativos assinalam que "segundo o ministério da Defesa", e normalmente destacam que "o comunicado omite mencionar baixas sandinistas". "*La Prensa* faz a mesma coisa, e informa sobre questões de política interna nicaraguense, reproduzindo comunicados da *United Press*", conclui Blandón.

que uns seis mil soldados norte-americanos, preparados para atravessarem as fronteiras deste pequeno país, determinem as relações internacionais da Nicarágua?

— Sim, mas essa presença externa provém de outra presença estrangeira notória que existe na Nicarágua, não do ponto de vista estritamente militar, mas que criou um ressentimento na população nacionalista do país.

O senhor mesmo fala de "uma presença que talvez não seja do ponto de vista estritamente militar". Em compensação, a presença norte-americana é realmente uma presença estritamente...

— Bem, eu já dei minha resposta. Não vamos puxar uma discussão. Isto é uma entrevista e não uma discussão.

Como o senhor quiser. Podemos passar a outro assunto... Com a manchete "Barricada engana o povo", "La Prensa" acusou o jornal sandinista de atribuir falsamente à Cepal o dado que registra um crescimento de 5% na economia nicaraguense em 1983. Contudo, a ilustração de "La Prensa" é uma fotocópia do artigo de "Barricada", no qual se lê claramente que a fonte do dado não é a Cepal, mas o ministério nicaraguense de Planejamento. Não entendo a técnica de "La Prensa", que afirma uma coisa e se desmente na mesma matéria.

— Houve um erro nisso, tem razão. Mas de qualquer jeito é um engano, porque não podem misturar dados de diferentes fontes, da Cepal para a América Latina e do Miplan para a Nicarágua.

Vocês já fizeram essa observação e "Barricada" respondeu que as estatísticas da própria Cepal misturam dados de fontes diferentes, já que cada país tem suas próprias cifras, e que as do Banco Mundial misturam dados de 140 fontes. Mas eu não

quero nem devo intervir nessa polêmica entre vocês.

— E qual é sua pergunta agora?

Não acha que no calor do combate contra o governo, "La Prensa" perdeu a objetividade jornalística e editorializa em quase todas as manchetes embora, como neste caso, tenha que faltar com a verdade?

— Rejeito categoricamente sua afirmação de que nós editorializamos em quase todas as manchetes. Quais são os editoriais desta primeira página, por exemplo? Eu não aceito seu julgamento.

Como manchete principal, o aumento dos refrigerantes, que o senhor — não fui eu — qualificou de pouco ponderada, e como segunda manchete o ataque a "Barricada" demonstram uma clara atitude de ressentimento político. Não acha?

— Estou de acordo. Mas o senhor só vê essa perda de objetividade em *La Prensa*. Olhe só *Barricada*. Veja esta manchete: "Daniel Ortega diz que há crescimento econômico porque os trabalhadores trabalharam". Como se, em outros países, em que os trabalhadores também...

Mas o senhor publica a opinião dos partidos da oposição e acha isso natural. Em compensação, não admite que o jornal da Frente Sandinista informe sobre uma declaração do comandante Ortega. Então, quais são as regras do jogo? Repito minha pergunta, que o senhor não respondeu ainda: Não acha que a acusação falsa a "Barricada" de manipular dados da Cepal, desmentida pela própria fotocópia publicada em "La Prensa", demonstra uma perda de objetividade jornalística?

— É possível que sim. Em todo caso, a objetividade jornalística não se perdeu só agora na Nicarágua.

A guerra do Dr. K e a paz de Contadora

Reagan tenta colocar no eixo Leste-Oeste um típico conflito Norte-Sul



O objetivo de Washington é isolar a Nicarágua. Os sandinistas buscam todas as formas possíveis de estabelecer vínculos com os seus vizinhos centro-americanos, com os demais países da América Latina, com os integrantes do Movimento dos Países Não-Alinhados, com as nações capitalistas da Eu-

Norte-Sul. Os norte-americanos procuram desviar o problema para a OEA e para foros sub-regionais que excluam a Nicarágua. Os nicaraguenses não estão dispostos a abrir mão do Grupo de Contadora e das Nações Unidas, como também não desejam ser mantidos à parte. Os ianques entendem que se trata de uma questão multilateral centro-americana e não aceitam discussões bilaterais. Os "nics" enfatizam que os problemas são bilaterais, da Nicarágua com os Estados Unidos, da Nicarágua com Honduras, da Nicarágua com cada um dos demais países da região, mas aceitam discuti-los multilateralmente, caso isso possa ajudar a encontrar soluções.

O Grupo de Contadora

O Grupo de Contadora nasceu em janeiro de 1983, quando na ilha panamenha do mesmo nome, se reuniram os ministros de Relações Exteriores da Colômbia, México, Panamá e Venezuela para "expressar a sua profunda preocupação pela ingerência estrangeira nos conflitos da América Central", advertir que "resulta altamente indesejável inserir os referidos conflitos no contexto da confrontação Leste-Oeste" e para pedir a redução das tensões e eliminar os fatores externos que as aguçam, "através do diálogo e da negociação".

Desde 1981, os Estados Unidos planejavam a maneira de isolar a Nicarágua, seguindo as linhas

A volta de Kissinger ajudou os "falcões" da Casa Branca



ropa ocidental, com as democracias populares do Leste, e o fariam até com o próprio ET se ele aterrisasse nessa turbulenta aldeia planetária com a mesma audácia com que todos os dias o único avião da Aeronica (Linhas Aéreas Nicaraguenses) pousa no aeroporto de El Salvador, numa escala da sua conexão com o México e com os Estados Unidos.

Para os Estados Unidos, o problema da América Central reside na presença soviética e cubana na Nicarágua e em El Salvador, que ameaçam interesses estratégicos nunca definidos, e cuja solução somente será encontrada na sala de operações do hospital militar ao amputarem-se os membros enfermos. Para Manágua, a origem da crise deve ser buscada nas invasões norte-americanas, privadas como a do aventureiro William Walker (que no século 19 se proclamou presidente da Nicarágua) ou públicas, como o desembarque dos *marines* em 1912, quando Lênin era um exilado na Suíça, que ainda não se interessava pelos horários do trem Zurique-São Petersburgo, e Fidel Castro não havia nascido.

Para o presidente Ronald Reagan, o conflito gira em torno do eixo Leste-Oeste. Para os Nove Comandantes da Revolução, em torno do eixo

do Documento de Santa Fé, que serviu de base para a campanha eleitoral de Reagan em 1980, redigido por "falcões", como o ex-chefe da Junta Interamericana de Defesa, general Gordon Summer, e os acadêmicos Roger Fontaine e Jeanne Kirkpatrick. Enquanto 19 milhões de dólares eram autorizados para ações clandestinas da CIA contra a Nicarágua, o secretário de Defesa Caspar Weinberger admitia que se estudava a construção de novas bases militares na América Latina, e o *Washington Post* deduzia que se instalariam em Honduras, Colômbia, na ilha de Cocos na Costa Rica e nas ilhas equatorianas de Galápagos. A Argentina dos generais era uma peça central dentro dessa estratégia: enviava os seus especialistas em contra-insurreição para que os Estados Unidos não tivessem que arriscar os seus próprios homens — com o custo político que isso implica depois do Vietnã — e devia encabeçar as gestões diplomáticas e os contingentes militares que, segundo a aplicação do Tiar, se voltariam contra as revoluções da Nicarágua e de El Salvador.

Porém, em abril de 1982, a guerra das Malvinas transtornou todos esses planos. Ao recriminar os Estados Unidos pela sua tomada de posição junto aos britânicos, o chanceler Costa Méndez confessou publicamente o que se tinha estado preparando. "Eu me pergunto agora como vão fazer para convocar o Tiar, para isolar a Nicarágua, para intervir em El Salvador, para bloquear Cuba", admitiu abertamente.

Contadora recebeu o apoio dos Não-Alinhados uma semana depois do seu nascimento e, mais tarde, do Conselho de Segurança e da Assembleia-Geral da ONU. Em abril e maio de 1983, os quatro chanceleres do grupo se reuniram com os cinco chanceleres centro-americanos.

Uma frota em cada mar

Em julho, pela primeira vez, se reuniram os presidentes dos países do Grupo de Contadora em lugar dos seus chanceleres. "O uso da força como alternativa de solução não resolve; antes pelo contrário, agrava as tensões subjacentes", declararam. "A paz centro-americana só poderá ser uma realidade na medida em que se respeitem os princípios fundamentais de convivência entre as nações: a não-intervenção, a autodeterminação, a igualdade soberana dos Estados, a cooperação para o desenvolvimento econômico e social, a solução pacífica das controvérsias, assim como a expressão livre e autêntica da vontade popular".

Nesse encontro, realizado em Cancún, México, os quatro presidentes do Grupo de Contadora fixaram as diretrizes gerais de um programa, que depois propuseram aos países centro-americanos, para controlar a corrida armamentista, eliminar os asse-

sores estrangeiros, criar zonas desmilitarizadas, proibir o uso de territórios de alguns Estados para a destabilização de outros, erradicar o tráfico de armas e proibir outras formas de agressão ou ingerência nos assuntos internos.

A Nicarágua respondeu, quarenta e oito horas depois, com uma proposta de paz que incluía a assinatura de um acordo de não-agressão com Honduras, a interrupção do abastecimento de armas a todas as facções em luta em El Salvador, a suspensão de exercícios militares na região, o fim de toda discriminação econômica e o respeito à autodeterminação.

Em El Salvador, o líder da Frente Farabundo Martí, Joaquín Villalobos, formulou uma proposta de acordo pacífico, com um governo de participação ampla que, num quadro de respeito aos direitos humanos e às liberdades públicas, garantisse eleições verdadeiramente livres. Declarou também que os guerrilheiros não se propunham a destruir o exército salvadorenho e sim reorganizá-lo, dando lugar a oficiais de ideologia democrática.

Os Estados Unidos não objetaram formalmente os trabalhos do Grupo de Contadora, mas sempre deixaram claro que não renunciavam à opção militar. Enquanto os presidentes se reuniam em Cancún, uma frota norte-americana zarpava para as costas atlânticas da América Central e outra para as costas do Pacífico, com porta-aviões, destróieres e fragatas com mísseis, que interceptaram um cargueiro soviético que se dirigia para a Nicarágua.

Apesar da agudização da situação militar, os chanceleres do Grupo de Contadora mais os cinco centro-americanos conseguiram elaborar, em setembro, um Documento de Objetivos que, apesar de ser genérico, constitui uma "base de entendimento para as negociações que deverão ser empreendidas o mais rápido possível". (Ver quadro)

A invasão de Granada

Os Estados Unidos replicaram, reunindo em torno do chefe do Comando Sul das suas forças armadas, general Paul Gorman, os comandantes-em-chefe dos exércitos de Honduras, El Salvador, Panamá e Guatemala, membros do Conselho de Defesa Centro-Americano (Condeca) que postulou o recurso da força contra o marxismo, opção certamente mais simples que a complexa trama do Documento de Objetivos.

Na última semana de outubro, enquanto os chanceleres de Contadora se reuniam para preparar os instrumentos jurídicos previstos no Documento de Objetivos, os norte-americanos invadiram Granada.

A resistência granadense e dos civis cubanos obrigou Washington a recorrer às suas Forças de Deslocamento Rápido, que não havia previsto em-

pregar, e estendeu a mais de uma semana as operações que deviam durar somente algumas horas, além de ter-lhes custado mais de 40 baixas.

Fidel Castro atuou na crise de Granada como uma perfeita contra-figura do ex-presidente argentino Galtieri nas Malvinas. Absteve-se de desafiar com palavras floreadas, tentou conciliar negociando com os Estados Unidos e, quando apesar de tudo, ocorreu o desembarque, anunciou que Cuba não socorreria os granadenses nem com armas nem homens, mas, não obstante, os cubanos que lá estivessem resistiriam até o último cartucho. O preço que os Estados Unidos tiveram que pagar por causa desses homens é de tal magnitude que se precisará de uma perspectiva histórica para avaliá-lo.

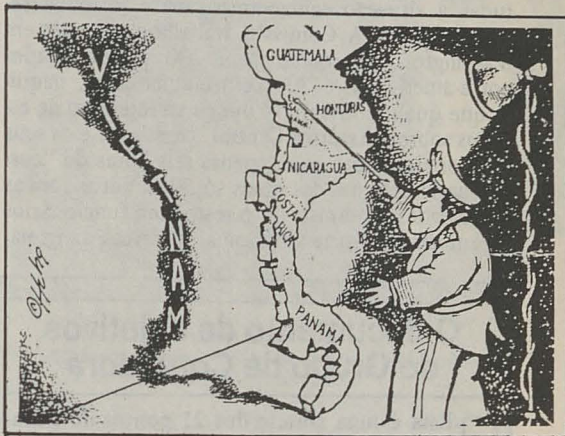
A condenação das Nações Unidas à invasão marcou um fenômeno novo nas relações internacionais, não pelas cifras da votação, de 108 contra 9, que nos últimos anos se tornaram habituais, senão pela sua composição. Entre esses nove a favor, desta vez não estiveram a Inglaterra, Alemanha, França, Holanda, Japão, Itália e Bélgica, e sim os mini-Estados caribenhos que acompanharam os Estados Unidos na invasão, além de Israel e El Salvador.

As gestões de Ortega

Depois do que aconteceu em Granada, a invasão à Nicarágua parecia iminente e somente o tempo poderá completar a lista de fatores que a impediram ou a adiaram. Entre eles, sem dúvida, é preciso computar o custo que os granadenses e cubanos fizeram que Washington pagasse (e que, projetado à escala nicaraguense poderia custar-lhe a reeleição de Reagan), a rápida reação dos países de Contadora, com o apoio dos chefes dos governos da França, Espanha e outras figuras da Internacional Socialista, as novas propostas de pacificação formuladas pela Nicarágua, simultâneas com uma mobilização total para a defesa, além das viagens de Daniel Ortega ao México, Peru, Argentina e Venezuela. Ortega não somente conseguiu significativos acordos com esses governos, como também estabeleceu contatos com setores populares desses países e com os chefes dos governos da região, o guatemalteco Mejía Víctores e o costarriquenho Monge, que se desvincularam do bloco liderado pelos Estados Unidos para atacar a Nicarágua. A Costa Rica exonerou o seu chanceler pró-norte-americano Fernando Volio Jiménez, proclamou a sua neutralidade externa e não aceitou uma oferta dos Estados Unidos para enviar mil engenheiros militares à sua fronteira com a Nicarágua.

Desenvolvendo os 21 objetivos de Contadora, a Nicarágua apresentou oito projetos que, a partir de um ponto de vista político e jurídico, eliminam qualquer pretexto para uma intervenção: um tratado de paz e segurança com os Estados Unidos,

um tratado de paz e amizade com Honduras, um acordo para a solução pacífica do conflito armado com El Salvador, um tratado geral de paz, segurança, amizade e cooperação entre todas as repúblicas da América Central, uma ata de compromisso sobre assuntos militares, uma declaração e acordo para o desenvolvimento e um plano de ação imediata.



Nesses projetos, garante-se que o território da Nicarágua "não poderá ser utilizado para afetar ou ameaçar a segurança dos Estados Unidos" nem o trânsito dos seus navios ou aeronaves; concorda-se em suspender toda assistência militar e de armas aos guerrilheiros salvadorenhos e reforçar a vigilância para que isso seja cumprido; declara-se que nenhum Estado da região poderá constituir-se em reserva estratégica de nenhum Estado estrangeiro; desautoriza-se a instalação de bases militares estrangeiras e a realização de exercícios militares de forças estrangeiras; resolve-se retirar em 30 dias todos os assessores e pessoal militar estrangeiro da região, bem como cessar imediatamente a aquisição de armas de qualquer tipo e procedência, conseguir acordos sobre a limitação de armamentos e número de efetivos regulares dos exércitos e estabelecer mecanismos de supervisão e controle para verificar o cumprimento de todos esses compromissos; declara-se o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais e o desejo de estabelecer ou aperfeiçoar sistemas democráticos pluralistas, dentro de estruturas econômicas e sociais justas e mediante ações de reconciliação nacional. O projeto do acordo econômico-social coloca o respeito às transformações internas que cada país adote, recoloca a integração centro-americana e adere à Nova Ordem Econômica Internacional, reivindica uma avaliação realista da dívida externa e a necessidade de recursos adicionais e de cooperação externa, considera planos alimentares e médicos. O plano de ação imediata para o desenvolvimento in-

clui um minucioso cronograma de reuniões e passos a serem dados até setembro de 1984.

O Relatório Kissinger

A meados de janeiro, foi publicado o relatório da Comissão Bipartidária presidida por Henry Kissinger, à qual Reagan havia encomendado estudar a situação centro-americana e formular recomendações. A Comissão trabalhou um mês em Washington, se reuniu com 200 personalidades norte-americanas e 300 centro-americanas, naquilo que qualificou como "um curso intensivo de estudos sobre a América Central". Kissinger e os seus colaboradores passaram apenas seis horas do "curso" na Nicarágua, das quais só 30 minutos com as autoridades sandinistas, e o resto com funcionários da embaixada norte-americana, hierarcas da igreja,

políticos e empresários opositores. Foi o suficiente para "perceberem que Cuba e Nicarágua treinam e armam os rebeldes salvadorenhos, que o sandinismo estabeleceu um regime de tipo cubano, baseado no controle policial da população, que existem aí assessores militares cubanos e soviéticos, da Europa oriental, Líbia e OLP", e que "esta conexão militar com Cuba, com a União Soviética e os seus satélites, internacionalizou os problemas de segurança centro-americana acrescentando-lhes novas e ameaçadoras dimensões".

Conforme a Comissão, os Estados Unidos devem impedir que a URSS, seja diretamente ou por intermédio de Cuba, consolide uma ponta-de-lança no continente americano, preservando "a autoridade moral dos Estados Unidos" e a sua credibilidade a nível mundial. Kissinger julga que a América Central constitui a fronteira sul do seu país e

O documento de objetivos do Grupo de Contadora

☐ Esta é uma síntese dos 21 pontos do documento de Objetivos aprovados em setembro pelos membros do Grupo de Contadora e pelos representantes dos cinco países centro-americanos.

1. Promover a distensão e pôr fim aos conflitos.

2. Cumprimento dos princípios do Direito Internacional (livre determinação dos povos, não-intervenção, igualdade soberana dos Estados, solução pacífica das controvérsias, abstenção de recorrer à ameaça ou ao uso da força, respeito à integridade territorial, pluralismo, vigência das instituições democráticas, fomento da justiça social, cooperação internacional para o desenvolvimento, respeito aos direitos humanos, proibição do terrorismo e da subversão).

3. Garantir os direitos humanos, políticos, civis, econômicos, sociais, religiosos e culturais.

4. Estabelecimento e aperfeiçoamento de sistemas democráticos, representativos e pluralistas, com processos eleitorais honestos e periódicos.

5. Reconciliação nacional nas sociedades divididas, que permita a participação nos processos políticos democráticos.

6. Criar condições políticas destinadas a garantir a segurança internacional, a integridade e a soberania dos Estados da região.

7. Deter a corrida armamentista e iniciar negociações para controlar e reduzir armamentos e efetivos em armas.

8. Proibir a instalação de bases militares estrangeiras ou outra forma de ingerência militar.

9. Redução e posterior eliminação de assesso-

res militares estrangeiros.

10. Mecanismos internos de controle para impedir o tráfico de armas.

11. Eliminar o tráfico de armas intra-regional ou de fora da região dirigido a desestabilizar os governos centro-americanos.

12. Impedir o uso de território próprio a pessoas, organizações ou grupos para desestabilizar os governos centro-americanos.

13. Não fomentar atos de terrorismo, subversão ou sabotagem.

14. Mecanismos e sistemas de comunicação direta para prevenir ou resolver incidentes entre Estados.

15. Ajuda humanitária aos refugiados. Repatriação voluntária com a cooperação do Alto Comissariado das Nações Unidas e outros organismos internacionais.

16. Programas de desenvolvimento para conseguir maior bem-estar e distribuição equitativa.

17. Revitalizar os mecanismos de integração econômica.

18. Gestionar recursos externos para financiar a reativação do comércio intra-regional, superar graves problemas de balanço de pagamentos, captar fundos para capital de trabalho, ampliar os sistemas produtivos e fomentar projetos de investimento de médio e longo prazos.

19. Amplo acesso aos mercados internacionais, revisão de práticas comerciais dos países industrializados, eliminação de barreiras alfandegárias, preços remunerativos e justos.

20. Cooperação técnica em projetos multi-setoriais de investimento e comércio.

21. Preparar a realização dos acordos, desenvolver os objetivos do documento e estabelecer sistemas de verificação e controle.

que se o poder soviético-cubano avança por aí, obrigaria os Estados Unidos a abandonarem interesses importantes em outras partes do mundo, afetando o equilíbrio global. Um colapso na América Central, acrescenta o Relatório, aumentaria a dificuldade e o custo de proteger as linhas transoceânicas de comunicação, pela quais passa aproximadamente a metade do petróleo que os Estados Unidos importam e os embarques que, em caso de emergência, Washington deveria enviar à frente europeia e à Ásia oriental.

O Relatório, menos brutal e simplista que o Documento de Santa Fé, cujas orientações segue, apesar de tudo, contém um longo capítulo dedicado a descrever o atraso e a miséria dos povos centro-americanos e a questionar os governos que durante o último meio século os Estados Unidos implantaram e defenderam. Refere-se inclusive à dinastia Somoza como uma *cleptocracia*.

Em um tom parecido ao da Aliança para o Progresso, reconhece as condições existentes para a revolução (que atribui indiretamente ao feudalismo espanhol, do qual se ocupa mais do que das intervenções norte-americanas, e nem menciona o imperialismo inglês), mas sustenta que essas condições exploradas pela União Soviética, Cuba e Nicarágua "converterão qualquer revolução que consigam dominar em um estado totalitário, ameaçando a região e tirando das pessoas as suas esperanças de liberdade".

As observações econômicas e sociais que formula não carecem de interesse. Destacam a deterioração das condições de comércio, o grave peso da dívida externa, a falta de resultado dos programas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para deter a retração econômica, a generalização da miséria, o analfabetismo e as doenças, constatações que o Relatório não relaciona com a exploração e a dependência das quais os Estados Unidos estão muito longe de serem alheios. E, todas as propostas tendem a criar organismos regionais controlados pelos Estados Unidos, que excluam a influência do Grupo de Contadora e das Nações Unidas e que discriminem a Nicarágua se não se submeter às pressões norte-americanas. A reunião de chefes de Estado Latino-Americanos e do Caribe, que se realizou em Quito, rejeitou de imediato essa discriminação econômica por razões políticas e insistiu na unidade regional (ver *cadernos* nº 63).

A urgência da crise que a Comissão Kissinger percebe, se reflete nas suas recomendações para o manejo da dívida externa da América Central: renegociação política com participação dos governos credores, ainda que Kissinger não deva ignorar que não é isso o que os banqueiros desejam como regras do jogo com os seus clientes e, por isso, esclarece que não deve se aplicar o mesmo modelo fora da região centro-americana.



A CIA contratou um coronel do exército argentino (à esquerda, de óculos) para ajudar os somozistas em Honduras, onde a foto foi tirada. O helicóptero também é hondurenho

O Relatório propõe uma ajuda econômica norte-americana de oito bilhões de dólares para a região nos próximos cinco anos, sem a qual considera que não se consolidariam nem a recuperação econômica nem o progresso social e o desenvolvimento de instituições democráticas. Essa cifra, que está muito longe das necessidades que os governos centro-americanos expuseram à Comissão, já que somente Honduras solicitou 10 bilhões de dólares para garantir a sua segurança. Porém, mesmo pequena, muito dificilmente será aprovada pelo governo norte-americano que, muito entusiasticamente se encontra empenhado em reduzir os programas sociais e aumentar os gastos militares.

Para o ano fiscal de 1985, o orçamento militar é de 305 bilhões de dólares e o déficit orçamentário de 100 bilhões, e nenhum mecanismo impedirá que a América Central pague a sua parte, pela via do incremento da sua dívida externa, automaticamente produzida pelo aumento nas taxas norte-americanas de juros derivado do déficit. Além do mais, a Comissão declara-se contrária a qualquer mecanismo de estabilização de preços das exportações centro-americanas, com o qual o tipo de ajuda que recomenda não atenuaria a dependência. A idéia de que um programa de modernização, nos moldes do capitalismo privado ocidental, produzirá democracias estáveis a curto prazo, que serão defendidas por líderes sindicais, médicos e docentes capacitados nos Estados Unidos ou em escolas regionais controladas por eles, através da Usaid ou dos *Peace Corps*, combina doses equilibradas de ingenuidade e de cinismo e revela a incapacidade dos meios políticos e acadêmicos norte-americanos

para compreender a problemática do Terceiro Mundo, respeitando a sua história e a sua cultura.

O colapso de El Salvador

O capítulo central se refere aos problemas de segurança. A Comissão recomenda um aumento substancial da ajuda militar ao governo de El Salvador da ordem de 400 milhões de dólares para 1984 e 1985, já que "os níveis atuais da ajuda militar não são suficientes para preservar nem sequer o empate militar existente durante um longo período. Dado o crescente dano físico e político causado à economia e ao governo de El Salvador pelos guerrilheiros, não se pode descartar um colapso repentino desse país".

O Relatório sublinha a sua condenação aos "métodos brutais" relacionados com a contra-insurreição, "o uso sistemático de represálias coletivas e o assassinato seletivo e a tortura para persua-

dir a população civil a que não participe da rebelião" e recomenda "condicionar a assistência militar ao governo de El Salvador ao progresso que obtenha nas tentativas de controlar os esquadrões da morte".

Não obstante, em anexos pessoais ao Relatório, o próprio Kissinger e dois outros membros da Comissão destacam que a ajuda a El Salvador deve servir, antes de tudo, aos interesses políticos e à segurança dos Estados Unidos e que a condicionante não deveria aplicar-se caso pudesse redundar numa vitória marxista-leninista.

Com respeito à Nicarágua, o Relatório afirma que a ação somozista contra o governo revolucionário "favorece um acordo negociado", reivindica a legitimação sandinista "por meio de eleições livres" e adverte que a "Nicarágua deve saber que a força sempre fica como última instância". Ao referir-se ao Grupo de Contadora, alega que ele ainda não demonstrou a sua utilidade para elaborar

"1985 pode ser um ano mais perigoso que 1984"

Ex-embaixador substituto da Nicarágua nas Nações Unidas e atual Diretor-Geral de Política Externa da chancelaria, Alejandro Bendaña, é um dos mais brilhantes diplomatas jovens de seu país, com participação significativa nas negociações do Grupo de Contadora.

Qual foi a repercussão das últimas propostas da Nicarágua?

— Segundo a administração Reagan, a causa de todos os males é a Nicarágua, seu modelo totalitário, o sandinismo no poder que, por sua natureza, tende a ser expansivo e ao qual, independentemente do que diga ou assine, não se deve dar crédito. A solução para eles é erradicar o sandinismo, a revolução nicaraguense. Por isso, através de alguns dos governos centro-americanos, procuraram dar primazia à reforma interna em nosso país. Alegam que enquanto não se der fim à luta civil na Nicarágua não haverá paz na América Central, e nesse sentido ignoram a guerra em El Salvador, a presença de milhares de contra-revolucionários em Honduras ou a presença de duas frotas norte-americanas em nossas costas. Os Estados Unidos pensavam que não íamos nos referir às questões militares ou de segurança, dos assessores, da limitação de armamentos, e para sua surpresa, não vemos nenhum inconveniente em nos referir a esses temas. Estamos dispostos a uma moratória, a que se congele toda a importação de armas, a que se retire até o último assessor estrangeiro. Claro, de todos os

países, não só da Nicarágua. O que nós perguntamos agora é se os Estados Unidos estão dispostos a dismantelar as suas bases, a retirar seus assessores militares de Honduras e El Salvador, a não fornecer a El Salvador a provisão maciça de armamentos que têm planejada.

E qual foi a resposta?

— Acham que é um problema entre a Nicarágua e seus vizinhos e que os Estados Unidos estão apenas na posição de observadores. Mas nós não temos problemas com Honduras, El Salvador ou Guatemala, senão com o uso que os Estados Unidos fazem de seu território. Na última reunião de Contadora propusemos iniciar discussões sobre a retirada imediata de assessores, e nem os hondurenhos nem os salvadorenhos aceitaram, porque necessitam deles. Como El Salvador vai aceitar uma moratória sobre armamento, quando a comissão Kissinger propõe enviar-lhe 400 milhões de dólares em armamentos nos próximos dois anos? Como vão contradizer o padrinho do Norte?

A Nicarágua privilegia Contadora como foro de discussão, e os Estados Unidos prefeririam a OEA. Não é assim?

— Eles estão descontentes com Contadora, que cresceu à margem da OEA e foi reconhecida pela Assembléia-Geral da ONU. O fato de Contadora ter se atracado ao porto da ONU e não ao da OEA é uma vitória da diplomacia nicaraguense, uma iniciativa regional com respaldo global. Quase todos os países da América apóiam Contadora, a Europa também, porque se opõem à solução militar dos problemas políticos que os Estados Unidos propõem. Todos os países temem que se vivam momentos

políticas que levem à "segurança regional" e eufemisticamente indica que os Estados Unidos "não podem usar o processo de Contadora como um substituto da sua própria política".

Dois dos integrantes da Comissão, o prefeito de San Antonio (Texas), Henry Cisneros, e o professor de Economia da Universidade de Yale (New Haven, Connecticut), o cubano Carlos Díaz-Alejandro, ressaltaram a sua oposição à ajuda norte-americana aos ex-guardas somozistas. Díaz-Alejandro aduziu que "em vez de pressionar para uma negociação, o apoio dos Estados Unidos aos rebeldes nicaraguenses diminuiu as possibilidades de negociação", o que implica uma compreensão mais sutil dos mecanismos políticos em jogo que a do "doutor" Kissinger.

Cisneros recomendou que os Estados Unidos iniciassem conversações com a Nicarágua como "o meio mais viável para resolver pacificamente as suas diferenças" e afirmou que a retirada do apoio

aos somozistas permitiria aos sandinistas cumprir com as suas promessas de pluralismo e eleições em 1985. Propôs também negociações com a Frente Democrática Revolucionária de El Salvador e uma interrupção das hostilidades entre o governo e a guerrilha.

Díaz-Alejandro insistiu também na conveniência de conceder acesso completo e irrestrito das exportações centro-americanas ao mercado dos Estados Unidos como uma "política mais rentável a longo prazo do que uma ajuda econômica ou militar direta".

O Relatório é um indicador das contradições que confundem os Estados Unidos na hora de enfrentar a problemática centro-americana e, ao colocar em relevo, por contraste, a superioridade das posições diplomáticas nicaraguenses, reforça os temores de que o governo Reagan resvale por um declive ainda mais acentuado em direção à confrontação militar.

críticos este ano. Temos pela frente as eleições em El Salvador, que coincidem com as manobras *Ahuas Tara III*. É possível que haja um aumento da tensão.

O que poderia dissuadir os Estados Unidos da agressão?

— O momento decisivo pode chegar quando houver mortos norte-americanos. Tivemos um início com o piloto do helicóptero abatido. Aí, a crítica interna despertou o debate parlamentar e jornalístico. Foi o próprio jornalismo norte-americano que desmentiu as versões oficiais e comprovou as violações de nosso espaço aéreo. Com a abertura e as eleições, invalidamos pretextos e justificativas, mas isso não repercutiu nos Estados Unidos. Organizamos eleições e Reagan diz que somos totalitários.

Contudo repercute de forma indireta, através da Europa e da América Latina...

— O perigo é que seja de forma tão indireta que não incida sobre um governo que atende tão pouco ao sentimento da comunidade internacional. Apesar de todas as manifestações pacifistas, os mísseis estão chegando à Europa. Apesar do apoio mundial a Contadora, financiam a contra-revolução, levam milhares de soldados a Honduras, efetuam manobras, provocam...

As eleições norte-americanas podem agravar a pressão contra a Nicarágua?

— Pode acontecer o contrário, embora nós não possamos descartar a possibilidade de invasão. Estamos dependendo muito da situação em El Salva-

dor, pois em caso de agravamento militar pode se desencadear a invasão porque, independente de considerações eleitorais, os Estados Unidos não vão permitir outra Nicarágua na América Central. Talvez 1985 seja mais perigoso do que 1984, se Reagan for reeleito.



Bendaña: confiança nos latino-americanos

Que importância atribui à reunião de Quito?

— É a opção latino-americana, a resposta latino-americana à missão Kissinger. Qualquer analista objetivo sabe que a recuperação econômica da América Central tem que ser global, que não se pode excluir a Nicarágua, porque somos parte integrante da América Central. Temos muita confiança nos novos mecanismos do Sela, como o Comitê para o Desenvolvimento Econômico-Social da América Central, a alternativa latino-americana, ou como já foi chamado, a Contadora econômica.

O acordo frustrado

A guerra entre o norte e o sul chega a um novo impasse complicando ainda mais a intervenção francesa

De depois do fracasso das negociações de paz promovidas pela Organização da Unidade Africana (OUA) em janeiro, a paz no Chade voltou à estaca zero. As perspectivas de solução a curto prazo do conflito, que já se arrasta há quase 20 anos, estão agora na dependência de uma reorganização política dos movimentos envolvidos na guerra entre o norte e o sul, bem como do desenvolvimento de contatos diplomáticos entre França e Líbia, além de vários outros países africanos.

O fracasso da reunião de paz patrocinada em janeiro pela OUA em Addis Ababa (Etiópia) colocou mais uma vez em evidência a impossibilidade de um acordo entre o movimento político de tendência socialista liderado por Gukuni Ueddei e a facção dirigida por Hissène Habré, que se auto-intitulou presidente do governo do Chade, com o apoio militar e diplomático da França. Hissène se recusa a ser tratado em pé de igualdade com Ueddei, que conta com o apoio da Líbia e de vários governos nacionalistas da África.

Esta recusa tornou impossível a conferência de paz de Addis Ababa em janeiro, pois a OUA havia convidado para a reunião as 11 tendências políticas que em 1979 decidiram criar um Governo Transitório de União Nacional (Gunt) que na época

Benoit Gysenbergh/Camera Press



As tropas francesas ampliaram a área sob seu controle

passou a ser presidido por Gukuni Ueddei. Habré, mais tarde, rompeu o acordo e derrubou o presidente do Gunt pela força em outubro de 1982, quando a guerra tomou conta de todo o país. Hoje, Habré não admite uma volta ao quadro político de 1979, a última vez em que a diplomacia africana teve uma participação ativa numa busca de solução para a crise do Chade.

A intransigência política da facção apoiada pela França e o impasse militar criado pela divisão do país em duas zonas autônomas, criou as condições para uma série de mudanças políticas, principalmente entre as forças

que apóiam Ueddei. Em 1983, foi criado o Exército de Libertação Nacional (ELN) que unificou vários grupos armados independentes que participavam do Gunt. A nova estrutura passou a ter um comando centralizado, o que eliminou a multiplicidade de chefias e estratégias responsáveis no passado por ações bélicas muitas vezes antagônicas. A coordenação aumentou o poder de fogo das forças de Ueddei que hoje controlam todo o território norte do Chade, contando com armamento e apoio logístico da Líbia.

As mudanças na estrutura militar tiveram como consequência

imediate o surgimento de uma coordenação política, através da criação do Conselho Nacional de Libertação (CNL), o órgão de cúpula de todas as forças políticas que apoiavam o Gunt e Gukuni Ueddei. O Conselho definiu sua ação como destinada a "buscar uma luta de libertação nacional que deverá desembocar numa sociedade socialista". Os principais movimentos ligados ao CNL são as Forças Armadas Populares, de Ueddei; o Conselho Democrático Revolucionário (CDR), de Acheik Obn Oumar; e as Forças Armadas do Chade (FAT), do coronel Abdel Kadir Kamougué e mais cinco outras facções menos numerosas. Ao todo, o CNL agrupa oito das onze forças políticas que em 1979 formaram o Gunt.

A área crítica

As FAT têm um importante papel político e militar no sul do Chade, pois atuam dentro da área onde Hissène Habré afirma ser o líder incontestado. Na verdade, os homens do coronel Kamougué, depois de um tumultuado período de cisões políticas no ano passado, conseguiram realizar um processo de depuração interna que culminou com a criação do Movimento Revolucionário Popular (MRP). Este foi mais um passo no sentido de substituir a antiga estrutura semi-feudal dos "senhores da guerra" (que caracterizou a história do país desde a independência em agosto de 1960), por movimentos políticos estruturados a partir de uma ideologia de libertação nacional.

O MRP passou a coordenar suas ações políticas e militares em função do CNL o que deu às forças de Ueddei pela primeira vez a possibilidade de conceber uma estratégia global contra Habré. O sul do Chade é hoje uma região vital para a sobrevivência do governo de N'Djamena. Os dissidentes das FAT que não

aderiram ao MRP foram absorvidos pelas forças de Habré, mas em compensação surgiram no sul do Chade novos movimentos que protestam contra a presença francesa no país. Uma delas é a Organização para Libertar o Chade do Fascismo e do Imperialismo, liderada por Tahir Said, um líder político com simpatias pela revolução líbia. O outro grupo tem fortes ramificações entre os muçulmanos no sul do Chade. Os dois grupos têm base na Nigéria e recentemente realizaram vários ataques contra guarnições militares e instalações do governo de Habré nas cidades de N'Djamena e Boghor.

A profunda reorganização dos vários movimentos que compõem o Conselho Nacional de Libertação, dirigido por Gukuni Ueddei, ocorre num momento em que a França enfrenta um impasse no seu envolvimento militar na guerra do Chade. Os três mil soldados que obedecem ao comando do general Poli na operação "Manta" foram mandados para N'Djamena no ano passado com o objetivo oficial de "facilitar as negociações de paz". Hoje, no entanto, eles se transformaram na guarda pretoriana de Hissène Habré e estão atolados num lodçal político sem solução à vista.

A posição francesa

As tropas francesas estabeleceram como limite máximo para seus avanços o paralelo 15, que passa pela localidade de Ziguey. Mas no dia 25 de janeiro, depois da derrubada de um caça-jato *Jaguar* da força aérea francesa por forças de Ueddei, a faixa sob controle francês foi estendida mais 200km para o norte, nas localidades de Koro-Toro e Oum-Chalouba. A ampliação da área sob controle do general Poli aprofundou o envolvimento francês na guerra e deixou à mostra fraturas no mecanismo de ligação política entre os res-

ponsáveis pela operação "Manta" e o Palácio do Eliseu. Pouco depois da derrubada do *Jaguar*, o comandante das tropas francesas fez críticas beligerantes à Líbia e foi repreendido pelo presidente François Mitterrand.

O Palácio do Eliseu começou em janeiro uma série de delicados contatos a nível diplomático com a Líbia, tentando tirar dividendos de uma não menos delicada gestão diplomática entre vários países do Maghreb visando à formação de um bloco político regional. Argélia, Tunísia, Marrocos e Líbia já estão envolvidas no projeto do Grande Maghreb,¹ mas entre eles existem alguns pontos de discordância como a exigência marroquina de isolar o Saara do novo grupo e a proposição argelina de que a Líbia resolva suas questões fronteiriças com o Chade, antes de formalizar a adesão ao bloco.

A existência destas questões pendentes está sendo usada pela França nas negociações sobre o futuro do governo Habré, já que se Mitterrand conseguir que os demais países do norte da África levem a Líbia a resolver o problema da Faixa de Aozou, isso poderia ter implicações diretas na política interna do Chade. A Faixa de Aozou é um pedaço de terra ao norte do Chade que a Líbia diz ser sua com base num acordo firmado entre a França e a Itália na época da 2ª guerra mundial. O chamado acordo Laval-Mussolini é contestado por Habré.

No final de fevereiro, um diplomata africano disse em Addis Ababa, capital da Etiópia, que o fracasso das gestões para um acordo entre Habré e Ueddei tornará inevitável tanto a intensificação da guerra como a busca de outras alternativas para a paz. Só que essas alternativas ainda não estão à vista. (Carlos Castilho) ●

¹ Ver "cadernos do terceiro mundo" nº 63: "A intransigência marroquina"

A crescente militarização do sul

A paz na região e a reunificação do país vêm-se comprometidas pela presença dos norte-americanos e pelas armas ultramodernas do regime de Seul

Adérito Lopes

Passados mais de 30 anos da guerra da Coréia, a tensão na região se mantém. Acontecimentos semelhantes aos que antecederam a invasão de 25 de junho de 1950, permitem pensar que a situação é grave. As constantes provocações ao longo do Paralelo 38, o desenvolvimento do material militar altamente sofisticado e nomeadamente nuclear, as recentes manobras militares, a presença de altas personalidades militares e políticas dos EUA, a recente construção do muro de cimento armado ao

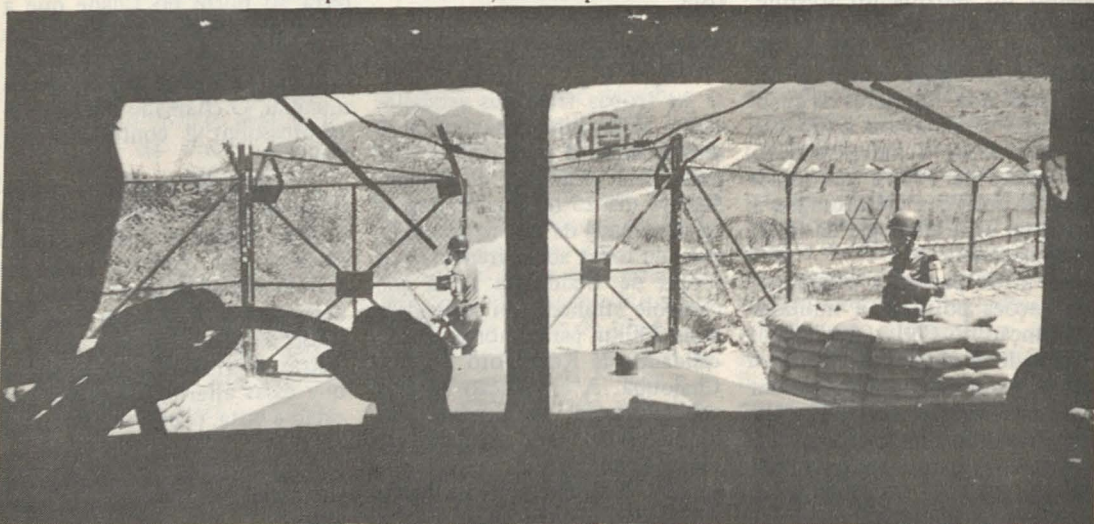
longo de todo o Paralelo 38, explicam as palavras do presidente Kim Il Sung diante dessas atividades dos norte-americanos e dos militares sul-coreanos. Ele afirmou: "A situação no nosso país é atualmente tão perigosa que uma guerra pode rebentar a qualquer momento".

A história

A 25 de junho de 1950, tropas norte-americanas e sul-coreanas passaram o Paralelo 38 e invadiram o norte. A aviação nor-

te-americana arrasou o país. A capital foi destruída. Porém, o general Ridgway pedia a assinatura do armistício, porque as derrotas eram diárias e enorme o número de prisioneiros. As conversações para o armistício duraram mais do que a própria guerra. Finalmente o general Harrison assinava o primeiro armistício sem vitória. As duas Coréias ficavam divididas. No norte começou então a reconstrução e a edificação da sua economia a partir do *Djouché* (contar com as próprias forças). Os norte-

Mais de 30 anos depois do armistício, a tensão permanece na fronteira das duas Coréias



Dirk Buwalda/Camera Press



O muro que divide o norte do sul, no Paralelo 38: 240km de cimento armado

americanos instalaram-se no sul com o pretexto de conter o perigo comunista. Colonizaram aquela região transformando-a em campo de experiências militares, nunca perdendo de vista o seu objetivo principal: a invasão do norte e a instalação de um governo fantoche que "governasse" em toda a península, ponto estratégico entre dois mares confiando continentalmente com a China e a URSS.

A divisão

Quem não se lembra do Paralelo 38 na Coreia e do Paralelo 17 no Vietnã? Muitos devem julgar que se trata de uma linha imaginária, que só existe a tinta negra nos mapas da geografia mundial. Na Coreia, esta linha pode ser vista porque tem forma física. Tem cerca de 240 quilômetros de extensão, indo do mar de leste ao mar do oeste. Reconhece-se pela fila de postes pintados de amarelo e ligados entre si por arame farpado. Numa área de dois quilômetros para cada um dos lados desta linha há mais duas filas de postes. Trata-se da zona desmilitarizada. Um dos lados é patrulhado pelos militares do norte e o outro pelos do sul. Aqui não são permitidas armas automáticas. Na localidade de

Panmunjon, situada nesta linha a cerca de 20 quilômetros do litoral, foi assinado o armistício e numa área de 700 metros ao centro da linha realizam-se as reuniões entre as duas partes quando convocadas para analisar provocações. Trata-se da zona de segurança conjunta. Esta zona era ocupada pelas duas partes, mas agora, em virtude de sérias provocações e graves incidentes, tem uma divisão, uma espécie de calçada de cimento com um metro de largura e alguns centímetros de altura. Pela mesa que está instalada no edifício passa um fio que também a divide.

No verão passado tivemos oportunidade de assistir a uma reunião entre oficiais das duas partes. Eram 11 horas da manhã. Os soldados norte-americanos, com os enormes MP no braço, nos fotografam, olhando-nos enquanto mastigam chiclete. A presença dos norte-coreanos que nos acompanham não os encorajam a dirigir qualquer palavra. Ficam nos gestos e risos. E por uma janela assistimos à reunião que se realiza numa pequena sala. O oficial norte-coreano lê, em inglês, um documento acusatório. Mostra fotografias. O capitão norte-americano responde que não pode reconhecer os soldados dos Estados Unidos por

meras fotografias. As provas são, por isso, julgadas insuficientes. Levanta-se e com ele outro oficial da marinha e dois sul-coreanos. A impunidade triunfara mais uma vez. Subiram uma escada em caracol num edifício, uma espécie de coreto de jardim, onde escreveram ironicamente "casa da liberdade" e que fica logo a seguir à zona conjunta e dentro da zona desmilitarizada da parte sul. Vistos ali em cima e espalhados entre as construções, com o seu ar desajeitado, naquela paisagem artificial, faziam lembrar figuras ntes de filmes sobre a guerra.

Os oficiais que participaram da reunião tinham vindo de Seul, que aliás fica logo ali atrás de uma daquelas colinas, a 40 quilômetros em linha reta e a 70 por estrada. Seul fica a um tiro de canhão, como é costume dizer-se por ali. Do lado sul, também há visitantes para aquela zona. Não tão assiduamente nem para se solidarizarem com os seus anfitriões, porque estão organizadas excursões para ver a linha de demarcação e dar uma olhadela nos "vermelhos". Mas trata-se realmente de turismo e cada pessoa paga 11 dólares e 60 centavos.

Mais de 700 delegações com cerca de 7 mil pessoas visitam anualmente este local pelo lado norte para mostrar aos norte-

terceiro mundo - 75

americanos que devem abandonar o sul da Coreia e que a sua presença compromete a reunificação pacífica do país e cria uma grande tensão naquela região asiática.

Da parte sul-coreana as provocações são constantes e de vários tipos. Algumas graves. A guerra esteve muitas vezes à vista. O incidente mais grave deu-se em 1976. Tropas dos Estados Unidos destruíram postos do lado norte, munidas de machados e de paus de jogar beisebol, envolveram-se em lutas com os militares do norte, que, desarmados, recorreram ao seu infalível *kienksoul* (espécie de caratê, mas com elevação de corpo). Dois norte-americanos morreram e nove ficaram inutilizados. A 7ª Esquadra avançou para as costas da Coreia do Sul. Mas a guerra ainda não foi desta vez.

A muralha

A comuna de Kouhwari situa-se a pouco mais de 30 quilômetros de Kensong. Entre essas colinas e a linha de demarcação ali perto há um pequeno vale. Em caso de guerra, pode-se dizer que esse vale é a primeira linha de combate para o norte. Estamos agora bastante longe da zona de Panmunjon, e deixamos para trás a última localidade do norte: Djangphang. O vale está à nossa frente. A seguir podem ser vistos os postes amarelos, os postos de observação sul-coreanos onde flutua a bandeira da ONU e a bandeira da Coreia do Sul. Logo a seguir, a grande muralha e, mais ao fundo da paisagem, o rio Rimdjin. Ao fundo, as cordilheiras. Colinas e montanhas que constituem 80% da península coreana.

A muralha foi construída na área de dois quilômetros da parte sul e tem uma extensão de 240 quilômetros dividindo o país de litoral a litoral. Edificada entre 1976 e 1979, a muralha tem dez metros de largura na ba-

se e cinco no topo e a sua altura vai de cinco a seis metros conforme a configuração do terreno.

Portas metálicas com cerca de quatro metros de largura e três de altura podem dar passagem a tanques ou outros blindados. Os norte-americanos dizem que esta muralha foi levantada para proteger da invasão das tropas de Kim Il Sung. Mas, na realidade, a única invasão registrada até hoje foi desencadeada pelo sul contra o norte.

Música e discursos chegam até nós por potentes alto-falantes. Helicópteros norte-americanos sobrevoam a área. Ouvem-se detonações. Além de uma violação às disposições assinadas pelas duas partes, essa construção é um vergonhoso testemunho da divisão da pátria coreana.

Pergunto-me que sentido faz ali a bandeira azul da ONU a tremular ao vento da linha de demarcação, naquela colina dividida. À sombra dessa bandeira ocupou-se o sul, dividiu-se o país em dois, ergueu-se a muralha e prepara-se a guerra.

Segundo o próprio regulamento da ONU essa organização não podia nem devia ter interferido no problema coreano posterior à guerra de 1945. Ela própria deliberou em 1975, na sua 30ª sessão, que as tropas dos Estados Unidos deviam retirar-se da Coreia do Sul.

Potencial bélico

Do outro lado da muralha, a Coreia do Sul tornou-se uma forte base militar. Nos últimos anos, está se tornando também um grande quartel, um arsenal, um paiol de armas sofisticadas e nucleares. Só na década de 80, as forças aéreas aumentaram em mais 2.500 homens e as forças navais dobraram os seus efetivos. Todos esses militares têm uma grande experiência de guerra. Com eles vieram mais 48 caças-bombardeiros F-16. É a primeira vez que esses aviões estacionam

fora dos EUA. Mas há outros tipos de aviões como os de apoio aos A-10. Por exemplo, os aviões caças de último modelo F-16, F-15 e A-10. Esses números aumentam em mais de 25% o número de aparelhos modernos ali estacionados. Junto às águas coreanas, a 7ª Esquadra aguarda.

Ali foram colocados também pela primeira vez fora do território norte-americano, mísseis *Tow*, batalhões de carros de guerra e de informação, para apoiar a 2ª Divisão de Infantaria. Instalaram canhões de tiro curvo de 155mm M-198 e outras armas que ainda não foram levadas para qualquer outro país. Substituíram os mísseis *Honest John* e *Sergeant* por mísseis *Lance*. Desde 1981, o material de guerra triplicou e os custos das tropas de ocupação sobem a bilhões de dólares.

Para incentivar o espírito de guerra junto à população do sul, os Estados Unidos obrigaram Djeun Dou Hwan a publicar uma lei mobilizando a totalidade de recursos materiais e humanos, em caso de guerra. O exército pode alcançar brevemente um milhão de homens (já conta com 700 mil). Por outro lado, o governo sul-coreano conta com cerca de 10 milhões de pessoas — homens, mulheres, jovens e velhos — obrigatoriamente ligadas a organizações paramilitares dependentes da política dos EUA. Por esse meio, os norte-americanos colocam material para as suas experiências e vendem material para utilização do exército e das organizações civis da Coreia do Sul.

Junto ao Paralelo 38 há muito equipamento nuclear. Do que já se sabe, pelo menos mil ogivas nucleares foram ali colocadas recentemente. Armas apontadas para o norte, claro.

A guerra de ensaio

Na primavera de 1950, pouco antes de desencadear a guerra,



Foster Dulles, na zona da invasão (junho de 1950): sinal aberto para a guerra

realizaram-se grandes manobras no sul e o então secretário de Estado norte-americano Foster Dulles visitou a linha de demarcação em Panmunjon. Em junho, começou a guerra.

Na primavera passada realizaram-se no sul as maiores manobras de que se tem memória, com cerca de 200 mil homens. O secretário de Estado norte-americano George Shultz, depois de visitar o Japão, esteve na Coreia do Sul e em Panmunjon. Situação semelhante, porém com mais efetivos. A guerra será eminente?

As manobras chamadas *Team Spirit 83*, bastante noticiadas na imprensa ocidental, realizaram-se entre fevereiro e abril do ano passado, com forças conjuntas dos Estados Unidos e da Coreia do Sul e alguns "observadores" japoneses. Durante 70 dias ensaiou-se a guerra com a participação de 190 mil efetivos, dos quais 70 mil norte-americanos.

Logo a seguir, chegou Shultz. As manobras serviram para dar maior alento à idéia de uma aliança tripartite (Estados Unidos-Japão-Coreia do Sul).

Um oficial revelou-me que parte das manobras foram realizadas ali mesmo em frente a Panmunjon, e muitas delas no rio Rimdjin, que corre a pouco mais

de 10km no sul. Trata-se de uma guerra de ensaio, de uma guerra preliminar. Uma guerra que pode rebentar de um dia para o outro e até mesmo evoluir para uma experiência nuclear.

Até quando Panmunjon?

Deixei a zona de demarcação, tendo constatado, que reina ali uma tensão constante. Os 12 quilômetros que separam essa zona da cidade de Kensing são feitos pela estrada que atravessa os arrozais e as aldeias limpas. Os homens e as mulheres pintam as casas e limpam as ruas, enquanto as crianças que regressam das escolas tratam dos imensos jardins. Esses grupos de crianças, os *pioneiros*, com os seus lenços vermelhos ao pescoço, as camisas garridas, o boné azul de pala (para os rapazes), a saia curta com alças também azul e uma flor artificial na cabeça (para as moças), emprestam grande alegria e colorido à paisagem.

A velha estrada-de-ferro que ligava as duas partes da Coreia parou desde a divisão do país. Os vagões de trem ainda estão lá, atravessando a zona desmilitarizada, mas um pinheiro já nasceu

entre eles. Pelo seu crescimento vai-se medindo o tempo que separa e divide um povo.

O governo e o povo norte-coreanos têm apresentado numerosas propostas para a criação de uma confederação do norte e do sul, mesmo conservando inicialmente as formas de regime atuais, tendo como nome de República Confederal do Koryo e aderindo à ONU como um só Estado. Essa declaração continua a ser estudada por todas as classes sociais e representantes de todos os partidos e organizações políticas e sociais do norte e do sul, mas não poderá avançar enquanto as tropas dos EUA estiverem na parte sul.

No dia 10 de janeiro passado, os norte-coreanos enviaram uma carta aos Estados Unidos e outra à Coreia do Sul propondo uma reunião tripartite para resolver pacificamente o problema da Coreia. Um dos pontos se baseava na exigência da retirada das tropas norte-americanas daquela região, na adoção de uma declaração de não-agressão entre o norte e o sul, especificando que esse diálogo se fundamentaria no problema da reunificação pelos princípios da independência, da paz e da grande união nacional. Sublinha ainda que o meio mais eficaz para essa reunificação consiste em reunir numa confederação o norte e o sul, com autonomia regional de cada uma das partes e conservando as suas ideologias e regimes. Para fundar essa Confederação, devia se convocar um Congresso Nacional representando a vontade de todo o povo coreano do norte e do sul.

Isso quer dizer que a presença norte-americana na parte sul é uma ameaça para a reunificação pacífica da Coreia. O desenvolvimento no campo militar, o aumento de material e dos soldados, a cada vez maior ingerência de Washington na vida sul-coreana mostram que se caminha mais para a guerra do que para a paz. ●

terceiro mundo - 77

A Nestlé mostra a bandeira branca

Depois de seis anos de denúncia contra a comercialização do leite artificial, ganha-se uma grande batalha

Agustín Castaño

As transnacionais que produzem substitutos do leite materno, agravando consideravelmente os problemas de saúde da infância, sobretudo no Terceiro Mundo, perderam uma batalha. A aceitação, por parte da Nestlé — principal empresa daquele ramo transnacional — de um Código de Conduta para a comercialização do leite artificial, significa um inestimável precedente no sentido de disciplinar o uso dos substitutos de laticínios, que são responsáveis, segundo estimativas, pela morte de um milhão de crianças ao ano.

O mérito dessa façanha da cooperação internacional pertence inteiramente a uma rede de organizações não-governamentais de países subdesenvolvidos e desenvolvidos, que manteve durante seis anos e meio uma feroz campanha para denunciar a "comercialização imoral" da corporação suíça Nestlé, conseguindo forçar a queda de suas vendas. Finalmente, a transnacional capitulou.

Entre 4 e 6 de fevereiro passado, reuniram-se no México — com o objetivo de analisar um temário no qual teve particular destaque o relacionamento com a Nestlé — as organizações promotoras da campanha contra a empresa e as que propiciaram o Código de Conduta para a comercialização dos substitutos.

78 - terceiro mundo



Leite artificial: propaganda mentirosa

Os militantes do Comitê Internacional de Boicote à Nestlé (INBC) e da Rede Internacional de Grupos Pró-Alimentação Infantil (Ibfan) examinaram as propostas da empresa suíça e resolveram conceder-lhe um prazo de seis meses para que cumpra o compromisso assumido. Ele consiste na aceitação de todas as cláusulas do Código de Conduta não-obrigatório sobre a comercialização dos sucedâneos do leite natural, que fora aprovado no âmbito da Organização Mundial de Saúde (dependente da ONU) em 1981 por delegados de 119 países, com a abstenção de três e com o voto contra de uma única nação: os Estados Unidos.

Ainda só uma batalha

O Código consta de um preâmbulo e de nove artigos que estabelecem as normas de proibição e controle para a comercialização do leite em pó e de outros alimentos infantis, sobretudo no terreno da publicidade, das fórmulas enganadoras contidas nos rótulos, assim como da distribuição de amostras grátis às mães e aos médicos.

No debate com os ativistas do Comitê de Boicote, a Nestlé, depois da aprovação do Código de Conduta, havia aceito algumas de suas normas mas resistia a outras. Após longas controvérsias, a empresa-líder cedeu totalmente, pelo menos no plano dos princípios; agora se trata de verificar o cumprimento dessas normas na prática.

Um dos paradoxos da nova situação provém de que a Nestlé, ao se abster de implementar a propaganda em grande escala destinada a fazer com que as mães acreditem que substituindo seu próprio leite pelo artificial elas protegem a saúde dos filhos, deixará um espaço livre às empresas concorrentes. Nesse sentido, os militantes reunidos no México chamaram a atenção para o fato de que três poderosas empresas norte-americanas parecem dispostas a ampliar suas campanhas publicitárias, ocupando o vazio que a empresa suíça deixaria; as empresas indicadas pelos militantes norte-americanos chamam-se *Bristol-Myers*, *Abbott* e *American Home Products*.

Esta perspectiva coloca um ponto de interrogação em relação aos resultados efetivos da renúncia da Nestlé, e é por isso que os participantes da reunião do México declararam reiteradamente que tinham consciência de haverem vencido uma batalha, mas não a guerra. Mas essa mesma constatação determinou que os grupos de voluntários (e principalmente os dos Estados Unidos) considerem necessário

empregar a trégua concedida à firma suíça para se lançarem num novo combate contra o trio de empresas norte-americanas e aquelas que as acompanharem.

Agentes transmissores de doenças

As razões que provocaram a luta contra os substitutos lácteos estão relacionados com uma das mais prejudiciais deformações obtida pelas transnacionais.

Conforme foi comprovado, inclusive pela Sociedade de Pesquisas Científicas, não existe melhor alimento para os recém-nascidos do que o leite materno. E não somente em termos nutritivos: ele possui virtudes imunológicas que transmite ao recém-nascido. A substituição do leite natural pelo artificial implica, portanto, um grave erro; é por isso que um documento do Ibfan informa que, no mundo subdesenvolvido, as crianças que foram amamentadas com o leite natural durante menos de seis meses têm entre cinco e dez vezes mais probabilidades de morrer que as amamentadas além desse prazo.

Mas não se trata só da superioridade nutritiva e imunológica do alimento natural. Os substitutos exigem preparação, e em grandes áreas do Terceiro Mundo a miséria e o atraso criam condições anti-higiênicas. Elas, por sua vez, fazem com que frequentemente o leite em pó seja misturado com águas contaminadas, em mamadeiras não esterilizadas, para citar os dois problemas mais comuns. Por conseguinte, os leites artificiais se transformam em agentes transmissores de doenças.

A Unicef — Fundo das Nações Unidas para a Infância — informou em seu último relatório que cerca de 10 milhões de recém-nascidos sofrem de diarreia, desnutrição e outros males devidos a essas causas.

Segundo um dos técnicos — o médico Héctor Lomeli, presiden-

te da Comissão Mexicana de Estudos para a Defesa do Consumidor — os percentuais de mortalidade infantil triplicam, quando os recém-nascidos são alimentados com leite artificial, responsável no Terceiro Mundo por mais de um milhão de mortes.

Por sua vez, as estimativas de uma autoridade em matéria de nutrição, o professor da Universidade da Califórnia, Erik Jelliffe, eleva esse número para cerca de três milhões de crianças mortas a cada ano.

as transnacionais do setor instrumentam através de bilionárias e insistentes campanhas. O leite em pó é, na realidade, um recurso obrigatório quando a mãe, devido a privações físicas, não pode nutrir o filho por si mesma. Mas esses casos, que constituem uma ínfima minoria, exigem um reconhecimento médico prévio e a indicação específica do sucedâneo, por motivos de força maior.

As transnacionais, apoiadas na cumplicidade de numeroso



Não existe melhor alimento infantil do que o leite materno, tanto em termos nutritivos como imunológicos

Propaganda e mentira

À margem das precisões estatísticas, é evidente que o uso indiscriminado de sucedâneos do leite é nocivo, tanto quanto é saudável a utilização do leite materno; se a isso for acrescentado que, nas camadas mais pobres, o uso do leite em pó implica uma despesa substancial, que reduz o poder de compra de outros alimentos, como se explica que o leite natural tenha sido substituído pelo artificial? Somente pela propaganda e pela mentira, que

peçoal médico, conseguiram incutir na população a crença de que a alimentação natural da mãe é inferior à da Nestlé e suas concorrentes, com os estragos subsequentes.

É por isso que as campanhas contra as transnacionais focalizam a fonte desta penosa confusão e inversão de valores: os recursos publicitários e os métodos de propaganda e persuasão que tornaram possível que as transnacionais fizessem prevalecer seus interesses em detrimento da saúde infantil e da natureza. ●

Costa do Marfim

Perigo nas selvas

Os esforços para a preservação de uma das últimas reservas florestais da África Ocidental

Jimoh Omo-Fadaka

Em menos de 30 anos, a Costa do Marfim perdeu quase 90% de seu patrimônio florestal. Com poucas exceções, as selvas que ainda subsistem se encontram em condições deploráveis ou ficaram tão reduzidas e divididas que se torna inútil sua preservação.

Uma só área, porém, constitui uma exceção à degradação dos bosques, não apenas na Costa do Marfim, como em toda a África ocidental: o Parque Nacional Tai. Com cerca de 300 mil hectares de planícies equatoriais virgens, junto à floresta do sudeste da Libéria, o Tai é talvez a única selva tropical fértil que subsiste naquela região africana.

Lamentavelmente, esta última região de florestas é ameaçada pelas crescentes pressões exercidas sobre o governo da Costa do Marfim, para que ela seja destinada a alimentar uma fábrica de madeira para construção, que poderia entrar em concordata dentro de poucos anos. Com exceção do Parque Tai, a exploração das florestas continua num ritmo de cerca de 500 mil hectares de bosque ao ano. Nesse passo, o total do patrimônio florestal — fora as reservas e as áreas de conservação do patrimônio natural — estará esgotado em quatro ou cinco anos mais.

O governo deverá, portanto, optar entre o fechamento da fá-

brica ou a suspensão da legislação destinada à proteção das reservas. Pois, ainda que o reflorestamento esteja sendo realizado em um ritmo acelerado, nem nas melhores condições poderia satisfazer as necessidades do país e menos ainda as exigências de uma fábrica de exportação de madeiras.

O desenvolvimento da região sudoeste

O Parque Tai está, além disso, submetido à pressão do crescimento populacional. Durante a desastrosa seca que flagelou o Sahel¹ na década de 70, uma grande massa humana proveniente das zonas setentrionais da

Costa do Marfim e dos vizinhos Guiné e Alto Volta, se dirigiu para a parte sudoeste do país, que o governo havia considerado prioritária em seu programa de desenvolvimento.

Imediatamente depois da proclamação da independência, o governo constituiu um departamento especial, dotado de amplos poderes, para o desenvolvimento das regiões do sudoeste. Construíram-se novas fábricas, incentivou-se o assentamento de colonos de outras regiões e foram realizados investimentos em importantes projetos de infraestrutura, incluindo um enorme porto para o escoamento de madeiras para San Pedro, ao sul da floresta Tai.

Nos próximos anos, será necessário analisar seriamente o problema da viabilidade deste programa. O problema se agrava, além disso, pela presença de caçadores predatórios que estão exterminando a densa população de elefantes da floresta Tai.

Entre os passos dados pelo governo da Costa do Marfim para preservar o Parque Tai, acham-se encontros de alto nível com o *World Wildlife Fund*

¹Sahel — região ao sul do Saara, compreendendo Senegal, Mali, Níger, Alto Volta e Chade, que sofre um processo de crescente desertificação.



Abidjan: a seca do Sahel provocou um crescimento urbano caótico

(WWF, Fundo para a Vida Animal). O presidente do WWF, príncipe Bernardo da Holanda e o presidente da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, se reuniram para considerar a possibilidade de coordenarem uma Estratégia para a Conservação Nacional na Costa do Marfim. O ambicioso objetivo dessa fórmula se deve à necessidade de colocar a preservação do parque no contexto da utilização do território e dos recursos das áreas vizinhas.

Por sua vez, o Banco Mundial e outras organizações estão contribuindo para a construção de uma represa no rio Sassandra, próxima aos limites do parque. O empréstimo estará condicionado à execução de uma série de medidas de preservação ambiental destinadas a reduzir ao máximo as consequências negativas provocadas pela construção da represa.

O WWF está atualmente exa-

minando junto com o Banco Mundial a possibilidade de que essas medidas ambientais sejam efetuadas de maneira que também assegurem a preservação do Parque Tai.

A proposta do WWF consiste em pôr em prática um programa para a utilização do território de toda a área atingida pela construção da represa — inclusive a floresta Tai — e, ao mesmo tempo, tomar medidas apropriadas não só para protegê-la dos agentes externos, como para que, além disso, a obra contribua para o desenvolvimento social e econômico daquela região.

Há também uma série de medidas que poderiam ser adotadas diretamente pelos responsáveis do parque, como a modernização das instalações, o treinamento de guardas e do restante dos funcionários, e a organização de um programa de visitas, assim como atividades de informação e divulgação.



O desenvolvimento econômico da África passa pela defesa do seu patrimônio florestal

ASSINE CRÍTICA da Informação

Você gosta de cinema, tv, rádio, jornais e revistas? Ou você está insatisfeito com o que estes meios têm apresentado ao público? De uma forma ou de outra, é necessário conhecê-los melhor. Por dentro.

Como funcionam. Qual a lógica que está por trás de seu conteúdo. Uma das maneiras de obter este entendimento é ler Crítica da Informação.

Nome:
Endereço:
CEP: Cidade: Estado:
Data: .../.../...
Assinatura:

CFA — Costa Filho Editores
Associados
R. Morgado Mateus, 579
04015 — São Paulo — SP
Fone: 572-5788

Estou enviando cheque nominal para Costa Filho Associados no valor de Cr\$ 6.600,00 para receber seis edições de Crítica da Informação a partir do nº

José Afonso

A influência da música africana

O autor de "Grândola, vila morena" diz-se admirador dos ritmos negros e afirma trazer a África no coração

Guiomar Belo Marques

Zeca Afonso nasceu em Aveiro, onde viveu um curto período da infância. Filho de magistrado e de professora primária, as circunstâncias empurraram-no muito cedo para o continente africano. Primeiro Angola, depois Moçambique, para onde regressaria mais tarde, já adulto.

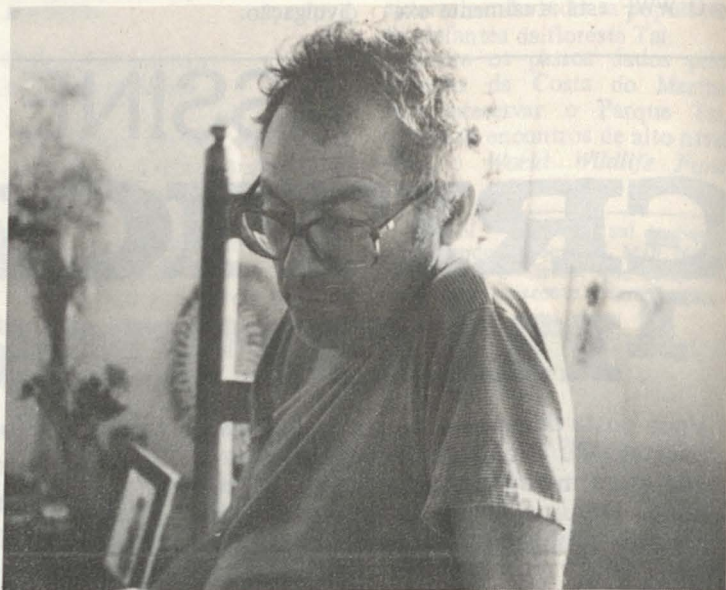
Autor de *Grândola, vila morena*¹, José Afonso, 54 anos, foi um dos cantores/poetas/músicos/homens mais perseguidos do regime de Salazar e Caetano. "Grândola, Vila Morena/Terra da fraternidade/ O povo é quem mais ordena/ Dentro de ti, ó cidade!", são versos já imortalizados pelo 25 de Abril e pelo povo português.

"Como se fora seu filho", o mais recente trabalho de Zeca Afonso, reflete a influência do ritmo africano. A nossa conversa começou por aí.

Você está de acordo que este disco traz uma forte influência africana?

— Vivi na África e exerci fun-

ções como professor entre 64 e 67, pela última vez em Moçambique. O meu conhecimento desse continente não é muito profun-



Zeca Afonso: 25 anos de resistência, de ação política e de criação musical

¹ Canção transmitida pela Rádio Club Português, que serviu de senha para o desencadeamento das ações militares revolucionárias na madrugada de 25 de abril de 1974. Até essa data, "Grândola" estava proibida de ser tocada nas rádios portuguesas.

do mas as primeiras recordações estão relacionadas com os meus três anos de idade, época em que fui pela primeira vez para a África. Naturalmente manifestam-se naquilo que faço e na minha mú-

sica. Ultimamente, essa "costela" acentuou-se mais. Quando se chega aos 50 e tantos como eu e se acumulam vivências e recordações, há sempre a tendência para regressar à base. Como no meu caso não é possível regressar à base — o que muito me agradaria, para desempenhar qualquer função como cooperante — fico limitado à minha situação de português com o coração na África. Quase não posso dissociar uma coisa da outra... Mas sem qualquer valorização de tipo neocolonialista ou saudosista.

Podia falar um pouco da sua canção "Um homem novo veio da mata"?

— É uma cantiga que fiz dedicada a Angola. Gostaria de fazer mais. Há muito tempo que ando para fazer, por exemplo, uma canção dedicada a Timor-Leste, mas não tem saído...

Há relativamente pouco tempo você fez uma excursão a Moçambique. Como é que foi?

— Foi o acontecimento que mais me rejuvenesceu em todos os sentidos, de há muitos anos

até agora, e tenho pena que essa permanência não tenha podido passar dos 28 dias em que estive lá. Entretanto, reforcei as minhas opções de cantor e cidadão político.

Foi a sua primeira viagem a Moçambique depois da independência?

— Já tinha ido duas vezes a Angola, mas a Moçambique foi a primeira vez.

Conhecedor de um Moçambique colônia, como foi rever e sentir Moçambique independente?

— O que mais me impressionou foi rever locais anteriormente usados só pelos colonos, e agora invadidos pela população moçambicana. Ver, por exemplo, perto de Tete, centenas de estudantes percorrerem quilômetros e quilômetros para irem à escola, ver a missão de Bolana transformada em escola oficial e frequentada por milhares de alunos, saber que o futuro de Moçambique é do seu povo, apesar das muitas dificuldades que vive o país. Também me impressionou a capacidade de ligação às massas do seu líder, o presidente Samora Machel. O discurso direto, mobilizador e coloquial, tão diferente do discurso formal europeu. Ele é de fato um verdadeiro líder africano.

A sua ligação com a África processa-se principalmente como fruto das suas recordações de Moçambique?

— Também estou muito ligado a Angola, mas foi sempre mais esporádico e de passagem. Claro que a minha aproximação com a África se estende igualmente à Guiné, Cabo Verde. Também a Timor-Leste, que não é África mas desenvolve uma luta que me preocupa. Eu desejo que a Fretilin avance. Gostaria que não se apagasse a solidarie-



dade que, sobretudo depois do 25 de Abril, se criou para estes povos. Também com a América Latina e com os patriotas da África do Sul, que combatem o *apartheid*. O que estiver ao meu alcance estou disposto a fazer nesse sentido.

Voltando à música, gostaria que falasse um pouco mais sobre os ritmos africanos na sua música...

— É uma aproximação e resulta de uma aculturação. Eu vivi na África e não tenho grande abertura para a atualidade europeia. As minhas preferências vão para a música africana e para os sons de tipo etnográfico, como o *merengue* e a *marrabenta*. Toda a música africana me interessa pela realidade que se vive naquele continente.

O que você pensa do trabalho musical que se tem desenvolvido na África?

— Em Angola estão-se fazendo coisas importantes com base em textos de angolanos, que falam na luta contra o colonialismo, mas existe, sobretudo, um filão ligado ao ritmo que é inesgotável. Há instrumentistas que se encontram dispersos pelo imenso território de Angola.



Os acordes de uma canção proibida serviram de senha para as operações militares do 25 de Abril

Há pouco você disse que gostaria de voltar para Moçambique, encarando isso como uma vontade de regresso às origens. E o ensino?

— Gostaria de voltar a ensinar e até talvez mais em Moçambique do que aqui.

E a Coimbra, que importância você atribui?

— Passei grande parte da minha vida e juventude em Coimbra. A cidade tem uma imagem romântica que já não corresponde ao que é hoje, mistura de poesia e metafísica... O fado de Coimbra integra-se nessa visão. Atualmente, Coimbra já pouco me diz. Tenho lá grandes amigos e recentemente fizeram-me uma homenagem, mas os jovens de 20 anos não têm referências. Portugal é hoje um país sem referências culturais. Estamos numa fase de grande abolia que atinge o setor mais vulnerável, que é a juventude. Por outro lado, os artifícios que se criam para que se faça uma sociedade de consumo, dominam atualmente os jovens, a ponto de destruir qualquer tipo de opção.

Ainda se canta o fado de Coimbra?

— Há um grupo minoritário que cultiva amorosamente o fado de Coimbra, que procura não perder aquilo que se fez. Cantam, com alguma consciência, o antigo fado.

"Grândola" é, de todas as suas canções, a mais conhecida, por razões óbvias. Os grupos folclóricos e artistas estrangeiros quando querem homenagear o povo português cantam a "Grândola". O povo português canta-a com emoção. O que você sente como criador desse hino de esperança?

— É extremamente gratificante. Ainda por cima, corresponde a qualquer coisa de inverso ao que se passa em Portugal, no sentido de fazer esquecer um dos períodos mais exaltantes da nossa História e que *Grândola* representa. É sempre bom saber que grupos que vêm ao nosso país continuam com a imagem de que houve o 25 de Abril e um período de mobilização popular. ●

84 - terceiro mundo

CULTURA

Jussara Queiróz

"Acredito que o mundo será melhor"

Censurado, um filme mostra a luta dos marginalizados urbanos e camponeses pela sua terra, ajudados pelas Comunidades de Base

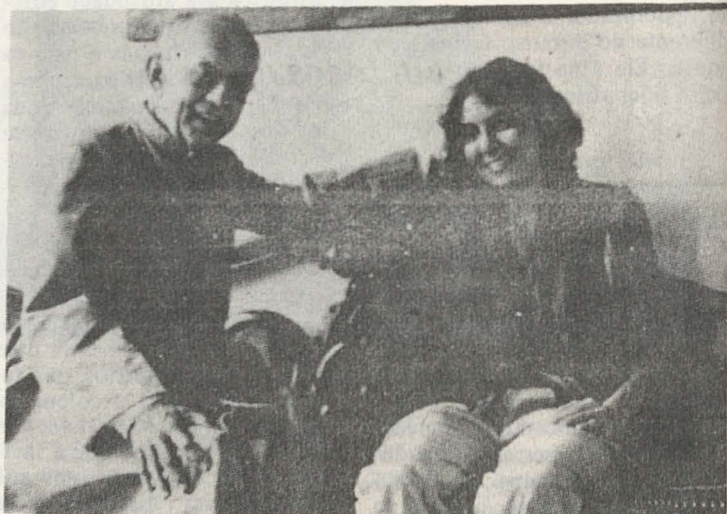
José Carlos Gondim

Com três prêmios ganhos no ano passado — o "Margarida de Prata" da CNBB como melhor documentário, melhor direção e melhor fotografia no Festival de Curta e Média Metragem de Niterói —, o filme *Acredito que o mundo será melhor* da nordestina Jussara Queiróz, de 27 anos, foi vetado pela Censura por "atentar contra a ordem pública, a segurança nacional e incentivar a luta de classes".

A diretora, que mora em Niterói desde 1974, declarou a *cadernos* que "esses argumentos não têm nenhuma consistência,

porque o documentário nada mais faz do que retratar fielmente a realidade, na esperança de que os problemas colocados encontrem a sua justa solução".

Acredito que o mundo será melhor trata de três temas básicos que se relacionam entre si no atual momento da realidade brasileira: o conflito de terras no campo e na cidade (e as atuais condições de vida dos habitantes menos favorecidos); o movimento popular e algumas de suas diversas formas de organização (associação de moradores, sindicatos, comunidades de base, coope-



Jussara Queiróz entrevista d. Hélder Câmara, em Recife

rativas etc.); a atuação da igreja junto às comunidades em luta pela sobrevivência (a teologia da libertação e a opção pelos pobres).

Argumento e roteiro

O filme se passa no interior da Paraíba (em Alagamar e Camucin) e no Grande Recife. Reza o argumento: "O nordeste brasileiro é uma das regiões do país permanentemente assolada pela seca e onde se aguçam problemas sociais e políticos relativos à luta pela posse da terra por parte da população carente frente aos grandes proprietários. Alagamar e Camucin, duas fazendas na Paraíba, exemplificam no filme o ambiente e as dificuldades que os trabalhadores rurais enfrentam. Os grandes proprietários, apoiados em projetos governamentais que pressupõem a concentração de capital e a monocultura, tentam expulsar os trabalhadores de suas áreas de cultivo. Os que resistem procuram se organizar criando roças comunitárias ou cooperativas populares e se agrupam em torno dos sindicatos rurais como forma de se protegerem e defenderem seus direitos".

Em Recife, capital do estado de Pernambuco, foi documentada a área urbana, onde o conflito pela posse da terra assume outras características: a população carente procura espaço para morar. São pessoas sem qualificação profissional, a grande maioria proveniente do campo, que, não conseguindo condições mínimas de trabalho e moradia, invadem os terrenos abandonados na cidade ou em sua periferia. Essas áreas invadidas se transformam, da noite para o dia, em pequenas comunidades que "se agarram como podem à última oportunidade para sobreviverem".

"Organizam-se aos poucos, a fim de garantirem o que foi conquistado, chegando a alcançar altos níveis de organização co-



Camponeses atuando no filme:
uma defesa da luta organizada contra o fatalismo

munitária, com realização de eleições para o conselho de moradores, cuja função é defender e exigir os seus direitos, desde a instalação de esgotos, por exemplo, até a luta judicial pela posse da terra."

O processo de filmagem

As filmagens obedeceram, segundo afirma a diretora Jussara Queiróz, ao critério da verdade dos fatos. "Tanto que o filme é narrado pelo próprio povo e pelos religiosos entrevistados, seus depoimentos e opiniões. O roteiro e a montagem foram realizados com a participação deles. E depois da primeira montagem, voltamos às comunidades, debatemos com eles e aí partimos para a montagem final. É por isso que eles consideram o filme como coisa deles mesmos, o que é verdade".

A equipe de cineastas (composta basicamente por Jussara Queiróz, Tukur Marçal, Flávio Chaves e Sérgio Villela) também encontrou uma série de dificuldades para a produção, que só pôde ser efetuada com a cotização dos próprios integrantes, como produtores associados independentes. "Já na fase de

montagem, diz Jussara, a Embrafilme se interessou; porém, com o caso da censura do filme 'Prá frente Brasil', ela recuou, mas de toda forma, emprestou a moviola para a montagem. E a Caribe Comunicações nos cedeu a aparelhagem para o som. Mas foi uma tremenda luta o processo todo".

"Quando, enfim, conseguimos finalizar — isso, em setembro do ano passado —, voltamos às comunidades para a projeção; foi um sucesso", conta Jussara. Ela calcula em 10 mil os espectadores que debateram o que o filme colocava. Em Alagamar, cerca de mil camponeses assistiram a projeção que foi feita ao ar livre, assim como em Camucin. Em Recife, os debates foram acirrados, principalmente por causa das entrevistas com o arcebispo de Recife e Olinda, d. Hélder Câmara, com o bispo d. José Maria Pires (o "d. Pelé", como também é conhecido) e o padre Reginaldo Velozo que expõe o seu trabalho comunitário, fala sobre a opção que a igreja fez pelos pobres a partir de Medellín e Puebla, o seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional pela autoria do hino "Vito, Vito, Vitória",

terceiro mundo - 85

criticando o Tribunal Federal pela expulsão do padre italiano Vito Miracapillo, cuja ação pastoral é contada pelos moradores de Ribeirão, no interior de Pernambuco.

Não ao fatalismo

Jussara conta também que a grande vitória, apesar da proibição do filme, foi a avaliação que os próprios "atores" fizeram daquilo que viveram no processo de filmagem, que acompanhou o dia-a-dia de suas comunidades na luta pelo seu chão. "Essa avaliação, feita nos debates, levou-os à conclusão, diz Jussara, de que os camponeses devem continuar sua luta para se manterem no campo, devido à situação das cidades, saturadas e com uma série de complicados problemas sociais que todos conhecemos, por causa do grande êxodo rural".

Conta a diretora — formada em cinema pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e atual-

mente concluindo jornalismo na mesma universidade —, que outra mudança ocorrida foi na relação dos camponeses com a Cooperativa do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Alagamar, contra a qual eles sempre lutaram por ela defender uma política autoritária. Hoje, eles se organizaram, e praticamente ocupam a direção da Cooperativa".

Diz um dos camponeses no filme: "A gente não sabia o que era uma cooperativa e a gente só deve entrar numa coisa, quando sabe o que é".

Em Camucin, uma acontecimento registrado ao vivo: a resistência dos lavradores à invasão de suas posses por uma draga a serviço da Usina Tabu (do grupo latifundiário Lundgren), que procura se expandir por novas áreas para a plantação da cana-de-açúcar (incentivada pela política do Proálcool). Declara outro lavrador: "Estão plantando cana onde antes era macaxeira, feijão,

inhame, milho, arroz... E quem vai alimentar esse Brasil?". Por isso, resistem à implantação do projeto governamental de energia alternativa ao petróleo, que acaba com a cultura de subsistência. (Ver cadernos nº 57).

Em bitola 16mm e com uma hora de duração, *Acredito que o mundo será melhor* é o terceiro filme concluído de Jussara, nascida "em Jucurutu, perto de Caicó, no sertão do Rio Grande do Norte", como ela mesma diz.

"O filme foi convidado para participar do Festival de Leipzig, Alemanha, mas eu não sei como isso vai ficar, com a questão da proibição pela Censura Federal", diz ela. "O que eu sei é que, para todos nós que participamos dele, o documentário é uma defesa quase apoteótica da esperança na luta organizada contra a visão fatalista do nordestino, que, por viver há séculos nessa situação, acha que isso nunca vai mudar. É por isso que ele tem esse título".

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
— FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 2.500,00
Semestral (24 nºs) — Cr\$ 5.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo ☐ vale postal ☐ cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura ☐ trimestral ☐ semestral do *Semanário Barricada Internacional*.

Jorge Amado fala de Julio Cortázar

Ao meio-dia de 14 de fevereiro passado, foi sepultado em Paris junto à sua companheira Carol Dunlop, o argentino Julio Cortázar. O célebre escritor, nacionalizado francês, tinha 69 anos e vivia há 30 em Paris na condição de exilado.

Mais de 300 pessoas — embaixadores, escritores, poetas, artistas de renome e exilados de diversas profissões, além de representantes oficiais de diversos países — acompanharam o féretro até o cemitério de Montparnasse, onde ele foi enterrado.

Cortázar recebeu em vida diversos prêmios, como o "Medicis" da França, o "Menéndez Pelayo" de Barcelona e o "Cidade de Nice", pelo conjunto de sua obra. Numerosas personalidades do mundo político e cultural manifestaram seu pesar pela morte do escritor, considerado "um campeão da liberdade", por causa de sua luta contra a opressão e pela defesa das liberdades do homem em todas as latitudes.

Jorge Amado, que com ele manteve estreitas relações de amizade, assim se expressou, em declarações exclusivas a **cadernos**:

"Eu me sinto extremamente triste com a notícia da morte de Julio Cortázar. Era um grande escritor, um dos maiores escritores do continente, um argentino que era ao mesmo tempo um europeu. Ele era muito franco em relação a determinadas coisas, sem ter deixado em nenhum momento de ser um homem do povo argentino. Uma pessoa extraordinária, um homem de uma dignidade exemplar.

"Escrevi ainda há pouco tempo sobre ele e chamava a atenção para determinados aspectos de sua obra literária e de sua posição de escritor revolucionário, de um escritor que lutava pelo progresso, pela independência e pela liberdade no seu país e nos diversos países da América e do Terceiro Mundo em geral. Ele era um escritor extremamente engajado no dia-a-dia, um engajamento de livro, de artigo, de esforço. Ao mesmo tempo trabalhava a sua literatura ao extremo, era um homem da experiência literária, de buscar, de experimentar.

"Lembro-me, há muitos anos, quando houve toda aquela discussão sobre realismo socialista e formalismo. Ele tomou uma posição muito clara, muito definida — e é natural que tenha sido criticado por isso — quando nós (e digo nós porque eu próprio estava dentro desse processo) não tomamos uma posição tão franca e tão decidida. Às vezes não estávamos de acordo mas não dizíamos que não estávamos de acordo achando que talvez



Cortázar, um campeão da liberdade

fosse um erro dizer isso, que fosse prejudicial. E Julio não teve esse problema.

"Eu acho, entretanto, que ele não era um homem de partido, não posso dizer com absoluta certeza. Eu sempre tive muito respeito pela posição das pessoas para perguntar até onde ia seu engajamento, se era um engajamento apenas político ou se também era partidário. Mas sendo ou não um homem de partido ele teve um engajamento enorme, sobretudo nos últimos anos no continente, em relação a Cuba e Nicarágua. Ultimamente, talvez tenha sido ele o intelectual europeu que mais se bateu pela Nicarágua. E digo europeu porque ele residia na França, europeu mas ao mesmo tempo latino-americano, argentino. Ele tinha um engajamento muito direto, muito imediato, ele viajava, estava sempre indo e voltando.

"Estive com ele certa vez num debate sobre os problemas da América Latina, ele discutia com ardor e paixão. Ao mesmo tempo, era um homem que não estava limitado pela sua posição, nunca foi sectário, e, como consequência, menor. Ele conservou a grandeza.

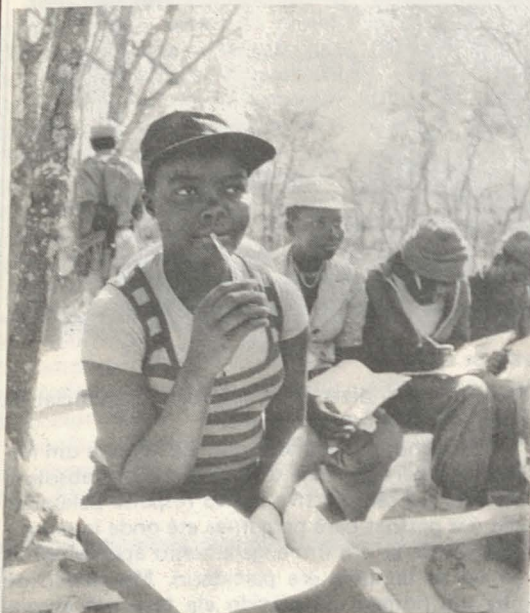
"Perdemos um grande escritor e um grande homem. Ele vai fazer muita falta. A última vez que estive em Paris não o vi. Já estava doente.

"Sinto-me muito triste, a gente vai vivendo e cada vez vai vivendo mais com os mortos do que com os vivos. Os amigos vão-se indo...

"Mas eu acho que a obra de Julio Cortázar, que é o mais importante que ele fez, está aí e continua a lutar pela justiça e pela liberdade."

Namíbia: o analfabetismo e a educação sul-africana

Depois de 70 anos de ocupação da Namíbia pela África do Sul, 60% dos namibianos são analfabetos, segundo um estudo do Instituto Católico de Relações Internacionais, com sede em Londres.



A Swapo alfabetiza e educa milhares de namibianos

O documento revela que a estrutura educacional imposta pela África do Sul para manter a população negra submissa, teve como resultado o fato de que, entre 1970 e 1979, apenas 300 namibianos negros chegaram a ter acesso ao ensino superior e entraram para a universidade para negros na África do Sul.

Em território namibiano não existem centros de ensino superior nem de capacitação profissional. A Swapo (Organização do Povo do Sudoeste Africano), que luta pela independência da Namíbia, trabalha desde 1974 em programas educativos para dezenas de milhares de refugiados fora do país. Até hoje, mais de cinco mil namibianos tiveram possibilidades de estudos nesses programas.

O sistema educacional na Namíbia, controlado pela África do Sul, oferece educação separada e desigual para "brancos", "negros" e pessoas "de cor" e dedica seis a dez vezes mais tempo a uma criança branca do que a uma negra, explica o autor do estudo, Justin Ellis, que trabalhou

para o Conselho de Igrejas até sua deportação para a Namíbia em 1978.

Por outro lado, o estudo acrescenta que "três quartas partes dos professores da Namíbia têm tão pouca preparação que não podem oferecer educação de boa qualidade".

Em 1971, uma greve maciça seguiu-se à sentença do Tribunal Internacional de Justiça, declarando ilegal a ocupação da Namíbia. As companhias mineiras responderam oferecendo aos trabalhadores negros possibilidades de serem semi-qualificados. Contudo, o sistema educativo estatal não se manifestou a favor, diante do temor de um triunfo da Swapo em eleições livres.

Brasil: literatura infanto-juvenil em inventário crítico

A literatura infantil brasileira, que registrou um grande impulso nos últimos 20 anos, conta agora com um inventário crítico da obra de mais de 400 autores e com uma história do seu desenvolvimento nos últimos 100 anos, num livro publicado em janeiro passado.

Trata-se do "Dicionário crítico da literatura infanto-juvenil brasileira", da professora e crítica literária Nelly Novaes Coelho, publicado pela Editora Quiron. O livro, de 963 páginas, analisa a obra de praticamente todos os escritores brasileiros dessa área e a evolução desse tipo de literatura no Brasil.

Segundo a autora, que trabalhou mais de um ano na obra, a literatura infantil brasileira é uma das melhores do mundo, por possuir criatividade, humor e inteligência insuperáveis, especialmente se comparada com os *best-sellers* estrangeiros que se conhecem no Brasil.

A professora qualifica de "imitadores dos modelos europeus" a todos os pioneiros do gênero no Brasil, até 1882, ano em que nasceu Monteiro Lobato, que representa um marco por criar uma linguagem nova e profundamente nacional.

Foi só a partir da década de 60, no entanto, que o gênero teve um grande impulso, multiplicando o número de bons autores, diversificando o tema e contribuindo para a ampliação do conhecimento da realidade nacional.

Durante a vigência do regime militar, implantado em 64, segundo a professora Nelly Coelho, houve "uma belíssima produção", questionando o poder, ridicularizando os ditadores. Nos últimos anos, os livros de autores nacionais (alguns com mais de um milhão de exemplares vendidos) superaram claramente as vendas de obras importadas.

Não-Alinhados apóiam Unesco

A 2ª Conferência dos Ministros de Informação do Movimento dos Países Não-Alinhados (Cominac), reunida em Jacarta, Indonésia, no fim de janeiro, manifestou sua solidariedade à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) ante o anúncio da retirada dos Estados Unidos do órgão por discordar da orientação de seu programa para o biênio 1984-85. A 2ª Cominac pronunciou-se também pela consolidação da Nova Ordem Informativa Internacional (Noii), movimento iniciado em 1973 pelos não-alinhados para obter o equilíbrio no fluxo de informações no mundo, controlado atualmente pelos países desenvolvidos.

O Uruguai pede a palavra

O 1º Encontro Nacional dos Jornalistas Uruguaios será realizado entre 22 e 24 deste mês com representantes de países latino-americanos e dos Estados Unidos dentro da campanha pela liberdade de imprensa e contra a censura prévia.

Dia 3 de fevereiro, cerca de 200 jornalistas fizeram manifestação na avenida 18 de Julho que recebeu adesão da população e foi reprimida pela polícia. Os manifestantes distribuíram folhetos com as reivindicações de reabertura dos diários, semanários e rádios fechados pelo regime militar e livre acesso às fontes de informação para deixarem de ser "meros propagandistas da verdade oficial".

Durante o ato, foram presos o advogado Washington Beltrán, do diário *Mundo-Color*, e o jornalista e escritor Enrique Estrazulas do jornal *El Día*. Eles foram liberados em seguida, após pressão dos representantes da categoria junto à chefatura de polícia.

Poucos dias depois, a 16 de fevereiro, o governo decidiu de forma inesperada levantar a censura prévia que vigorava contra a imprensa. A decisão foi interpretada como um gesto conciliatório da parte das autoridades militares, numa altura em que são crescentes os boatos de um reatamento do diálogo entre os políticos e as forças armadas.

As restrições do regime militar à liberdade de imprensa tinham-se intensificado nos últimos meses. Essas restrições prejudicam principalmente 14 semanários das diversas correntes opositoras, submetidos à censura prévia, porém com uma modalidade muito particular: primeiro são obrigados a imprimir toda a tiragem, só depois os censores decidem se esse número poderá circular ou não, com todo o prejuízo econômico que isso implica. Nesse sentido, pode-se citar o caso ex-

tremo da proibição de edições inteiras por decretos estabelecidos depois da impressão dos semanários. O democrata-cristão *Aquí*, por exemplo, na sua edição de 17 de janeiro, foi proibido de circular por um decreto (973/84) datado de 18/01/84, isto é, um decreto promulgado no dia seguinte à impressão do semanário.

Em consequência dessas limitações ao livre exercício da profissão, jornalistas de diversas posições políticas iniciaram um movimento unitário pela liberdade de imprensa e redemocratização do país, procurando o apoio dos partidos políticos uruguaios, dos sindicatos, do movimento estudantil e da opinião pública internacional.

Mafalda foi à Espanha

A menina Mafalda, politizada e famosa personagem do humorista argentino Quino, foi uma das atrações da 1ª Grande Mostra do Humor Gráfico Latino-Americano que se realizou entre 27 de fevereiro e 3 de março na ilha de Palma de Mallorca, Espanha.



A exposição reuniu trabalhos de desenhistas do Brasil, Argentina, Uruguai, México, Chile, Cuba e Nicarágua e foi promovida pelo Centro de Estudos Gabriel Alomar, filial insular da Fundação Pablo Iglesias, vinculada ao Partido Socialista e Operário Espanhol (Psoe), do primeiro-ministro Felipe González.

Além de Quino (Joaquín Lavado), estiveram representados os argentinos Guillermo Mordillo — residente na ilha —, Horacio Altuna, Carlos Garaycochea, Carlos Fontanarrosa e Crist. Foram mostrados também desenhos do brasileiro Ziraldo e dos uruguaios Tabare e Sabat, dos mexicanos Rius e Naranjo e do chileno Palomo, entre outros.

A doutrina de segurança coletiva

A geopolítica, o desenvolvimento e a soberania dos Estados latino-americanos na visão alternativa do general Mercado Jarrín

Paulo Cannabrava Filho

Quando chegou ao generalato, no início da década de 60, Edgardo Mercado Jarrín era, além de oficial de Inteligência, um dos professores mais conceituados do Centro de Altos Estudos Militares do Peru (CAEM), a Escola Superior de Guerra que revolucionou o pensamento militar peruano, com profundas repercussões continentais e hemisféricas.

O grupo de oficiais de inteligência que se aprofundou no estudo dos novos conceitos formulados pelo professor Mercado foi o responsável pelo desencadeamento da Revolução Peruana que, sob a liderança do general Velasco Alvarado, eclodiu dia 3 de outubro de 1968. Em seguida, esse mesmo grupo integrou o COAP — Comitê de Assessoramento da Presidência —, que teve função de formular e executar o pensamento e os planos da Revolução Peruana durante todo o período velasquista.

O general Mercado Jarrín, a partir de 1969, assumiu a pasta das Relações Exteriores, levando à política exterior peruana aqueles conceitos com que havia revolucionado o pensamento e a doutrina militar, colocando o Peru na vanguarda da luta por uma Nova Ordem Econômica Interna-

90 - terceiro mundo



Mercado Jarrín: severas críticas aos governos latino-americanos

cional.

Mercado deixou o Palácio Torre Tagle para assumir o comando conjunto das forças armadas, de onde foi para a chefia do governo, permanecendo como primeiro-ministro até 1975 quando começou a deterioração do velasquismo que liquidaria com a revolução de outubro.

Mas, Mercado não é apenas ex-premiê, ex-comandante, ex-chanceler. Reformado, fundou, com o apoio do exército, o Instituto Peruano de Estudos Geo-

políticos e Estratégicos, que dirige até hoje. O instituto se dedica, fundamentalmente, à problemática do Pacífico Sul e edita uma revista quadrimestral, *Estudios Geopolíticos y Estratégicos*.

De passagem por São Paulo, Mercado concedeu uma entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo na qual, ao resumir seus conceitos sobre geopolítica, segurança e estratégia, formula sérias e graves acusações às políticas de segurança nacional dos países latino-americanos nos dias de hoje.

Gostaríamos de começar definindo a atividade à qual o senhor está se dedicando hoje, os objetivos do Instituto que o senhor fundou e dirige.

— O Instituto Peruano de Estudos Geopolíticos e Estratégicos formado por mim, tem se dedicado a estudar a natureza dos conflitos e a influência do espaço na condução política dos Estados.

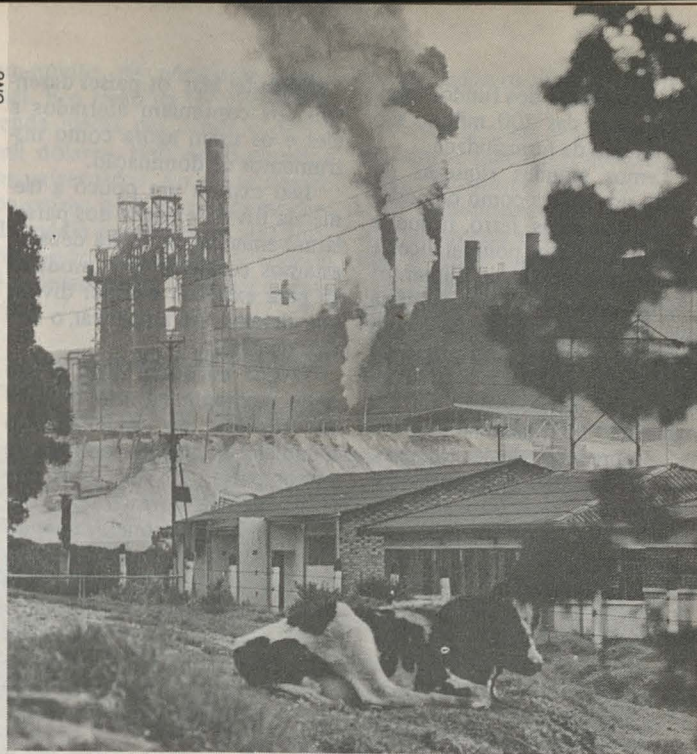
Por exemplo, no meu país, o Peru, a cordilheira dos Andes, a Amazônia, a nossa presença no mar, são fenômenos determinantes da condução política. Consequentemente, procuramos estudar a influência do espaço na condução política para melhor harmonizá-los.

Essa questão do espaço e da condução política do Estado é uma velha invenção que já deu muito trabalho ao mundo, quando a busca dessa harmonização levou à teoria do espaço vital, base da ação belicista e expansionista da Alemanha de Hitler...

— Nós estamos contra essa teoria do espaço vital, que expressa que o Estado é como um organismo vivo que nasce, cresce e se desenvolve e que, se esse Estado não está bem alimentado, tem-se que buscar na expansão o espaço vital de que necessita para sobreviver.

Nós consideramos que, do ponto de vista desenvolvimentista, temos que utilizar o espaço para melhorar a qualidade de vida em benefício das pessoas. Temos que utilizar o espaço para uma melhor condução política do Estado. É preciso utilizar bem o espaço porque, quanto melhor o utilizarmos, melhor pode o Estado contar com recursos para harmonizar a população e o espaço, para melhorar o desenvolvimento, para melhorar as condições de vida.

É evidente que o espaço disponível de hoje no mundo é muito reduzido. Somente podemos utilizar 30% do planeta e



“Ao romper o equilíbrio, o homem está rompendo algo natural, que deve ser preservado”

desses 30% somente 12 ou pouco mais são terras boas para a agricultura. Então, o homem tem que procurar aperfeiçoar a técnica, procurar utilizar melhor o Estado em benefício da harmonização, da convivência humana e para obter melhores níveis de vida. Essa é nossa posição, diferente das velhas concepções de utilização do espaço.

A ecologia

Apesar disso, o que estamos vendo é que o homem se transformou no maior predador de seu próprio meio. O que podemos fazer diante disso?

— O primeiro predador do espaço é o próprio homem. Então, temos que cultivar essa nova ciência dos ecologistas, porque temos que manter o equilíbrio dos ecossistemas no mundo para evitar a própria destruição. O homem não se deu conta de que ao romper o equilíbrio, está rompendo algo natural que deve

ser preservado. Felizmente, agora os ecologistas começam a ser escutados e há até mesmo partidos políticos que têm como bandeira a necessidade de preservar o meio-ambiente.

É, mas uma lógica simples mostra que a sociedade não está organizada de maneira a preservar o espaço necessário para a vida. Esta deveria ser, por exemplo, a função das forças armadas. Mas o que se nota é que os Estados e as forças armadas são os elementos de destruição do espaço, pois quase sempre servem aos interesses do lucro do capital. Isso põe em risco nossas reservas futuras como a Antártida, a Amazônia...

— Bem, eu creio que este momento nos força a uma reflexão profunda. Temos, por exemplo, novas leis como o novo Direito do Mar, que foi aprovado pela maioria das nações mas não foi referendado pelas grandes potências. Esse novo direito estabelece

terceiro mundo - 91

que as riquezas dos fundos marinhos, além das 200 milhas, são patrimônio da humanidade.

Temos grandes riquezas no fundo dos mares como os nódulos de manganês, ferro, níquel e cobre, os sulfatos polimetálicos e grande quantidade de alimentos não-convencionais. Isso significa que demos um grande passo com a aprovação dessa Convenção do Mar. Agora, deveríamos nos concentrar na consolidação de um organismo internacional que evite a depredação dessas riquezas, que garanta que o usufruto das mesmas seja repartido entre os países em desenvolvimento.

Lamentavelmente, as grandes potências, os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha, não assinaram essa convenção e se prepararam, através de mini-tratados, para explorar essas riquezas com as transnacionais. Isso vai significar um rompimento do equilíbrio ecológico dos mares.

Os instrumentos de dominação

O Grupo dos 77, os Países Não-Alinhados, já levaram essas reivindicações ao seio das Nações Unidas mas se observa que não saímos do nível retórico. Há uma contradição entre o discurso externo e a política interna dos Estados membros. No seu caso, o seu pensamento não corresponde à política do Estado que o senhor representa. Como explica essa dualidade?

— Eu creio que o mundo vive neste momento dentro de um universo que caducou. Todos os países estão submetidos ainda a regras de jogo que foram boas ou que foram corretas em seu momento. Depois da 2ª guerra mundial, aparecem o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), o Banco Mundial, Bretton Woods, organismos que vieram regendo as relações internacionais. Hoje, 40 anos mais tarde, esses organismos e suas políticas não correspondem

à realidade. Mas os países desenvolvidos continuam aferrados a eles e os usam agora como instrumentos de dominação.

Isso explica um pouco a tremenda dívida externa dos países latino-americanos. Nesta década, estamos condenados a produzir só para exportar e obter divisas que sirvam para amortizar o serviço da dívida.

O que eu quero dizer é que neste momento há uma tremenda ruptura no ordenamento mundial e na própria política de nossos países. Então temos que chegar a uma Nova Ordem Econômica Internacional, quando talvez possamos melhor harmonizar as políticas nacionais com essa política exterior. Eu creio que o grande problema da crise generalizada que a América Latina vive é essa velha inserção do nosso continente no contexto internacional.

Nesse contexto, o desenvolvimento de quase todos os nossos países se deu com base no componente externo; e hoje podemos perceber que surgiu um novo poder: o poder financeiro internacional com base nas transnacionais. Ele está impondo as condições dos empréstimos e as condições do FMI, que fizeram com que vários ministros de Comércio e de Economia se convertessem simplesmente em gerentes da administração sem nenhuma iniciativa que leve em conta o tremendo custo social para os países da América Latina. Essa é uma situação generalizada no continente, contra a qual temos que reagir de maneira conjunta e não isoladamente.

Para atuar de forma conjunta no âmbito internacional, não seria necessário, em primeiro lugar, um consenso nacional ou, pelo menos a existência de um Projeto Nacional?

— Evidentemente que sim. A política exterior dos povos está muito relacionada com a política interna. Ela deve ser a extensão

desta. Apesar disso, eu creio que a posição independente dos povos emana não só da conjuntura que se vive como também de diretrizes dadas pela liderança exercida. Sem esses dois fatores é difícil chegar a uma posição de independência.

Talvez seja isso o que falta neste momento na América Latina: uma liderança; uma verdadeira vocação para as grandes transformações; um elemento catalisador que nos possibilite um acordo para lutarmos todos juntos e procurarmos modificar as condições que nos fazem cada vez mais dependentes.

A doutrina de segurança nacional

No Brasil, por exemplo, até a década de 40, os inimigos potenciais do país estavam além das fronteiras. Foi a partir da 2ª guerra mundial, depois que alguns dos nossos oficiais foram estudar no estado-maior nos Estados Unidos, que se impôs uma nova doutrina, que deixa de prever um possível inimigo externo e passa a encarar o inimigo interno. Acho esta uma questão fundamental para compreender o que está se passando na América Latina. O senhor, como homem de estado-maior, pode explicar como é que se impõe essa doutrina?

— Bom, efetivamente, nas décadas de 50 e de 60 começam a surgir na América Latina as chamadas doutrinas de segurança nacional. Porém, eu quero estabelecer uma diferença substancial entre as chamadas doutrinas de segurança adotadas por alguns países específicos do Cone Sul, e aquela adotada pelas forças armadas peruanas.

Vou me referir à concepção doutrinária dessas últimas. Se bem que seja certo que surge paralelamente à doutrina de segurança nacional do Brasil, a do Peru é diferente em sua origem, na sua prática e em sua ideologia.

Em primeiro lugar, é diferente em sua origem porque a doutrina peruana foi feita pelos militares peruanos, não é cópia nem arremedo. Não tem como escola a doutrina norte-americana. Como nos Estados Unidos o desenvolvimento já foi alcançado, a segurança passa a ser a finalidade primordial.

A doutrina peruana estabelece que o Estado tem dois fins: o bem-estar geral e a segurança nacional. Nós estabelecemos que o bem-estar é a finalidade *primordial* e que a segurança é uma finalidade apenas consequente, de tal maneira que deve estar a serviço do bem-estar. Essa é a primeira diferença que a distingue das demais doutrinas, e é de caráter filosófico. É essa diferença que faz com que a doutrina peruana tenha um sentido profundamente humanista. E no seu desenvolvimento, ela vai se diferenciar também por partir de uma nova visão geopolítica.

Em muitos países do Cone Sul, a visão geopolítica é a de um mundo submerso numa confrontação Leste-Oeste. Ao abraçar essa doutrina, esses países se sentem os próprios baluartes da defesa da civilização ocidental e cristã e vêem no comunismo o principal inimigo. Como consequência, foram sendo criados novos Serviços de Inteligência, foram sendo promulgadas novas leis repressivas e pouco a pouco a repressão foi se generalizando e assim chegamos ao tipo de Estado denominado de "Estado de Segurança Nacional" onde a repressão é institucionalizada.

Nós, peruanos, partimos de outra visão geopolítica. Do nosso ponto de vista, o mundo está dividido em dois hemisférios: as terras ao norte do Trópico de Câncer e as águas ao sul. É o Trópico de Câncer que divide o planeta em mundos desenvolvidos ao norte e subdesenvolvidos ao sul. Ao norte, estão as quatro quintas partes da potencialidade econômica do mundo e apenas

um-quinco da população mundial. É o reino da tecnologia e a renda média per capita é de 13 mil dólares. Nele estão situados os países ricos. Ao sul se situam os países pobres, com uma renda média per capita de 300 dólares, onde o denominador comum é o desemprego, a fome e a miséria.

Ao sul, estamos nós, os países colonizados...

— É isso mesmo. Neste hemis-

do realizados os diálogos Norte-Sul?

— Não se trata de um diálogo mas sim de uma confrontação de ordem estrutural. Para nós, não era o comunismo o inimigo principal e sim essa situação de injustiça a nível mundial contra a qual deveríamos lutar. Por isso, deveríamos lutar por uma Nova Ordem Econômica Internacional e por um novo sentido de harmonização no nível mundial. E o tempo nos deu razão. Hoje, eu



"Durante o governo revolucionário de Velasco Alvarado, a segurança nacional esteve sob a soberania do povo peruano"

férico se sobrepõe o fato de que somos todos países que fomos empobrecidos pelo colonialismo e onde hoje se exerce um neocolonialismo.

A questão é estrutural. Nós concluímos que o mundo não somente vive uma confrontação Leste-Oeste, mas também uma confrontação Norte-Sul, de ordem estrutural. Se vivemos essa confrontação, nós, dos países do Sul, temos que nos unir, aumentar nossa capacidade de negociação. Por isso nós privilegiamos o Terceiro Mundo em nossa política exterior; por isso privilegiamos a necessidade do Não-Alinhamento.

Nesse quadro é que estão sen-

diria que o diálogo Norte-Sul está fracassando.

Doutrinariamente, nós estabelecemos que a política não é outra coisa senão a relação entre meios e fins. Os meios são o poder nacional e todos os recursos de que a Nação dispõe. Os fins são os objetivos nacionais. Então, a política não é mais do que uma racionalização entre meios e fins. Consequentemente, para estabelecer uma política, temos que começar por estabelecer o que se pretende alcançar, ou seja, os objetivos nacionais.

Em outros países, fala-se uma linguagem semelhante. O problema é: quem estabelece esses objetivos nacionais?

terceiro mundo - 93

— Permita-me seguir a linha de raciocínio e depois chegar à sua resposta. Então, começamos por definir as metas, estabelecer os fins e chegamos a que os objetivos da Revolução Peruana, os objetivos do Peru, devem ser o de alcançar uma democracia social de participação plena, onde o homem seja o princípio e o fim. Esse objetivo de um novo tipo de sociedade deveria ser alcançado paralelamente à superação do subdesenvolvimento e o cancelamento da dependência.

Como consequência — e agora vou responder à sua pergunta —, também estabelecemos quem define os objetivos nacionais. Em muitos países, quem define esses objetivos são as elites. Nós dissemos que não. Não, porque os objetivos nacionais são a concretização dos interesses e das aspirações nacionais que convergem em determinadas metas. Consequentemente, a primeira responsabilidade para criar os objetivos nacionais é saber captar as aspirações das maiorias. Em última instância, quem define os objetivos nacionais é o povo.

E qual é a forma de captar os reais interesses do povo?

— Enquanto em muitos países a segurança nacional é a soberania do Estado, a soberania do governo, a Revolução Peruana disse que não, que é a soberania do povo. E como captamos o interesse do povo? Se se trata da soberania do povo, a segurança nacional deve estar orientada para melhorar os níveis de vida do povo. Consequentemente, todos os mecanismos do Estado devem estar orientados nessa direção. Assim se fez na Revolução Peruana.

Se se trata de melhorar o nível de vida da população para que haja segurança, nem a industrialização nem a agricultura podem estar orientados para a exportação, para a obtenção de divisas, e sim destinadas a atender

às necessidades fundamentais da população. O desenvolvimento tem, que estar orientado, prioritariamente, para o fortalecimento da soberania popular, para o fortalecimento do povo, para a melhoria dos seus níveis de vida.

Nós definimos a segurança como a garantia que o Estado dá à Nação para a consecução desses objetivos. E, para nós, é o Estado quem dá a garantia, e não as forças armadas. Por isso as forças armadas do Peru não se converteram em árbitro. E nós concluímos também que a segurança, para que seja realmente soberana, deve garantir um desenvolvimento com justiça social e com um sentido de independência dos grandes pólos de poder.

Até que ponto as guerrilhas dos anos 60 influenciaram vocês na formulação desses conceitos?

— Além dessas grandes diferenças no campo da segurança, a luta anti-subversiva nos levou a estabelecer outra grande distinção de conteúdo filosófico. Nós partimos do pressuposto de que a guerrilha e a subversão na América Latina e no Peru são fenômenos nitidamente políticos, que tratam de mudar o sistema. Consequentemente é uma ação dirigida contra os objetivos nacionais, portanto, uma estratégia global.

Tratando-se de uma estratégia, não se pode enfrentar a subversão ou a guerrilha com medidas puramente militares. O fundamental é a prevenção. E, prevenir significa realizar ações de tipo econômico, de tipo social e político e usar a repressão unicamente como medida de emergência final. Em outras palavras, para enfrentar a subversão na América Latina e no Peru, os planos de desenvolvimento devem ter grande vocação social.

Essa questão de que o desenvolvimento é necessário para

combater a subversão, também foi colocada pela Aliança para o Progresso.

— Um momento! Nós falamos de um desenvolvimento com justiça social. Um desenvolvimento com independência dos centros de poder. Um desenvolvimento que equilibrasse a sociedade.

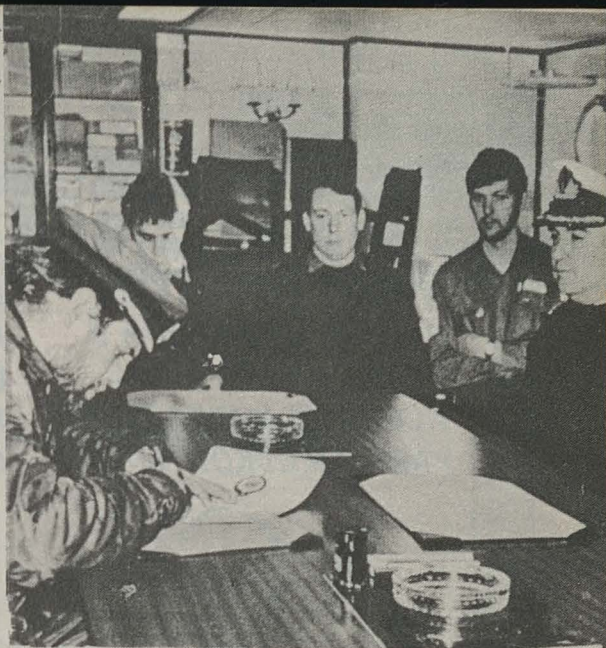
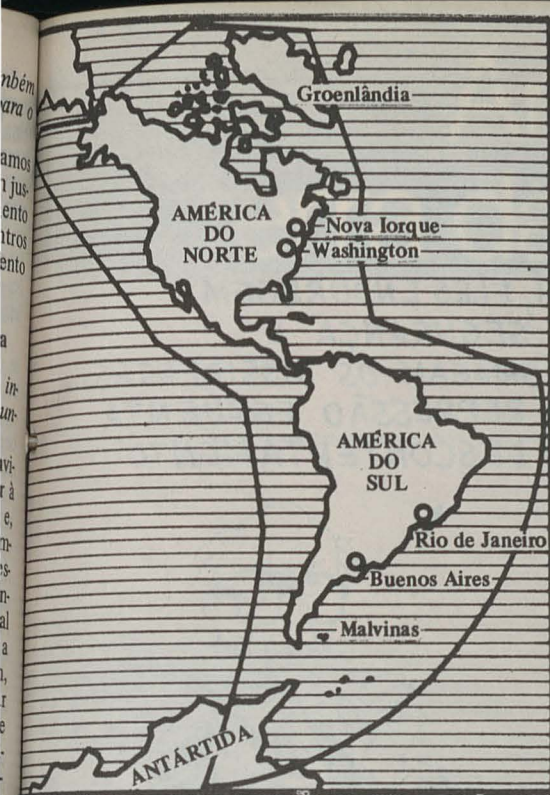
A contradição centro-periferia

E como desenvolver com independência dentro de um mundo interdependente?

— Os mecanismos de convivência no mundo deram lugar a contradição centro-periferia e, na América Latina, vivemos sempre dentro desse conceito de estrita dependência dos pólos centrais. O economista da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), Raúl Prebisch, foi o único que tentou mudar essa situação, mas sua tese de substituição de importações fracassou. Minha tese é a de fortalecer a periferia para poder lutar em melhores condições contra o próprio centro. Para isso há que fortalecer a estratégia Sul-Sul, desenvolver os grandes núcleos de desenvolvimento regional periféricos, criar novas intercomunicações e buscar novas integrações. Essa é minha tese e configura um novo conceito geopolítico.

Está claro que a doutrina adotada por nossos governos deriva da doutrina de segurança dos Estados Unidos. Recentemente, comandantes dos exércitos de 23 países da América Latina estiveram reunidos em Caracas, onde, seguramente, reafirmaram sua fidelidade a essa doutrina...

— O que deveria ser realizar na América Latina é uma reunião de comandantes dos países latino-americanos e caribenhos, exclusivamente. E, para que? Para estudar uma nova doutrina de segurança continental que democraticamente substitua o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar — Tratado do



A guerra das Malvinas foi uma oportunidade perdida pela América Latina de estabelecer o seu próprio organismo de defesa, liberto da tutela dos EUA. No mapa, os limites geográficos do Tiar. Na foto, a rendição do comandante das tropas argentinas nas Geórgias, capitão Alfredo Astiz, um dos militares mais comprometidos com os assassinatos da "guerra suja"

Rio de Janeiro, de 1947). Essa foi minha tese há 15 anos e o tempo só tem me dado razão. Além de estudar a substituição do Tiar, os comandantes deveriam estudar as possibilidades de reduzir os gastos militares. E para romper com a dependência, deveriam estabelecer os caminhos para a fabricação conjunta de armamentos defensivos. A dependência militar ao estrangeiro é a nossa maior dependência.

Os generais da América Latina deveriam estabelecer também um Colégio Latino-Americano de Defesa que elabore nossa Doutrina de Segurança Latino-Americana e Caribenha. Um organismo nosso no lugar do Colégio Interamericano de Defesa que fica em Washington.

As consequências da guerra das Malvinas

Seria possível realmente criar um substituto do Tiar para nos defender dos Estados Unidos?

— Historicamente nós já perdemos duas oportunidades de estabelecer nossa própria instância de coordenação. Primeiro, com o episódio das Malvinas. Não reagimos quando a Grã-Bretanha, com apoio dos Estados Unidos, agrediu nosso continente. Agora, com a dívida externa. Também não reagimos de forma conjunta e não vamos poder fazê-lo se não estabelecermos uma instância de coordenação latino-americana.

Essa instância poderia ser o Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), que resgatasse o conceito de segurança econômica coletiva postulado pela Revolução Peruana. Esse conceito se assenta no princípio de que uma agressão econômica ou uma agressão política a qualquer um de nossos países é uma agressão a todos os países latino-americanos. Isso poderia frear, agora, as ameaças de guerra na América Central.

Esse é um dos grandes ensinamentos das Malvinas — pois,

quando a Comunidade Européia nos impôs sanções, nós não pudemos reagir e não vamos poder reagir no futuro se não delegarmos poderes a um organismo que seja capaz de adotar medidas coletivas que sejam aceitas por nossos governos. O Sela também pode ser esse instrumento. Sem isso não vamos a parte alguma.

Eu acuso a América Latina de não ter aproveitado a situação produzida depois das Malvinas para buscar um novo tipo de coordenação latino-americana, por não ter aproveitado a situação causada pelo tremendo impacto da dívida externa latino-americana para buscar um novo tipo de entendimento. Acuso também de não ter buscado um novo tipo de acordo diante do grave problema da crise centro-americana. Eu acuso a América Latina por não ter buscado novas formas de coordenação para fazer frente à grave crise que nós, todos os países latino-americanos, atravessamos.

A NOSSA ESTRATÉGIA
PARA A NICARÁGUA É
ESTA: EFETUAMOS
AÇÕES CLANDESTINAS
PARA AMEDRONTÁ-LOS...



AÍ, ELES ENDURECEM
A SEGURANÇA E
ESMAGAM OS DISSIDENTES...
A REPRESSÃO ESQUENTA
O DESCONTENTAMENTO...



...O POVO SE LEVANTA.
O GOVERNO CAI...
E OS AMIGOS DOS
EUA TOMAM O PODER!



É CLARO QUE COM BASE
NA NOSSA EXPERIÊNCIA
EM CUBA, ISSO TUDO
PODE LEVAR ALGUM
TEMPO...



WASSERMAN

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

**Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.**



**BANERJ
NA CABEÇA**

BANERJ

As coisas estão mudando.